

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**O Programa de Desenvolvimento Territorial Integrado Sustentável
(PDTIS) Grande Sertão do Vale do Urucuia em Minas Gerais/Goias**

Venício Juvêncio de Miranda Mendes

Dissertação de Mestrado

Brasília - DF, abril de 2012

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**O Programa de Desenvolvimento Territorial Integrado
Sustentável (PDTIS) Grande Sertão do Vale do Urucuia em
Minas Gerais/Goiás**

Venécio Juvêncio de Miranda Mendes

Orientador: Dr. Frédéric Adelin Georges Mertens

Co-orientadora: Dra. Juliana Dalboni Rocha

Dissertação de Mestrado

Brasília – DF, abril de 2012

Mendes, Venícius Juvêncio de Miranda

O Programa de Desenvolvimento Territorial Integrado Sustentável (PDTIS) Grande Sertão do Vale do Urucuia em Minas Gerais/Goiás \ Venícius Juvêncio de Miranda Mendes.

Brasília, 2012. 133 p.:II.

Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável.

Universidade de Brasília, Brasília.

1. Desenvolvimento Territorial. 2. Desenvolvimento Sustentável. 3. Políticas. I. Universidade de Brasília. CDS.

II. Título.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias, somente para propósitos acadêmicos e científicos. O (a) autor (a) reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta tese de doutorado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do (a) autor (a).

Assinatura

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**O Programa de Desenvolvimento Territorial Integrado
Sustentável (PDTIS) Grande Sertão do Vale do Urucuia em
Minas Gerais/Goiás**

Venícus Juvêncio de Miranda Mendes

Dissertação de Mestrado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração Política e Gestão Ambiental.

Aprovado por:

Frédéric Adelin Georges Mertens, Doutor (Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS/UnB)
(Orientador)

Magda Eva Soares de Faria Wehrmann, Doutora em Sociologia (Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS/UnB)
(Examinador Interno)

Josiane do S. A. Souza, Doutora em Desenvolvimento Sustentável (Faculdade do Gama –FGA/UnB)
(Examinador Externo)

Brasília-DF, abril de 2012

A todos que contribuíram direta ou indiretamente com essa pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por concluir essa importante fase acadêmica. Aos meus pais que sempre me apoiaram em todas as atividades, pelas diversas formas de incentivo e força, pois sem eles seria muito mais difícil essa longa jornada.

A Fundação Banco do Brasil - FBB que prestou apoio à pesquisa subsidiando-a parcialmente, que cedeu documentos, permitiu a realização de entrevistas e se mostrou disposta a contribuir. A equipe do Cresertão localizado em Sagarana, distrito de Arinos – MG. A todas as pessoas que colaboraram para a pesquisa, desde os entrevistados, representantes institucionais, Copabase, e aos moradores do território que pesquisei.

Ao professor José Augusto Leitão Drummond, que ajudou a direcionar a pesquisa, que de maneira construtiva realizou diversas críticas, propiciando a evolução em um processo de desenvolvimento acadêmico ao longo do tempo baseado em suas contribuições. Além das contribuições com questões internas no departamento. A minha co-orientadora Juliana Dalboni Rocha que me apresentou a temática, muito auxiliou na revisão dos relatórios mensais encaminhados à FBB, e no desenvolvimento da pesquisa. Aos docentes do Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS/UnB que se dedicam ao ensino, pesquisa e extensão para o desenvolvimento sustentável.

Agradeço ao professor Frédéric Mertens que orientou a pesquisa e ajudou a direcionar de modo a permitir o bom desenvolvimento do estudo, assim como contribuiu para superar os desafios impostos. Pela paciência e cooperação.

A Priscila Bernardes que me apresentou o Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS, incentivou-me a participar do processo seletivo e foi fundamental para meu ingresso, com quem pude contar com incentivo e diversas broncas.

A amiga Adrilane Oliveira, importantíssima para o término dessa pesquisa, com quem pude compartilhar dificuldades e sucessos desta jornada. Diversas vezes conversamos e discutimos a respeito das pesquisas, conceitos e aplicabilidade real dos aprendizados acadêmicos. Muito obrigado Adrilane, por todo apoio e incentivo nas horas difíceis e boas.

As amigas Maria Luiza Lawinsky e Cássia Coutinho que muito me ajudaram e incentivaram para o término do presente estudo. Pessoas com que pude discutir e pensar a respeito de teorias, projetos, pontos de vistas e diversos outros assuntos. Muito Obrigado!

A todos os colegas e amigos do Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS/UnB. Aos funcionários do CDS que juntos permitem o desenvolvimento das atividades acadêmicas. Aos meus amigos Rafael Wasowski, Maria Eliesse, Francesco Saporito, Claudia Laport, Yara Farias, Flávio Augusto, Diogo Régis, Carlos Morya, Luiz Felipe, Gabriela Guimarães, Valéria Gentil, Camylla Portela, Juliana Cristina e Graciano Cabral (Alberto) e todos outros por todo apoio desprendido ao longo dos anos. Por fim, aos amigos do Jardim Botânico de Brasília – JBB.

Mestre não é quem sempre ensina, mas quem de repente aprende.

Guimarães Rosa

RESUMO

A pesquisa apresenta bases teóricas a cerca do tema território e desenvolvimento, aplicado a um contexto prático do Programa de Desenvolvimento Territorial Integrado Sustentável – PDTIS, que busca melhorar a condição de vida das pessoas mais pobres em um contexto territorial. Cabe aqui investigar se o desenvolvimento proposto no que tange o PDTIS cumpre sua ideia norteadora de território ou não, se as ações promovem benefícios para as populações e se houve melhorias efetivas para o território. Uma das críticas da pesquisa diz respeito à pouca clareza quanto ao marco teórico do Programa, visto que este não foi concebido para o programa, assim como o questionamento quanto a estruturação estratégica, visto que três linhas de atuação (educação; trabalho e renda; e tecnologia social) pré-existentes em outros locais foram incorporadas em forma de programa em um dado território. O conceito de desenvolvimento territorial agregado ao PDTIS apresenta falhas, tal como a falta de planejamento estratégico para atender demandas de todos os municípios, dificuldade em estabelecer um único território com as políticas de desenvolvimento do Governo Federal, visto que os Ministérios apresentam programas territoriais como os diferentes municípios nas formações territoriais. A pesquisa faz uma análise da efetividade do PDTIS Grande Sertão, com lócus no Vale do Urucuia. Analisa o caráter territorial proposto para o então programa de desenvolvimento. Para a investigação foram realizadas entrevistas semiestruturadas com atores chaves, aplicado questionários para beneficiados do programa, e utilizaram-se dados secundários, por exemplo, o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, os benefícios de programas de transferência de renda, os dados econômicos e os relatórios dentre outros. A pesquisa aponta para uma falha no caráter territorial do programa, além de dificuldades das políticas e articulações entre órgãos do setor público.

Palavras chaves: Desenvolvimento territorial, Fundação Banco do Brasil, Desenvolvimento sustentável, Programa de Desenvolvimento Territorial Integrado Sustentável.

ABSTRACT

The research presents theoretical bases around the subject land and development, applied to a practical context of the Program for Integrated Sustainable Land Development - PDTIS, which seeks to improve the living conditions of the poorest people in a national context. It is worth investigating whether the proposed development in relation to PDTIS fulfills its guiding idea of territory or not, if it shares beneficially for the people and if there were effective improvements to the territory. One criticism of research concerns the lack of clarity about the theoretical framework of the program since it was not designed for the program, as well as strategic questions about the structure, since three lines of activity (education, work and income; social technology) pre-existing elsewhere were incorporated in the form of program in a given territory. The concept of territorial development has added to PDTIS failures, such as the lack of strategic planning to meet all demands for municipalities, difficulty in establishing a single territory with the development policies of the Federal Government, since the territorial ministries have programs like the different municipalities in the territorial formations. The research analyzes the effectiveness of PDTIS Great Hinton, with locus Valley Urucuia. Analyzes the character of the then proposed for territorial development program. For the investigation was conducted were semi-structured interviews with key players, used questionnaires to beneficiaries of the program, and we used secondary data, for example, the Human Development Index - HDI, the benefits of cash transfer programs, and economic data reports among others. The research points to a flaw in the territorial nature of the program, and difficulties of policies and links between public sector agencies.

Keywords: Land Development, Bank of Brazil Foundation, Sustainable Development, Program for Integrated Sustainable Land Development.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Políticas públicas territoriais nos municípios do PDTIS.....	62
Tabela 2 - Total de Transferência de Recursos do Governo Federal.....	66
Tabela 3 - Produto Interno Bruto per Capita	67
Tabela 4 - Escores da taxa de alfabetização dos municípios estudados e regiões nos anos de 1991 e 2000.....	68
Tabela 5 - Taxa de alfabetização na Microrregião de Unaí (MG)	69
Tabela 6 - Escores do Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios Estudados, 1991 e 2000.....	70
Tabela 7 - Escores do Índice de Desenvolvimento Humano por regiões, Minas Gerais, Brasília e Brasil.....	71
Tabela 8 - Transferência de renda do Programa Bolsa Família no ano de 2010.....	74
Tabela 9 - Total de transferência de recursos do Governo Federal para os municípios no ano de 2010.....	76
Tabela 10 - Público alvo - 502 famílias	91

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cronologia do desenvolvimento no Brasil	54
Quadro 2 – Ações técnicas da Copabase no ano de 2010	89
Quadro 3 - Critérios para apoiar cadeias produtivas	91
Quadro 4 - Arranjo institucional (parceiro e atribuições).....	105

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Participação das pessoas em cooperativas anterior às ações da FBB e Sebrae.....	40
Gráfico 2 - Núcleo e alunos do BB-Educar no ano de 2009.	83
Gráfico 3 - uso de tecnologias sociais nas propriedades rurais. Elaborado pelo autor.	88
Gráfico 4 - comercialização de produtos para outros municípios.	93
Gráfico 5- Comercialização de produtos para outros estados.	93
Gráfico 6 - Renda familiar após atuação da FBB/PDTIS. Elaborado pelo autor. Fonte: O autor, dados provenientes da atividade de campo, ano de 2011.....	108
Gráfico 7 - Porcentagem da produção familiar de alimentos e o consumo doméstico. Fonte: O autor, dados provenientes da atividade de campo, ano de 2011.....	108
Gráfico 8 - Porcentagem de famílias que recebem benefícios sociais. Fonte: O autor, dados provenientes da atividade de campo, ano de 2011.	109

LISTA DE SIGLAS

ADISVRU – Agência de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Vale do Rio Urucuia

ADRS – Agente de Desenvolvimento Rural Sustentável

BB – Banco do Brasil

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

COPABASE – Cooperativa da Agricultura Familiar Sustentável com Base na Economia Solidária

CVSF – Comissão do Vale do São Francisco

DLIS – Desenvolvimento Local Integrado Sustentável

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FBB – Fundação Banco do Brasil

IADH – Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MI – Ministério da Integração Nacional

ONU – Organização das Nações Unidas

ONG – Organização Não Governamental

PDTIS – Programa de Desenvolvimento Territorial Integrado Sustentável

PIB – Produto Interno Bruto

PNB – Produto Nacional Bruto

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional

PROMESO – Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. METODOLOGIA	15
1.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA	15
1.2 ATIVIDADE DE CAMPO	19
1.3 ÁREA DE ESTUDO.....	20
2. ABORDAGEM TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	23
2.1 CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO.....	26
2.2 CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO.....	38
2.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	42
2.4 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	44
2.5 O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO NO PDTIS.....	49
2.6 OUTRAS ESPACIALIDADES.....	51
2.6.1 Regional	51
2.6.2 Local.....	54
2.7. Perspectivas Governamentais para o Desenvolvimento Territorial	57
2.8. Diferentes Territórios.....	59
3. O PDTIS GRANDE SERTÃO NO VALE DO RIO URUCUIA.....	65
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	65
3.1.2 Índices socioeconômicos	67
3.2 PDTIS – GRANDE SERTÃO DO VALE DO URUCUIA	76
3.3 LINHAS DE ATUAÇÃO E ARTICULAÇÃO.....	79
3.3.1 Educação.....	79
3.3.2 Trabalho e renda.....	84
3.3.3 Tecnologia Social.....	86
3.4 CADEIAS PRODUTIVAS	90
3.5 INVESTIMENTOS DO PDTIS	94
3.6 ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAL NO PDTIS.....	98
3.7 AVALIAÇÃO E EFETIVIDADE DO PROGRAMA.....	107
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
5. LIMITAÇÕES	117
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	119
ANEXOS.....	124

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento é uma ideia presente no imaginário coletivo como algo a ser atingido, conquistado, um verdadeiro mito (FURTADO, 1981). O desenvolvimento também está presente no pensamento humano como evolução e crescimento, além de outras vertentes econômicas, ou seja, o desenvolvimento pode ter diversas conotações.

A evolução muito presente nas Ciências da Terra está relacionada ao desenvolvimento de sistemas biológicos, físicos e químicos, por exemplo, o desenvolvimento de uma espécie de vírus, que ao ser combatido gera mecanismos de defesa, mutação e evolução para uma variação do mesmo vírus em uma versão mais resistente, ou até mesmo a constituição de um novo elemento com características de um novo vírus. Já nas ciências humanas o desenvolvimento ganha outros diferentes sentidos.

Em termos gerais o crescimento, sobretudo avanço dos sistemas econômicos das nações, estados, municípios dentre outros, a partir de ganhos monetários constantes, que ao final de um período deve ser maior que o dado auferido anteriormente. Este é o crescimento econômico propriamente dito. Contudo crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento social, ou seja, não permite necessariamente melhoria das condições de vida para as populações (ABRAMOVAY, 2002).

O crescimento econômico que gera riquezas materiais para as nações, nem sempre promove benesses sociais diretas na mesma proporção. Desse modo, o crescimento econômico não é igual a melhoria de vida da maior parte das pessoas de um dado local. Para que exista melhoria de vida é preciso levar em consideração outros fatores, tais como: educação, mortalidade infantil, saneamento básico, moradia, fome, emprego ou fonte de renda, dentre outros.

Alguns teóricos, como Sachs (2002) defendem o desenvolvimento sustentável como uma alternativa, ou uma nova teoria a cerca de modelos de desenvolvimento fracassados. Neste caso desenvolvimento sustentável se refere à uma forma de desenvolver, tendo como premissa três elementos chave: meio ambiente, economia e ganhos sociais. Esse desenvolvimento necessita permitir o uso fruído das futuras gerações de condições na Terra iguais as atuais. A junção de tais elementos é equivalente a uma forma racional e benéfica para todos. Um modo de desenvolvimento sustentável que pode ser aplicado em diferentes espacialidades geográficas. O Relatório Brundtland ou Nosso Futuro Comum de 1987 enfoca a interrelação entre o ser humano, ecologia, economia ao aspecto ambiental. O

relatório define o desenvolvimento sustentável como aquele capaz de garantir às necessidades das presentes gerações sem comprometer o uso fruto das futuras gerações.

O desenvolvimento territorial que é uma das dimensões do desenvolvimento sustentável, emerge como uma nova tentativa de promover um desenvolvimento baseado em escalas espaciais, com notório reconhecimento em políticas públicas de desenvolvimento regional e local no país, no Brasil a vertente territorial ganha força em políticas públicas. A partir de políticas, programas, ações e projeto de desenvolvimento territorial, o país tem se desenvolvido baseando, dentre outras formas, na escala territorial para resolver ou ao menos minimizar o desenvolvimento nos quinhões do Brasil.

Nesse contexto complexo, com diversas vertentes que buscam o “desenvolvimento“, existe a Fundação Banco do Brasil (FBB) que desenvolve o Programa de Desenvolvimento Territorial Integrado Sustentável (PDTIS) Grande Sertão no Vale do rio Urucuia. Esse Programa que envolve municípios, com trabalhos articuladores, promovidos desde o ano de 2000. Como o próprio nome presente no PDTIS explicita, neste caso é dado destaque conceitualmente a três linhas: território, integração e sustentabilidade.

Tais pontos serão abordados nessa pesquisa que segue como uma nova proposta de desenvolvimento, onde se discute a aplicação do objetivo proposto do programa e sua denominação territorial, integrada e sustentável, com destaque para a vertente espacial, o território.

A pesquisa apresentada busca entender, a face do desenvolvimento proposto pela FBB, se há ou não o desenvolvimento do território do Vale do rio Urucuia, na espacialidade que engloba os municípios pesquisados. O PDTIS consegue cumprir com seu objetivo de desenvolvimento com caráter territorial?

O Vale do rio Urucuia abrange partes de três estados: Goiás, Minas Gerais e Bahia. No entanto o território de desenvolvimento do Vale do Urucuia no PDTIS – Grande Sertão abrange apenas Goiás e Minas Gerais, fundamentalmente o segundo estado, que tem a participação de 10 dos 11 municípios. A partir das informações apresentadas será possível compreender as características e especificidades para posteriormente analisar os dados sobre desenvolvimento no território.

O território a ser pesquisado e que é objeto das ações da FBB abrange 11 municípios (Figura 1), sendo um em Goiás (Nordeste do estado) e dez em Minas Gerais (noroeste do estado): Cabeceiras (GO), Arinos, Bonfinópolis, Buritis, Chapada Gaúcha, Formoso,

Pintópolis, Riachinho, São Romão, Uruana de Minas e Uruçuaia (MG) (BURSZTYN et al, 2008b).

No primeiro capítulo será apresentado a abordagem metodológica da pesquisa, com objetivos, ferramentas, instrumentos e métodos de análise. O segundo capítulo trata do desenvolvimento territorial, apresenta e discute conceitos relativos a território, desenvolvimento sustentável, capital social, o uso de elementos teóricos principalmente a respeito do conceito de território, uso de diferentes formas de divisão territorial para o desenvolvimento, além de abordar as diferentes abordagens espaciais. Também apresenta diferentes abordagens de desenvolvimento espacial no âmbito do Governo Federal, com utilização de conceitos e integração das abordagens e como essas políticas se convergem.

O terceiro capítulo analisa o PDTIS Grande Sertão no Vale do Rio Uruçuaia quanto ao desenvolvimento territorial, integrado e sustentável. Considera diversos aspectos conceituais e norteadores do programa. O quarto capítulo consiste nas considerações finais do trabalho, seguido do quinto capítulo que apresenta as limitações da pesquisa, por fim as referências bibliográficas e anexos que fazer parte do presente estudo.

Os municípios do PDTIS Grande Sertão do Vale do rio Uruçuaia ocupam conjuntamente uma área de 27.872 km². No ano de 2007 a população total era formada por 107.466 mil habitantes, já em 2009 a estimativa do IBGE foi de 112.789 mil habitantes. (IBGE, 2010a; IBGE, 2010b). De acordo com dados referentes ao ano 2000, o município com maior população é Buritis, com 20.396 habitantes, dos quais 32% residem na área rural. Já o município de Uruana de Minas possui a menor população com 3.263. Vale ressaltar que em 1991 a média da população urbana dos 11 municípios era de 39% em relação à rural, enquanto no ano 2000, passou para 56% (IBGE, 2010b). Os dados apontam para o processo de migração interna nos municípios, da área rural para a urbana, fato que pode evidenciar a busca de emprego e melhores condições vida na área urbana em relação ao espaço rural.

Os municípios são ligados ao Distrito Federal, estados e a outros municípios por rodovias federais e estaduais. As principais são: BR-030, BR-479, BR-251, BR-250, MG-202, MG-402, MG-181 e, GO-161 (Ministério dos Transportes, 2010). Vale ressaltar que o acesso de Brasília até Arinos é pavimentado, mas de Arinos até Chapada Gaúcha não possui pavimentação. Para dinamizar e viabilizar o comércio entre os municípios e outras localidades é preciso que as estradas pavimentadas ou não, possuam boas condições de tráfego para permitir deslocamento de pessoas e mercadorias, fato esse que dificulta os processos gestão de negócios e o próprio desenvolvimento econômico e educacional.

Outro grande destaque da região é o Parque Nacional Grande Sertão Veredas – (PNGSV) com 231.668 hectares em área de Cerrado, ele recebe visitantes durante todo o ano. A sede do (PNGSV) é localizada no município de Chapada Gaúcha.

A pesquisa faz uma análise teórica e discussão a respeito dos principais temas relacionados a desenvolvimento, território, e utiliza como estudo de caso o Programa de Desenvolvimento Territorial Integrado e Sustentável, que busca aplicar conceitos de desenvolvimento e sustentabilidade. A territorialidade proposta pelo programa é questionada no estudo que apresenta os fundamentos teóricos, dados secundários e primários.

1. METODOLOGIA

1.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA

A referente pesquisa sobre o Programa de Desenvolvimento Territorial Integrado Sustentável (PDTIS) Grande Sertão da Fundação Banco do Brasil (FBB), faz parte de uma parceria estabelecida entre a FBB e o Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da Universidade de Brasília (UnB) no qual, esta última instituição foi incumbida de realizar estudos sobre o programa, dentre eles pesquisas acadêmicas em nível de mestrado.

Para alcançar os objetivos de discussão e investigação propostos foi traçada uma metodologia de pesquisa, com elementos, etapas e os meios necessários para se contemplar, que será apresentada a seguir. Para tanto esta investigação possui em sua estruturação aspectos conceituais, analíticos e práticos a respeito da temática a ser pesquisada e no estudo de caso que será analisado.

A primeira etapa da pesquisa consistiu na revisão bibliográfica da literatura conceitual, teórica e analítica sobre desenvolvimento, desenvolvimento territorial, capital social e desenvolvimento sustentável, e as aplicações territoriais de desenvolvimento no ambiente do Governo Federal. Entende-se que a pesquisa teórica é fundamental para conceituar e estruturar a pesquisa.

Essa etapa foi seguida da análise de dados (relatórios e documentos institucionais) sobre o Programa de Desenvolvimento Territorial Integrado Sustentável (PDTIS), oriundos da Fundação Banco do Brasil (FBB), a qual é a idealizadora e principal fomentadora desse programa. Foram usados dados secundários fornecidos por documentos (relatórios e estudos) da Fundação Banco do Brasil; dados apresentados em reuniões (slides), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Os documentos da FBB foram fornecidos pela própria instituição, após contato a realização de reuniões.

A terceira etapa é constituída da estruturação das atividades a serem realizadas em campo. Compreendeu o levantamento e identificação de atores chave, elaboração de um questionário quantitativo/qualitativo (anexo A), que foi aplicado aos beneficiados diretos e a elaboração de perguntas norteadoras para entrevista com os outros atores.

A quarta etapa consiste na atividade de campo. O pesquisador esteve em 3 ocasiões no território, a primeira e segunda para participar de eventos em Sagarana (Distrito de Arinos), quando foram reunidos parceiros e beneficiados. A terceira visita foi realizada em diferentes municípios, nos quais foram realizadas visitas a propriedades rurais (20 famílias em diferentes municípios – Arinos, Uruana, Uruçuia e Chapada Gaúcha) em que se pôde realizar a observação *in loco* e entrevistas a beneficiados, líderes comunitários e representantes institucionais. Os municípios de Arinos e Chapada Gaúcha foram escolhidos devido sua representatividade, possuem as cooperativas que participam do PDTIS, e os outros dois foram escolhidos aleatoriamente. A quinta etapa compreendeu na agregação, tabulação, organização e análise dos dados reunidos na atividade de campo. No trabalho *in loco* foi realizado entrevistas (anexos A e B), com os atores, para tanto foi contratada uma pessoa que conhece a região para levar o pesquisados as diferentes localidades

Na fase posterior foram elaboradas as considerações finais de forma clara e objetiva, contendo sugestões e críticas quanto as pesquisas teóricas e ao Programa de Desenvolvimento Territorial Integrado Sustentável (PDTIS), que nesse contexto serve como estudo de caso para a pesquisa.

O Programa de Desenvolvimento Territorial Integrado e Sustentável (PDTIS), Grande Sertão, no Vale do rio Uruçuia, é uma representação real de desenvolvimento, que envolve a complexidade de estudos sobre desenvolvimento utilizando o território como lócus conjugado com sustentabilidade.

Para realizar a investigação proposta a pesquisa é fundamenta teoricamente para investigação, como forma de contribuir com as pesquisas de desenvolvimento social e econômico no país. A pesquisa utiliza informações qualitativas e dados quantitativos, como índices de desenvolvimento humano, dados do IBGE, relatório da FBB, que também serão analisados para avaliar o “desenvolvimento territorial, integrado sustentável” do programa da Fundação Banco do Brasil – (FBB).

Na análise qualitativa a presença ou não de elementos e/ou de um conjunto de características na mensagem transmitida pelo entrevistado é levada em consideração para analisar diversos tipos de questões (BARDIN, 2009). Neste sentido a análise qualitativa servirá como um instrumento para análise do discurso dos atores, assim como a integração deste recurso com o estudo de documentos e referencial teórico referente ao PDTIS.

A pesquisa qualitativa se apresenta como uma ferramenta que condiciona análises não apenas numéricas de investimentos financeiros e número de beneficiados, mas sim os

alcances e resultados do PDTIS para as comunidades atendidas. A pesquisa qualitativa também faz uso em sua fundamentação de dados de insumos financeiros, das modalidades dos investimentos, dos resultados, da série histórica e principalmente da aplicação de entrevistas semiestruturadas com atores previamente mapeados.

A entrevista semiestruturada é reconhecida pela riqueza de informações e pela fala do entrevistado, que pode expressar a singularidade ou mesmo se esquivar da responsabilidade das informações, além disto, é multidimensional devido às significações expressas pelo sujeito observado, seja ele representante institucional ou mesmo os beneficiados diretos do PDTIS – Grande Sertão (BARDIN, 2009). Desse modo, os atores, sejam eles institucionais ou beneficiados diretos do PDTIS foram submetidos a entrevistas e juntamente com documentos, relatórios e dados bibliográfico foram analisados.

Para compreender a dinâmica do PDTIS e das atividades desenvolvidas, foi realizado o mapeamento de atores chave, estruturados de acordo com as organizações que representam (FBB, Copabase, Governo, Institutos, Ong`s e beneficiados). Após o mapeamento dos atores foram elaboradas perguntas para serem aplicadas, por meio de entrevistas semiestruturadas, que serão conduzidas de acordo com grupo de atores pré-determinados, de modo a considerar as especificidades de cada um, por exemplo, institucionais, executores e beneficiados¹.

Posterior a realização das entrevistas, foi iniciada a atividade de transcrição das gravações, seguida da análise dos respectivos depoimentos. Os resultados destas análises foram comparados entre os atores e com os dados obtidos na pesquisa bibliográfica, documental e atividades de observação em campo. A análise e comparação utilizados serviram para comprovar ou não a proposta de desenvolvimento territorial sustentável com a prática de desenvolvimento realizado e seus reais alcances práticos e teóricos.

A seleção do grupo de atores se deu por meio da análise dos principais atores envolvidos no programa, assim como a representatividade das instituições que tratam de desenvolvimento espacial. O grupo representa uma amostra de indivíduos aptos a responderem as entrevistas pertinentes à pesquisa.

O grupo de atores é representado por:

- Fundação Banco do Brasil (FBB);
- Prefeito de Arinos;

¹ Vide tabela de atores no Anexo C

- Presidente do Consórcio de prefeitos;
- Poder Legislativo Estadual – Deputado Estadual;
- Copabase - Cooperativa Agrossilviextrativista em Base de Agricultura Familiar e Econômica Solidária;
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE);
- Associação de Mandiocultores-Bonfinópolis;
- Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano (IAHD);
- Cooperativa Regional de Produtores Agrossilviextrativista Sertão Veredas;
- Cooperativa de apicultura;
- Beneficiados diretos.

O estudo se baseia na hipótese de que as ações de desenvolvimento territorial promovidas pela FBB e intuições parceiras, no Vale do Urucuia, que buscam o desenvolvimento social, econômico, aliado conservação ambiental a partir do contexto territorial, envolvendo 11 municípios, são insuficientes para o desenvolvimento territorial sustentável da referida região.

O estudo tem como objetivo geral, identificar, discutir e analisar os conhecimentos relativos ao desenvolvimento territorial, com destaque para o Programa de Desenvolvimento Territorial Integrado Sustentável – PDTIS Grande Sertão do Vale do Urucuia a partir do ano de 2000. A seguir os objetivos específicos:

Identificar, no âmbito do Governo Federal, a forma como o desenvolvimento espacial é aplicado para promover o desenvolvimento territorial.

Apresentar e discutir conceitos relativos a desenvolvimento, território e mobilização social.

Analisar o Programa de Desenvolvimento Territorial Integrado Sustentável (PDTIS) em um contexto teórico e prático de desenvolvimento territorial e sustentabilidade.

Promover o desenvolvimento em um espaço geográfico marcado baixos escores nos índices socioeconômicos, com um sentido territorial e sustentável é um desafio, que pode ser ou não alçado. Que pode ser promovido por meio de iniciativas governamentais, privadas ou do terceiro setor.

1.2 ATIVIDADE DE CAMPO

No mês de junho do ano de 2011 foi realizada atividade de campo prévia no III Encontro de Parceiros do Vale do Urucuia, em Sagarana – MG. Naquela ocasião foi cumprida a investigação necessária para o mapeamento de atores chave, que é fundamental para a realização das entrevistas com representantes institucionais e o estabelecimento de contatos prévios. A atividade de campo para realização de entrevistas e coleta de dados foi realizada em dezembro de 2011.

A coleta de informações em campo se deu por meio, de entrevistas semiestruturadas aplicadas aos atores conforme as suas representações, por exemplo institucionais e beneficiados. Com os dados obtidos foi possível ter uma concepção real que envolve a conceituação e a prática do desenvolvimento territorial sustentável com a realidade do PDTIS no território do Vale do rio Urucuia. Além das entrevistas, foi realizada visita a projetos e propriedades/indivíduos beneficiados diretos e indiretos para conhecer *in loco* as percepções dos beneficiados, assim como analisar como o desenvolvimento territorial e sustentável é incorporado no território.

Devido a dificuldade de realizar locomoção entre os onze (11) municípios e possuir apenas um (1) pesquisador para realizar as entrevistas, optou-se realizar as entrevistas com os beneficiários diretos em 4 municípios. Esses foram escolhidos de acordo com a representatividade dos municípios (Arinos e Chapada Gaúcha) de cada um, e dois aleatórios (Uruana e Bonfinópolis). Devido a dificuldades ocorridas na atividade de campo, com a péssima condição da estrada não pavimentada entre Arinos e Chapada Gaúcha, foi recomendado por uma representante da Coopesertão o não deslocamento até o município de Chapada Gaúcha, o que corroborou para não realizar deslocamento também para Bonfinópolis. Outro fato que colaborou para não realizar atividades de campo nos dois municípios citados foi o atraso em entrevista em Arinos. O município de Arinos é o maior dos atendidos, possui em sua área a sede da Copabase, que é a principal cooperativa responsável por executar as atividades do PDTIS no Vale do rio Urucuia; e Chapada Gaúcha, segundo maior município da região, que atende outros municípios mais próximos de sua área de influência, além de possuir na localidade cooperativas, tal como a Grande Sertão, capaz de articular as famílias em prol do desenvolvimento e da própria participação no PDTIS. Outros municípios não foram visitados devido a falta de recursos financeiros, inviabilidade de locomoção em estradas de terra e a grande distancia entre eles.

Durante a pesquisa foram realizadas atividades de campo no território que abrange o PDTIS/Vale do Urucuia, para realizar o reconhecimento de alguns projetos e ações

executadas. Com este tipo de atividade foi possível conhecer em parte a realidade de algumas ações do programa e suas aplicações à teoria de desenvolvimento territorial e sustentabilidade. Além das entrevistas e registros já mencionados.

1.3 ÁREA DE ESTUDO

A escolha do território do Vale do Rio Urucua deu-se baseado nas experiências de programas e projetos de desenvolvimento, que desta vez tomou como base de atuação o critério espacial de território e avançou quando a apresenta a ideia do desenvolvimento sustentável aliado a o a proposta de território. O Urucua possui histórico de ações de desenvolvimento com enfoque territorial, apresenta os baixos índices socioeconômicos, mas que vem melhorando lentamente.

Em busca do desenvolvimento territorial a Fundação Banco do Brasil (FBB) e outras instituições dos setores públicos, privados e/ou do terceiro setor, colaboram para justificar o Grande Sertão ou o Vale do Urucua como importante lócus em busca do desenvolvimento territorial.

Além da intenção do pesquisado de se investigar novas iniciativas em prol do desenvolvimento, deve-se levar em consideração a linha de pesquisa do CDS e da parceria firmada entre a Fundação Banco do Brasil (FBB) e CDS.

A primeira fase, denominada pré-campo, consistiu da preparação para a realização da atividade proposta *in loco*. Naquele período foi realizado contato com atores chaves² do Programa de Desenvolvimento Territorial Integrado Sustentável (PDTIS) que atuam e residem na região de estudo. Nem todos eleitos como chave participaram das entrevistas, seja por dificuldade de acesso físico do entrevistador aos locais, dificuldade de agendamento ou mesmo não responderam aos e-mails.

Para realizar as entrevistas foram elaboradas perguntas chave norteadores, as quais serviram de instrumento para balizar as entrevistas. Por fim as perguntas foram agrupadas de acordo com os atores (institucionais e beneficiados).

Na fase que antecede a pesquisa de campo e após a atividade no território foi realizada pesquisa bibliográfica (livros, artigos, teses, dissertações, dentre outros), e

² Entende-se por atore chave o que Sabourin (2002; p. 25) denomina de atores sociais: “agentes sociais e econômicos, indivíduos ou instituições, que realizam ou desenpenham atividades, ou então, mantém relações num determinado território.”

documentos produzidos pela Fundação Banco do Brasil (FBB), a qual fundamentou a elaboração das perguntas aos entrevistados e a análise das informações obtidas. A pesquisa documental visa dar forma representativa as informações expressas nos documentos (BARDIN, 2009). A pesquisa bibliográfica é fundamental para embasar as argumentações presentes na pesquisa, logo foi necessária e muito importante para a realização da pesquisa.

Após a atividade de campo os dados foram reunidos e sistematizados de modo a permitir ao pesquisador analisar e interpretar as informações obtidas. Essa etapa inclui a digitalização das informações, cruzamento e dados, construção de tabelas e confecção de ilustrações e mapas que representem os resultados da pesquisa de campo. Por fim, foi realizada a revisão textual e formatação do documento.

Os instrumentos foram escolhidos de acordo com sua capacidade em reunir dados e permitir a análise qualitativa das respectivas informações a serem reunidas, de maneira que atendam as necessidades da investigação do estudo proposto.

Segue abaixo os instrumentos:

- Pesquisa bibliográfica, sites, plataformas de pesquisa; livros, artigos, CDs room;
- Pesquisa em documentos da Fundação Banco do Brasil – (FBB);
- Entrevistas semiestruturadas;
- Visita a projetos e propriedades apoiadas no estado de Minas Gerais;
- Aquisição de dados primários.
- Produção de textos, figuras e mapas.

A pesquisa reúne informações de fontes secundárias e primárias, todas devidamente citadas, as quais são apresentadas e discutidas ao longo da pesquisa.

LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PDTIS

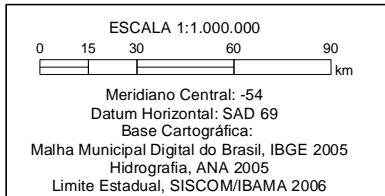
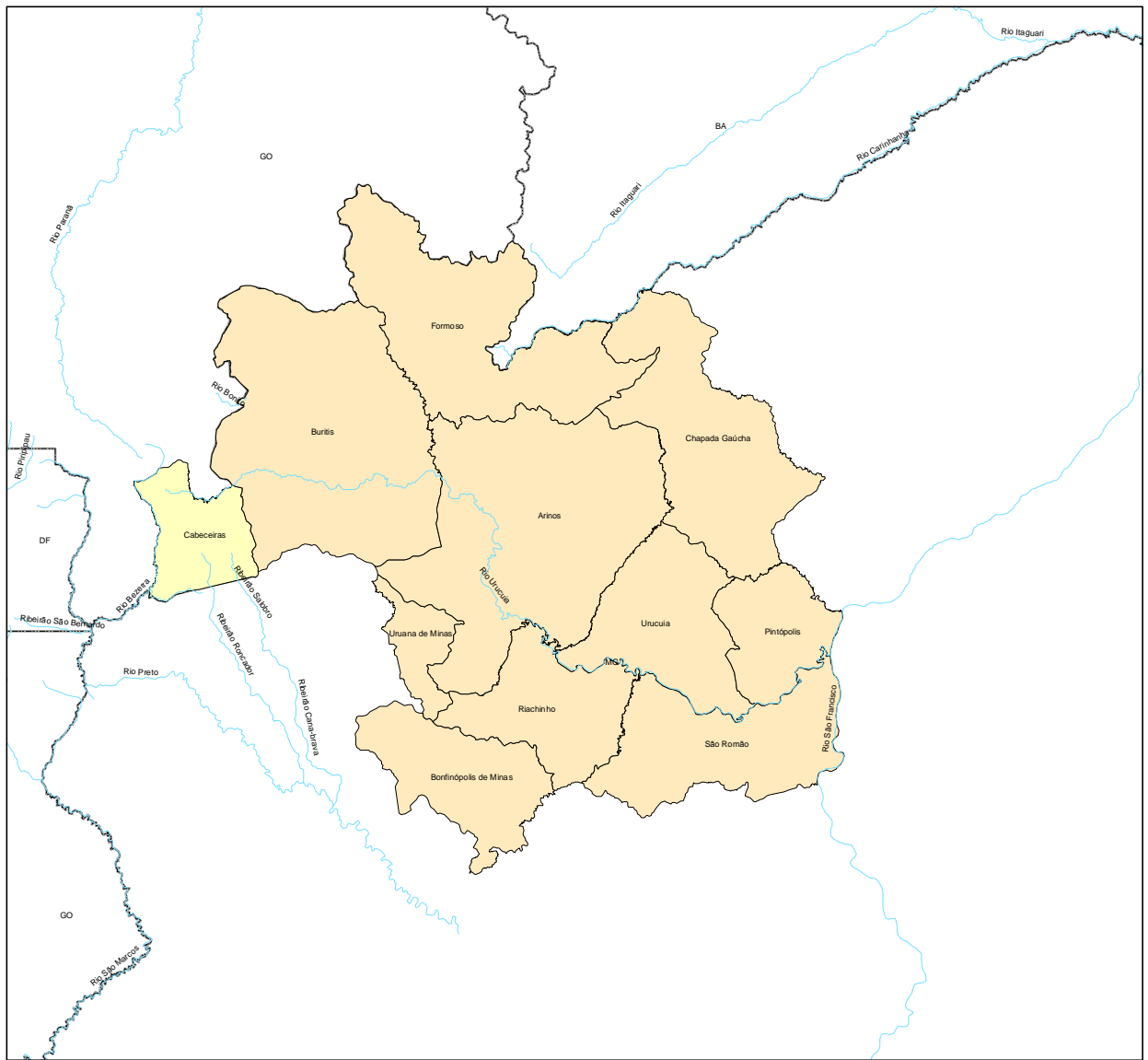


Figura 1 - Mapa de localização dos municípios do PDTIS. Elaborado pelo autor.

2. ABORDAGEM TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO

O capítulo tem o objetivo discutir conceitos relativos ao desenvolvimento territorial, território e outras espacialidades que possuem notório reconhecimento teórico e prático relativo às políticas e programas de desenvolvimento.

A preocupação com o estudo da espacialidade tornou-se corriqueira nas abordagens das ciências sociais para representar e analisar os fenômenos e processos sociais (VARGAS, 2004). Contudo, apesar dessa atualidade, no passado este tema não era tratado como relevante (SANTOS, 1996). Este fato é observado nas obras de David Harvey e outros autores que destacam a territorialização nos estudos acadêmicos e aplicações práticas, como nas ciências sociais, políticas e programas especialmente sobre desenvolvimento.

Estudos sobre desenvolvimento, no caso das ciências sociais, formam uma parte estabelecida da academia em escala mundial, que pode ser comprovado pelas diversas publicações a respeito do tema. Esse fato expressa a preocupação dos cientistas e dos Estados de compreender os fenômenos ligados às mudanças sociais. Nesse contexto da estruturação teórica, acerca do desenvolvimento econômico e social, surgiram diferentes linhas orientadas por percepções e objetivos nem sempre comuns.

A relevância dessa discussão para a presente dissertação é de contextualizar a importância do caráter espacial e sua aplicação em diferentes períodos da história, além da relevância acadêmica. A retomada do território como elemento de pesquisa e ação constitui um avanço para pesquisas, que certamente subsidiam importantes decisões no campo político, econômico e social.

Os estudos sobre o desenvolvimento emergem no período após a II Guerra Mundial, por parte de governos e instituições internacionais políticas e econômicas, uma preocupação com o desenvolvimento econômico e com a escala espacial, com o objetivo de recuperar os países abalados pela guerra e diminuir as desigualdades entre e dentro dos países (DINIZ, 2001; SCHNEIDER, 2004). Neste cenário de necessidade de reorganizar os países após períodos de crise, o planejamento regional como forma de desenvolvimento ganha destaque em países como: Estados Unidos, França, Alemanha, na extinta União Soviética e Itália com autores (AMENDOLA e BARATA, (1978); PERROUX, (1967); MYRDAL, (1957), dentre outros).

No contexto de espacialização para compreender o desenvolvimento territorial é preciso conhecer melhor algumas acepções a respeito de “território”, que será fundamental para entender as dimensões que abordam esse estudo.

Para Costa (2002, p 53-56) o território é menos espacializado e cada vez mais temporalizado. Isso se explica quando o autor faz alusão à abordagem de territorialização, desterritorialização e retorritorialização, em que destaca o pensamento de geógrafos a partir de uma noção contemporânea impressa no conhecimento relativo de tempo-espaço da modernidade ou mesmo da pós-modernidade. Nesse sentido a temporalidade remete aos processos de transformação do território ao longo dos tempos, ganhando ou perdendo elementos.

O território possui um sentido polissêmico, que pode ser tratado de forma abstrata ou concreta, que remete às relações interpessoais dos indivíduos, a convivência social em um espaço ou mesmo áreas definidas e utilizadas por diversas espécies animais e vegetais (VILLAR, 1987; COSTA, 2002). Essa concepção apresentada por Villar e Costa, além de inserir o caráter social do território, dá destaque para o aspecto físico natural do ambiente. Este fato não exclui as relações sociais, mas evidencia o meio natural, enquanto outros autores privilegiam o social.

Ainda no sentido de definir e dar significado Gehlen e Riella procuram explicar como o território é concebido, estruturado, constituído:

Espaço social produzido e delimitado por um entorno que o ordena é construído como representação: como tal, pode ser uma ferramenta, um recurso do desenvolvimento econômico e social. Nesta perspectiva se incluem no processo do planejamento as diferentes dimensões do território destacando sua complexidade. Todo o conjunto é afetado; ao mesmo tempo, apontam-se especificidades e particularidades internas às delimitações da sociedade global, as quais interagem nos processos de construção identitárias sócio-econômico-culturais que atribuem sentido ao local. O olhar holístico aponta para a incorporação de recursos específicos, propicia a invenção de alternativas de competitividade dos produtos gerados no interior de um território, vantagem compartilhada coletivamente (GEHLEN e RIELLA, 2004, p. 20).

Gehlen e Riella (2004) explicam que a gestão do território pode ser usada com fins econômicos produtivos, que deve ser planejado e articulado em toda sua complexidade, para que possa promover o desenvolvimento com base territorial. Nesse sentido o território é complexo e deve ser entendido em suas diversas dimensões – naturais, sociais, econômicas – para alcançar o desenvolvimento, seja ele sustentável, integrado ou não.

Autores como Gehlen e Riella (2004), criticam o conceito de território por entender que existem controvérsias, pois entendem que o conceito “amplifica” as concepções e “diversifica” os modos de entender e sistematizar um sistema complexo. Para estes autores

o conceito de território está em construção juntamente com o conceito de globalização, mas em alguns aspectos se opõem a ele, por exemplo, o território pode valorizar o local e regional, enquanto a globalização generaliza. Contudo, ainda segundo eles ao mesmo tempo a globalização também é capaz de inserir a ideia de território, por possibilitar a inserção em mercados que valorizam aspectos locais e regionais.

Ao abordar territorialização, desterritorialização e reterritorialização Costa (2002), destaca os seguintes pontos:

- Jurídico-políticas, que focalizam circunscrições e controles plenos quais o território é delimitado e controlado por determinado poder, especialmente o de caráter estatal. Essa abordagem predomina na geografia.
- Cultural, que investe na dimensão simbólica e mais subjetiva, segundo a qual o território é visto como produto da apropriação pelo imaginário e/ou pela identidade social sobre o espaço, abordagem mais afetiva a análises antropológicas.
- Econômica, destacando a territorialização, como: a) produto espacial de embate entre classes sociais na relação capital-trabalho e que, em geral aparece em análises econômicas e sociológicas (Costa, 1995); b) produto de disputa econômica de grupos empresariais, numa verdadeira “guerra dos lugares” (SANTOS, 1999).

Para Costa (2002), as abordagens territoriais de fundo sociológico procuram relacionar natureza e cultura na constituição do território. A partir da exposição do autor, é possível entender que o território é produzido pelo indivíduo a partir de suas relações sociais, principalmente com as relações entre os indivíduos, se dá grande destaque para o espaço natural. A visão do autor, ao considerar o caráter social é bastante comum entre autores que valorizam o aspecto social, como por exemplo, pode ser encontrado no texto de Ricardo Abramovay (2002).

Referências e análises sobre território são diversas, mas quando se trata de território humano o conceito extrapola os limites físicos naturais do ambiente e passam a ter o caráter humano a partir das relações. Por exemplo:

Um território não consiste simplesmente em uma região com atributos naturais. Ele é construído segundo a capacidade dos atores de estabelecer relações organizadas – mercantis e não mercantis –, que favoreçam não só a troca de informações e a conquista conjunta de certos mercados, mas também a pressão coletiva pela existência de bens públicos e de administração que possam dinamizar a vida regional (ABRAMOVAY, 2002, p. 120).

Como se pode observar, as concepções que envolvem o conceito de território são diversas, podem possuir elementos destoantes com apresentado por Gehlen (2004) a respeito da amplificação e generalização de conteúdo e formas (globalização) e a identidade

local ou regional que é voltada para o território com aspectos singulares. O território é por natureza complexo, os conceitos podem ser variados, mas a essência é fundamentada no caráter sociocultural.

De acordo com Allarie & Boyer (1995) verifica-se que nos países desenvolvidos é um grande desafio científico e da própria política rural conceituar território. Isto porque existe grande transformação no modelo agrícola, que passa de produtivista para uma forma mais qualitativa. No Brasil, o conceito de território não é complicado. Embora se verifique que a produção rural brasileira está se modernizando, apesar de ser com menor intensidade nos núcleos de base.

Nesta pesquisa será adotado o conceito de território presente nas concepções de Abramovay, 2002; Santos 1999 dentre outros autores, os quais consideram o território como um produto social, desenvolvido a partir das relações humanas entre os indivíduos além da espacialidade física que concerne o sentido de pertencimento a um determinado espaço geográfico a partir de características culturais. Ou seja, o território é produto cultural, mas também resguarda elementos naturais do espaço que o caracteriza.

2.1 CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO

Estudos teóricos, epistemológicos e empíricos sempre fizeram parte do conhecimento científico seja qual for o ramo da ciência, aliado como uma base fundamentalmente metodológica. Nesse mesmo contexto de pesquisas e estruturas metodológicas foram elaboradas inúmeras teorias de desenvolvimento, que em geral são enquadradas em correntes de pensamentos ou escolas tradicionais/ortodoxas, neste caso em especial o progresso de nações.

Abordar conceitos de desenvolvimento nesta pesquisa é fundamental para entender os objetivos das políticas, bem como do Programa de Desenvolvimento Territorial Integrado Sustentável (PDTIS) Grande Sertão. Este foi implantado pela Fundação Banco do Brasil e outros parceiros no Vale do rio Urucua situado nos estados de Minas Gerais e Goiás.

A pesquisa aqui apresentada verificou algumas importantes contribuições sobre desenvolvimento. Vale ressaltar, que neste caso este termo está muito ligado às ciências sociais, como sociologia, economia, política e geografia.

Diversas teorias foram e são elaboradas a respeito do conceito de desenvolvimento. A palavra “desenvolvimento” pode assumir diversas conotações dependendo da forma como é empregada. Contudo, de modo geral, desenvolvimento remete à ideia de evolução e

progresso. Segundo Machado (2005, p. 12), o sentido da palavra desenvolvimento e a própria busca por uma definição que sempre estiveram ligados à concepção de progresso, evolução, melhora e crescimento das sociedades humanas. Já Veiga (2008b), considera que existem três “tipos básicos” que representam o desenvolvimento. Segundo o autor a mais comum é o sentido de crescimento econômico ou seja ganho de capital financeiro. A segunda representação é a ideia de mito ou ideológica do desenvolvimento, esta é uma ilusão. Já a terceira, e mais complexa que as anteriores, representa o que ele chama de “caminho do meio” que rejeita as duas anteriores, mas que leva em consideração ganhos econômicos, melhorias sociais e desenvolvimento propriamente dito, ou seja, esta entre a primeira e terceira.

O desenvolvimento é comumente entendido como um objetivo a ser alcançado. Diversas instituições e cientistas pensam em teorias e meios para se alçar este dito progresso. O grande desafio é compreender o que é desenvolver/evoluir e como se atingir esta meta.

Com vistas a contribuir para o desenvolvimento de regiões pobres economicamente, foi criada em 1948, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, com o objetivo de incentivar relações econômicas entre os países membros, além dos demais países do mundo. A CEPAL possui bases estruturalistas, que permeiam e envolvem principalmente as instituições políticas e econômicas de um país.

O estruturalismo foi concebido por Prebisch para a CEPAL. Neste sistema o ponto central é a caracterização de economias periféricas, ou seja, subdesenvolvidas, em contraposição às economias centrais que são desenvolvidas (MENDES & TEIXEIRA, 2004). Alguns aspectos do estruturalismo e do contraste entre economias desenvolvidas e subdesenvolvidas apresentado por Bielschowsky (2000) são caracterizados pela pouca diversidade produtiva, reduzida integração vertical e horizontal da economia, heterogeneidade tecnológica, desqualificação da mão-de-obra, estrutura institucional incompatível com a acumulação de capital e desenvolvimento.

Talvez o economista brasileiro com maior renome internacional Celso Furtado, importante nome do estruturalismo, vai de encontro à teoria da modernização³. Para ele o desenvolvimento econômico se estrutura de diferentes formas entre os países

³ A teoria da modernização diz respeito ao rompimento de um padrão tradicional para outro moderno, com desenvolvimento de novas tecnologias e o avanço do capitalismo. Para mais informações consultar Nils Gilman ou James Coleman.

desenvolvidos e subdesenvolvidos. Também apreende que o subdesenvolvimento é um produto ou mesmo induzido pelos modelos de desenvolvimento.

Furtado abordou em suas obras a importância do papel estrutural do desenvolvimento no contexto brasileiro, marcado por desigualdades⁴ regionais e o próprio mercado interno (MENDES & TEIXEIRA, 2004). Furtado, além de cientista e pesquisador, teve a oportunidade de assumir cadeiras políticas importantes. Dessa maneira poderia então intervir politicamente com critérios técnicos no ambiente político em âmbito federal. De acordo com Mendes e Teixeira (2004), o pensamento de Furtado pode ser dividido em três períodos. O primeiro se estende a partir de 1940, no qual realiza uma análise teórica do subdesenvolvimento; o segundo que compreende os anos de 1950 e 1970, que é marcado pelo contexto socioeconômico e político; o terceiro, já nos anos de 1980, analisa o subdesenvolvimento a partir da cultura.

De acordo com Furtado (1981), as sociedades são orientadas, por meio de mitos⁵, os quais influenciam o pensamento humano que a cada dia busca entender e interpretar a realidade ou condição social. De modo geral os mitos são agregados de valores, mas nem sempre são claros. Nesse contexto alguns mitos são amplamente conhecidos, como os que norteavam a teoria de crescimento populacional de Thomas Malthus, a própria ideia do desaparecimento do Estado, presente em Karl Max. Segundo Veiga (2008, p. 2) ao comentar e explorar as concepções de Furtado, o autor destaca a ideia do segundo a respeito do papel dos mitos. Os mitos exercem influência sobre a humanidade que a cada dia busca entender e interpretar a realidade social. De modo geral são agregados de valores, mas não são claros e tampouco objetivos, e carregam verdades (mitos) nem sempre válidos como a própria concepção de desenvolvimento.

A ideia de desenvolvimento baseada em crescimento econômico (teorias ortodoxas) é contestada por diversos pensadores, entre eles Celso Furtado. Para ele a ideia de desenvolvimento econômico é apenas um mito, criado pela sociedade humana, e partir dessa criação necessidades básicas dos seres humanos são esquecidas, para então se preocupar com objetos abstratos, como comércio, exportação e investimentos para o crescimento (FURTADO, 1981; VEIGA, 2008b, p. 28).

Vale ressaltar que a construção teórica de Furtado extrapola os limites usuais da economia clássica e ortodoxa, onde o desenvolvimento e crescimento econômico são

⁴ Nesse contexto desigualdade deve ser entendido quanto as aspectos econômicos e sociais.

⁵ Mito: “o mito congrega um conjunto de hipóteses que não podem ser testadas (...). A função principal do mito é orientar, num plano intuitivo, a construção daquilo que Shumpeter chamou *visão* do processo social, sem a qual o trabalho analítico não teria qualquer sentido.” (Furtado, 1981, p. 15)

sinônimos, representados pela produção e consumo. Nessa concepção capitalista de consumo, ainda utiliza categorias geográficas (espaciais) e de tempo (históricas). (MENDES & TEIXEIRA, 2004, p. 8).

Um das grandes contribuições de Furtado no estruturalismo foi a abordagem espacial, em especial o espaço regional, que no Brasil foi limitado por não haver um projeto nacional de desenvolvimento integrado entre as diferentes regiões do país. Nesse contexto está inserido o subdesenvolvimento, as grandes desigualdades econômicas e sociais entre as regiões brasileiras (Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste), e até mesmo o contexto político.

A regionalidade abordada Furtado pode ser aplicada ao contexto de desenvolvimento da região do Vale do Rio Urucuia o qual é analisado nesse estudo. O Urucuia engloba uma porção espacial marcada pela historicidade de políticas públicas de desenvolvimento e ações de pouca efetividade⁶ para o desenvolvimento humano da população. No ano de 1991 os municípios estudados apresentaram Índice de Desenvolvimento Humano - IDH com uma média de 0,595, passando em 2000 para 0,693 (PNUD, 2009). Tais informações serão discutidas e enriquecidas posteriormente com dados do IDH.

A análise estrutural de Furtado é voltada para a ação do Estado como capaz e necessária para planejar os meios, de longo prazo, para o crescimento, permitindo condições para investimentos em diversas áreas, como infraestrutura, pesquisa e ciência e tecnologia (MENDES, 2004, p. 8). Neste contexto para que haja o desenvolvimento no território do Urucuia seria necessária a aplicação das teorias estruturalistas, com a ação do Estado para desenvolver políticas e ações voltadas para infraestrutura, desenvolvimento tecnológico e ciência.

O processo de desenvolvimento econômico pode levar ou não a uma distribuição de renda, Furtado (1957) destaca que o desenvolvimento leva à desconcentração de renda, mas pode haver problemas nesse caminho:

(...) não há dúvida alguma que o desenvolvimento exige e provoca essa redistribuição. Todavia, há fatores institucionais que podem impedir ou pelo menos entorpecer o desenvolvimento, atuando no sentido de manter a concentração de renda (...) o regime de propriedade da terra é prejudicial ao desenvolvimento porque propicia o surgimento de estruturas sociais desligadas do processo produtivo e inclinadas a altos padrões de consumo. (Furtado, 1957)

⁶ De acordo com Marinho e Façanha (2001) a efetividade diz respeito à capacidade de se causar os resultados esperados.

Em obra posterior (*Mito do desenvolvimento econômico*) o modelo brasileiro é caracterizado por tendência estrutural segregadora dos benefícios provenientes da acumulação de capital e avanços tecnológicos (FURTADO, 1981; & MENDES & TEIXEIRA, 2004, p. 11). Esse fato é exemplificado a partir das grandes diferenças sociais e econômicas existentes no Brasil, onde existem locais com alto IDH e outros com escores baixíssimos desse índice, no ano de 2000 o IDHM do município de São Caetano do Sul (no estado de São Paulo) foi de 0.842, enquanto o município de Manari (no estado de Pernambuco) apresentou 0.359. Esse cenário mostra a exacerbada diferença do IDH entre diferentes municípios da Federação (PNUD, 2009).

O pensamento de Celso Furtado a respeito do desenvolvimento no Brasil trouxe algumas inovações, por exemplo, a análise histórico-estrutural da formação econômica do país e suas consequências sobre desenvolvimento regional (MENDES & TEIXEIRA, 2004). Nesse contexto Furtado realiza uma análise regional sobre o desenvolvimento do Nordeste brasileiro, região marcada por uma identidade cultural forte, colonização, atividades extrativistas, sistema político, e industrialização incipiente frente ao avanço industrial da Região Sudeste.

Ao tratar sobre o “caráter predatório” do homem, evidencia que o valor econômico criado pelo ser humano provoca, de forma direta, alterações no meio físico. Ao se aplicar no contexto do Vale do Urucuia pode se inferir que em busca de capital financeiro as pessoas provocam degradação ambiental, como por exemplo, o território do Urucuia era conhecido por realizar desmatamento do Cerrado para produzir carvão vegetal, que por sua vez gera degradação ambiental, mas também movimenta recursos econômicos.

De acordo com Furtado (1981, p. 19), que apesar de ser economista, reconhece que este profissional se limita a um campo estreito de observação a um campo parcial, e ignora as implicações da economia em outros sistemas, como o ambiental e físico. Essa visão corrobora para a compreensão de que o desenvolvimento é muito mais complexo do que muitos acreditam, ou mesmo, que seja apenas crescimento econômico, até mesmo um mito.

O “mito do desenvolvimento econômico” é entendido como a ideia de progresso industrial e tecnológico, baseado em países altamente industrializados como um marco para o progresso, neste caso o desenvolvimento (FURTADO, 1981).

Se o crescimento econômico é um mito, deve-se considerar que o simples fato do crescimento monetário de um país não representa progresso. Logo como considerar o desenvolvimento em um contexto que envolve um país em busca constante de crescimento

econômico e melhorias sociais como o Brasil, em especial em um território como o Vale do rio Urucuia, com populações predominantemente com atividades agrícolas e baixo IDH? Nesse caso, o desenvolvimento deve abranger outras categorias como as imateriais, como a educação, a cultura e a saúde.

Para que haja o crescimento é preciso ações estruturalistas, capazes de organizar e orientar estratégias a favor dos objetivos almejados (FURTADO, 1981). Neste caso a implantação e incremento de atividades produtivas, ganho de capital são elementos estruturantes. Em um contexto prático, os programas como o PDTIS devem orientar, organizar e realizar ações para alcançar os objetivos propostos seja eles quais forem.

A própria evolução estrutural dos países, atualmente desenvolvidos mostra o caminho que estes percorreram para se tornarem centrais no controle do fluxo econômico internacional (FURTADO, 1981). Esse sistema pode ser evidenciado pela produção de bens industrializados, agregados de valor e criação e gestão de conglomerados empresariais.

O desenvolvimento econômico de países ditos subdesenvolvidos, quando almejado ou comparado ao de países desenvolvidos ou centrais. É inviável estrategicamente e fisicamente. A ideia de industrialização e consumo de bens tal igual para todas as sociedades é inviável no sistema capitalista e no próprio sistema natural. O capitalismo necessita da exploração de pessoas pobres para permitir o elevado padrão de vida e consumo de uma minoria em detrimento da maioria da população⁷. Além do mais o próprio sistema físico natural, onde estão disponíveis recursos como: carvão mineral, petróleo, minérios, água, florestas e a própria biodiversidade, não é capaz de suportar o modo de produção e consumo igualitário de um sistema capitalista existente nos países centrais.

Temos assim a prova definitiva de que o *desenvolvimento econômico* – a ideia de que os *povos pobres* podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais *povos ricos* – é simplesmente irrealizável. Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão *desenvolvidas*, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista. Mas, como negar que essa ideia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de cultura *arcaicas*, para *explicar* e fazer *compreender a necessidade* de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo (FURTADO, 1981, p. 75)

O desenvolvimento entendido unicamente como crescimento econômico e a possibilidade de aumentar e diversificar as formas de produção e consumo, além de se

⁷ Para saber mais consultar Karl Marx desenvolveu em seus estudos a teoria da Mais-valia que representa o ganho das empresas sobre o trabalho do empregado mal remunerado.

expandir para todos os países, assume dessa forma um verdadeiro mito. Como se trata de um mito já questionado e refutado, outras abordagens sobre desenvolvimento foram elaboradas, neste caso o desenvolvimento como liberdade.

Entre as diversas teorias e concepções de desenvolvimento se destaca a do economista indiano Amartya Sen, que já ocupou posições de destaque no Banco Mundial, ganhador de um prêmio Nobel por suas pesquisas no campo econômico e a nova percepção de desenvolvimento e políticas públicas.

Amartya Sen apresenta uma nova concepção de desenvolvimento. De acordo com Sen (2000), não é correto, tampouco sensato que o desenvolvimento econômico seja o grande ideário da vida ou mesmo a pobreza seja um problema de natureza própria, mas sim a restrição que o estado de pobreza causa aos indivíduos. Essas restrições, quando envolve a pobreza, dizem respeito a necessidades básicas e valores básicos necessários para sobrevivência dos indivíduos em uma situação digna de vida. Nesse sentido, entende a liberdade como fator determinante do desenvolvimento, ou seja, não existe desenvolvimento real se não houver liberdades.

O desenvolvimento é muito mais complexo do que o viés econômico, que na maioria das vezes lhe é atribuído. “O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limita as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente.” (SEN, 2000 p. 10)

A visão de Sen (2000) resgata o caráter humanitário para sua abordagem sobre desenvolvimento. Não se limita ao caráter econômico, também não se restringe à fome e às necessidades básicas. Assim para ele o desenvolvimento representa a ausência de privações, deste modo é representado pelas liberdades, que podem ser individuais ou coletivas.

Para se chegar a esse patamar de desenvolvimento como liberdade não existe expressão matemática ou mesmo uma receita caseira. Contudo o autor enfatiza que a liberdade, consiste em elemento essencial para as melhorias sociais, ou seja, a liberdade é o meio e o fim para o desenvolvimento.

Liberdades podem ser classificadas como

- a. Econômicas;
- b. Políticas ;
- c. Sociais (educação, saúde);

d. Públicas;

As diversas formas de liberdades estão interligas umas às outras, gerando e geram um verdadeiro sistema de retroalimentação, interagindo em si, com o objetivo final de promover a liberdade humana.

Apesar de eleger diversas liberdades que fundamentam o processo de desenvolvimento, Sen (2000) admite a importância do crescimento econômico como um elemento a favor das liberdades. Por meio da economia algumas garantias básicas podem ser atendidas e expandidas, como melhor alimentação e acesso serviços básicos de educação, saúde e lazer. Entretanto não se restringe à economia.

O desenvolvimento entendido como liberdade também tem o papel de introduzir às pessoas o sentido de pró-atividade, onde o indivíduo deixa de ser apenas um receptor e passa a pensar e agir em favor de suas necessidades básicas (alimentação, saúde, educação, cultura entre outros), e outras melhorias na qualidade de vida.

Com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros. Não precisam ser vistos sobretudo como beneficiários passivos de engenhosos programas de desenvolvimento. Existe, de fato, uma sólida base racional para reconhecermos o papel positivo da condição de agente livre e sustentável – e até mesmo o papel positivo da paciência construtiva. (SEN, 2000, p. 26)

Nesse sentido “oportunidades sociais adequadas” (SEN, 2000, p. 26) permitem as pessoas a acreditarem e lutar por ganhos sociais, e podem deixar de ser apenas beneficiados de programas assistencialistas ou de outra natureza, e tendem a internalizar a responsabilidade individual e coletiva, que é ser expressa no capital social, de atores responsáveis para o desenvolvimento e para a liberdade de cada um.

As liberdades instrumentais (SEN, 2000):

1. Liberdades políticas;
(diz respeito ao poder de eleger representantes, está ligada a democracia, liberdade de expressão e imprensa, partidária etc.)
2. Facilidades econômicas;
(relativo a oportunidades de financiamentos, os quais podem ser usados para consumo, produção ou mesmo troca)
3. Oportunidades sociais;

(relativo à educação, saúde entre outros, que permitem viver melhor)

4. Garantias de transparência e;
(clareza e segurança nas relações entre indivíduos)
5. Segurança protetora;
(segurança social, assegurar renda, amparo entre outros).

Todos os fatores que envolvem o desenvolvimento devem ser considerados de forma integrada e não apenas como partes isoladas e independentes. Nessa corrente nenhum dos elos é mais importante do que o outro, todos são fundamentais para o processo de desenvolvimento. Nesse sentido a corrente funciona como um ciclo de retroalimentação onde cada elemento tem influência positiva ou negativa em relação aos demais.

De acordo com Sen (2000, p. 52), as liberdades substantivas incluem capacidades elementares, que são expressas nas capacidades individuais ou coletivas de evitar algumas privações que são básicas para o desenvolvimento, tais como, fome, subnutrição, morbidez e morte prematura, cultura, educação, participação política e liberdade de expressão dentre outros. Logo na visão de Sen, o desenvolvimento ganha um caráter humanitário.

Vale ressaltar que Sen (2000), Furtado (1974) e Sachs (2002, 2008) compartilham da mesma ideia, a qual o desenvolvimento não se trata apenas de crescimento econômico, tão como não está ligado diretamente ou indissociável do Produto Interno Bruto (PIB). Neste sentido o desenvolvimento engloba diversas outras categorias de análise. Ainda assim estes autores admitem a importância do desenvolvimento econômico, porém não se restringem a esse como o elemento único ou principal para o desenvolvimento.

Sen (2000, p. 56) reconhece a importância do crescimento econômico, mas não somente com o viés economicista, e sim como um componente do desenvolvimento, ao contrário de outros autores ortodoxos como Harrod e Domar, Robert Slow e Rostow:

O crescimento econômico pode ajudar não só elevando rendas privadas, mas também possibilitando ao Estado financiar a seguridade social e a intervenção governamental ativa. Portanto, a contribuição do crescimento econômico tem de ser julgada não apenas pelo aumento de rendas privadas, mas também pela expansão de serviços sociais (incluindo, em muitos casos, redes de segurança social) que o crescimento econômico possibilitar. (SEN, 2000, p. 57).

A educação básica em níveis mais elevados, como técnicos e superiores fazem parte do processo de desenvolvimento de qualquer nação. Ainda sim os frutos do processo

educacional são colhidos em longo prazo. Neste cenário, a educação aparece como uma oportunidade social. Vejamos o que Sen (2000, p. 62) nos fala:

Por diversas razões históricas, como a ênfase na educação elementar e na assistência básica à saúde, além da conclusão de reformas agrárias eficazes no início do processo, a ampla participação econômica foi mais fácil de obter em muitas economias do Leste e Sudeste Asiático de um modo que não foi possível, digamos, no Brasil, Índia ou Paquistão, onde a criação de oportunidades sociais tem sido muito mais lenta, tornando-se assim uma barreira para o desenvolvimento econômico. A expansão de oportunidades sociais serviu para facilitar o desenvolvimento econômico com alto nível de emprego, criando também circunstâncias favoráveis para a redução das taxas de mortalidade e para o aumento da expectativa de vida. O contraste é nítido com outros países de crescimento elevado – como o Brasil – que apresentaram um crescimento de PNB per capita quase comparável, mas também têm uma longa história de grave desigualdade social, desemprego e descaso com o serviço público de saúde. As realizações dessas outras economias de crescimento elevado no que diz respeito à longevidade têm aparecido com lentidão maior. (SEN, 2000, p. 62).

Vale ressaltar que nem sempre o crescimento econômico acelerado é benéfico para os mais necessitados. A própria ação do Estado em custear serviços públicos essenciais com boa qualidade, como saúde, educação, alimentação e outros programas sociais são capazes de diminuir taxas de mortalidade e melhores condições de vida à população, como por exemplo, no Sri Lanka, China (antes da reforma), Costa Rica ou Kerala (estado da Índia), sem que haja elevada taxa de crescimento econômico (SEN, 2000).

Essas experiências mostram como crescimento econômico, com aumento substancial do Produto Nacional Bruto (PNB), não é necessariamente tão importante para o desenvolvimento de uma sociedade, pois outros aspectos como educação, saúde, alimentação melhoram a qualidade de vida das pessoas sem a necessidade de consumos dispensáveis, alta tecnologia, alimentação industrializada entre outros (SEN, 2000). Vale ressaltar que não é necessário que um país seja muito rico criar políticas públicas e investir em programas sociais. Entretanto quando o crescimento econômico atua em conjunto com os investimentos sociais os ganhos para a melhoria na qualidade de vida das pessoas é muito maior. Alguns outros conceitos e concepções sobre desenvolvimento são muito expressivos, como a escola clássica ou ortodoxa de desenvolvimento na qual prevalece o crescimento econômico. Mas como aumentar o PIB não significa necessariamente ganhos sociais.

As abordagens clássicas da literatura, conhecidas pela importância dada ao crescimento da economia, são conhecidas como ortodoxas dominantes. Nesse contexto estão inseridas as políticas de desenvolvimento econômico baseadas apenas em ganhos monetários propriamente ditos.

Segundo Bursztyn (1995), a estrutura conceitual do debate sobre o desenvolvimento foi montada a partir da ideia do progresso, envolvendo valorização e evolução. Nesse sentido de evolução as teorias clássicas de desenvolvimento evolucionistas pregam que o desenvolvimento econômico é um caminho que deve ser seguido, pois o crescimento econômico é capaz de criar benefícios para as populações, por exemplo, aumentar o poder de consumo, desenvolver tecnologias.

O desenvolvimento ortodoxo é criticado por Sen (2000) ao considerar o apenas o viés econômico. Conforme Haddad, o crescimento econômico é necessário para as sociedades. Contudo, ele não deve ser entendido como suficiente ou restrito apenas ao aspecto econômico. Para os autores Haddad e Sen o desenvolvimento tem que propiciar inclusão social e oportunidades para os indivíduos. Deste modo, é necessário alcançar melhor qualidade de vida, com renda, saúde e conhecimentos (HADDAD, 2001).

Nessa conjuntura de crescimento econômico ao abordar o desenvolvimento dos países do mundo, significa dizer que, em sua maioria do hemisfério norte, já teria alcançado o desenvolvimento, por apresentar bons índices sociais e riqueza econômica. Enquanto salvo exceções os países do sul continuam pouco desenvolvidos. E a possível causa para o subdesenvolvimento seria um desvio do percurso a ser seguido por essas nações durante a incessante busca do “desenvolvimento”.

Algumas teorias clássicas de crescimento econômico convencional, também denominado de teorias ortodoxas, entendem que o desenvolvimento nada mais é do que crescimento econômico (ENRÍQUEZ, 2007, p. 35). Para que haja o desenvolvimento são necessários investimentos produtivos, como fundos provenientes de poupança. Neste cenário se destacam modelos econômicos de Harrod e Domar, Robert Slow e Rostow (ENRÍQUEZ, 2007). Apesar da forte expressão dos ortodoxos existem outras correntes de pensamento sobre o desenvolvimento, como os institucionalistas e outras escolas.

As teorias institucionalistas ou neo-institucionalistas analisam o papel e a eficiência das instituições como vetor do desenvolvimento. Nessa análise, os custos do funcionamento e das transações. Os institucionalistas analisam o papel do Estado, das repartições e órgãos públicos, política, entidades e órgãos econômicos, as regras, cultura e as organizações

sociais. Todos esses aspectos considerados como indutores do desenvolvimento. Neste cenário se destacam principalmente Robert Putnam e Douglass North.

Já a corrente neomarxista é criticamente fugaz aos modelos dominantes de crescimento, ou seja, a modelos ortodoxos e institucionalistas. O principal ponto dessa corrente é fundamentado na operação do “desenvolvimento do subdesenvolvimento” (ENRÍQUEZ, 2007, p. 35 *apud* ANDRÉ GUNDER FRANK). Essa linha de pensamento estrutura a atuação dos países hegemônicos como manipuladores do desenvolvimento das nações ditas não desenvolvidas, explorando o capital natural e humano de forma a mantê-los dependentes e pobres.

No sentido econômico, a ausência de condições econômicas mínimas capazes de gerar condições necessárias para a alimentação adequada, cultura e dignidade, contribuem para mazelas sociais, aliado a processos políticos ou conflituosos (guerras). De acordo com Sen (2000, p. 23), “a ausência de liberdade econômica pode gerar a privação de liberdade social, assim como a privação de liberdade social ou política pode, da mesma forma, gerar a liberdade econômica”.

Como foi apresentado nos títulos anteriores acerca de “desenvolvimento”, o respectivo termo engloba um campo rico de discussões e pressupostos, fundamentais para entender as diversas faces que envolvem este termo vastamente utilizado. Como apresentado pela escola ortodoxa, o desenvolvimento é entendido como crescimento econômico, outros como Sen (2000) considera que o desenvolvimento é a liberdade de escolha dos indivíduos. Ou seja, um país só desenvolvido a partir das liberdades individuais, o próprio desenvolvimento sustentável que interage as vertentes econômica, social e ambiental em um sistema complexo para que haja o desenvolvimento sustentável. O próprio desenvolvimento territorial consiste no desenvolvimento com base geográfica/espacial, mas pode ser adjetivado ou construído a partir de teorias clássicas ou não de desenvolvimento, cabe aos programas e projetos definirem os tipos de desenvolvimento para os territórios. Nesse sentido recomenda-se que seja o desenvolvimento sustentável, pois este é capaz de agregar e relacionar racionalmente as vertentes econômicas, sociais, ambientais e humanas a partir de interações complexas.

O desenvolvimento das nações deve ser aceito de maneiras diferentes, mas sempre respeitando a liberdade de escolha de um suposto modelo, e ao mesmo tempo sem que este prejudique outros povos. O desafio de “desenvolver” os países é uma realidade constante, principalmente para as nações mais pobres socioeconomicamente, as quais

anseiam melhorias efetivas, eficientes e eficazes para uma melhor qualidade de vida do povo que forma cada nação.

2.2 CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO

No processo de desenvolvimento elaborado por (SEN, 2000) a liberdade é o meio e o fim do desenvolvimento, as pessoas são participantes ativas deste processo, cabendo a estas o dever de não serem apenas objetos de políticas e programas, mas sim participantes ativos e responsáveis por seu futuro. Neste sentido a organização social das pessoas e grupos por meio da mobilização e participação reflete a liberdade de escolha para se chegar a um objetivo comum, neste caso o desenvolvimento, que por sua vez pode ser aplicado ao PDTIS como um processo de responsabilidade dos atores. Mas afinal o que pode ser entendido como capital social?

De acordo com James Coleman (1990) e, Robert Putnam (1993/1996:177), entende-se por Capital Social: "...características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas". Sen (2000), também concorda com Coleman e Putnam ao considerar a importância das organizações sociais e o direito a participação da população nas decisões para o processo de desenvolvimento, que se dá pelas liberdades individuais e coletivas.

Ao se comparar este conceito⁸ com a organização social presente no PDTIS do Vale do Urucuia, composta por associações, ONG`s, grupos comunitários, tais como Copabase, Cooperativa Grande Sertão e o Cresertão. As cooperativas Copabase e Grande Sertão atualmente são as principais entidades que reúnem os produtores rurais beneficiados pelo PDTIS em uma organização. Mas isso não limita a participação em outras entidades e grupos, na verdade contribui para formação e mobilização social.

Embora atualmente existam representações sociais estabelecidas é preciso ressaltar que para criar e firmar o vínculo entre os indivíduos ou seja, o capital social, foi preciso criar uma estratégia de ação dinâmica capaz de convencer e articular as pessoas e instituições dos 11 municípios do PDTIS – Vale do Urucuia. Para tanto a partir de pesquisas a FBB criou o "Movimento Sacode" de mobilização Social (IADH, 2007).

Um dos principais motivos para a atuação da FBB no território do Vale do Urucuia foi a concepção inicial de se haver capital social estruturado e bem desenvolvido no *locus*, justificado pela participação das comunidades em outros projetos, como o desenvolvido Sebrae, no contexto do Programa de Desenvolvimento Local Integrado Sustentável –

⁸ Capital Social

(DLIS). Entretanto, o capital social foi superestimado, ou seja, incipiente e insatisfatório para dar início aos processos de desenvolvimento almejado para o território com grande desequilíbrio socioeconômico (BURSZTYN, 2008b). Desse modo em qualquer território em que a organização social for supervalorizada prejudicará o desenvolvimento das ações iniciais, visto a grande importância do capital social.

Franco (2001, p. 17) explica que, para entender melhor toda a “perplexidade teóricas das realidades sociais”, foi preciso romper com visões mecanicistas da sociologia e da economia. É exatamente neste contexto que emergem políticas de desenvolvimento humano e social no Brasil, em um processo de quebra do mecanicismo. De acordo com Franco (2001), o ser humano é em essência social, e possui em sua natureza propensão para cooperar, ou seja, predisposição para desenvolver o capital social. Porém a cooperação pode ser impedida devido a diferentes classes de relações humanas e modos autoritários de resolução de conflitos (FRANCO, 2001, p. 20-21). Essa abordagem aponta para possíveis problemas que tendem a influenciar negativamente a organização social expressa no capital social, como um conjunto de indivíduos e organizações em busca de objetivos comuns, neste caso o desenvolvimento.

O autor constrói o que ele denomina de conceito resumido para capital social de: “O conceito de Capital Social que proponho é, portanto, na verdade, muito simples – padrões de organização e modos de regulação: tudo depende disso” (FRANCO, 2001 p. 23). Esse conceito pode ser aplicado de maneira direta e objetiva ao PDTIS, que por sua vez agrega diferentes organizações (associações, estado e ONGs), que neste caso contribuem para promover o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida das pessoas.

De acordo com Sabourin (2009, p.175), para o desenvolvimento e melhoria condições de vida é necessário haver organizações locais “fortes”, com boa capacidade organizacional e de mobilização social para gestar novos dispositivos, por exemplo, políticas públicas para uma determinada região. O pensamento de Sabourin (2009), Coleman (1990) e Putnam (1996) são convergentes ao entenderem a importância das sociedades locais como agentes promotoras do desenvolvimento a partir da responsabilidade individual e coletiva neste processo. Nesse sentido o capital social representa um importante componente para melhorias sociais e econômicas, ou seja, para o desenvolvimento. Com isso pessoas que vivem no território devem se envolver e participar ativamente do processo de desenvolvimento como atores fundamentais e não apenas como beneficiados.

Ao se considerar o capital social no Vale do Urucuia, de acordo com o IADH (2007) foi constatado que em momentos anteriores havia considerável mobilização social, com a

participação das comunidades nas atividades de interesse. Contudo o mesmo relatório aponta para a incipiente participação, ou seja, da organização social no que se refere ao PTDIS, de modo que um dos pontos levantados seria o tipo de atuação da comunidade, que nesse caso se refere à atividade produtiva de bens. O Gráfico 1 abaixo apresenta que a maior parte dos entrevistados já participavam de organizações sociais, anteriormente às ações desenvolvidas pela Sebrae e FBB, como cooperativas. Tal fato evidencia a boa organização social histórica, mas não é capaz de revelar aspectos qualitativos quando à organização social. Contudo o capital social não possuía organização e mobilização significativas (BURSZTYN, 2008b; IADH, 2007).

Tais informações citadas acima evidenciam dois lados do capital social no Vale do Rio Urucuia, uma com capital social existente e outra evidenciando a fragilidade desse capital. É preciso ressaltar que o capital social é importante para programas com a participação popular direta possam apresentar bons resultados para a coletividade ou seja, para o território em questão.

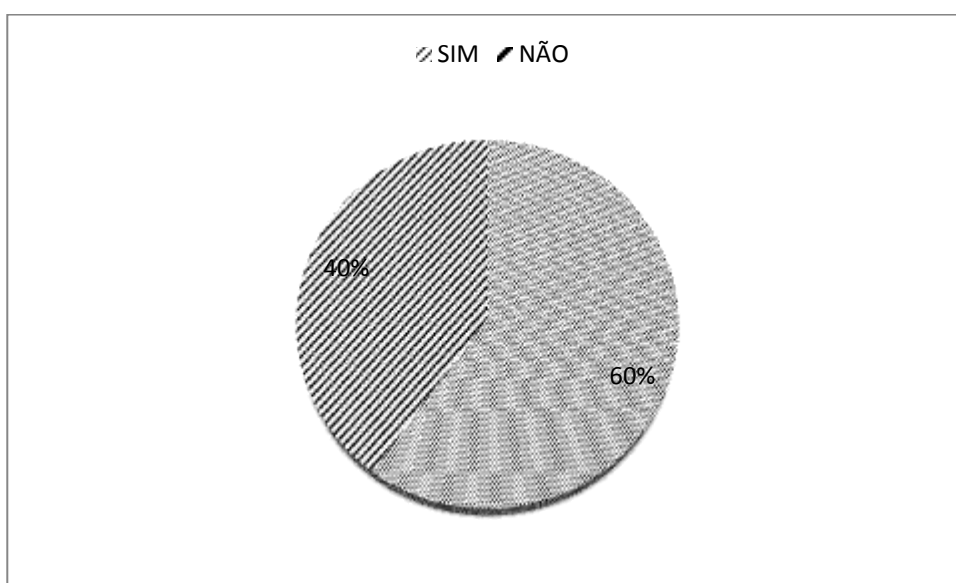


Gráfico 1 - Participação das pessoas em cooperativas anterior às ações da FBB e Sebrae.
Fonte: Elaborado pelo autor. Dados obtidos em atividade de campo do autor.

A constituição do capital social em relação ao desenvolvimento não significa envolver as bases sociais de um setor, pois não se trata de organização dos trabalhadores, e sim da construção de relações entre pessoas e grupos sociais em que os interesses comuns não são muito aparentes (ABRAMOVAY, 2002, p. 121). Nesse sentido, criar artificialmente o capital social no território do Vale do Urucuia não se mostra uma boa estratégia de atuação, pois produzir relações artificiais entre os indivíduos e organizações como as cooperativas não tem se mostrado eficaz. Exemplo disso pode ser dado pela principal cooperativa -

Copabase – que possui dificuldade para receber produtos de seus cooperados. Tal fato não invalida a importância da cooperativa, tampouco suas ações estratégicas, mas aponta pontos fracos da organização social. Ainda sim é possível organizar a sociedade em torno do capital social almejando benefícios para as comunidades.

Abramovay (2002) destaca que o capital social tende a ser mais forte ao passo que amplia as relações sociais os atores que envolvidos. O mesmo autor também realiza uma comparação com Amartya Sen, vejamos: “A abordagem territorial – e não setorial – do desenvolvimento supõe a ampliação das oportunidades de escolha por parte dos indivíduos, isto é, o alargamento das possibilidades de geração de renda para além da atividade estritamente agrícola”. Tal perspectiva evidencia que o capital social é importante para o desenvolvimento, mas não está atrelado unicamente a propósitos econômicos, mas sim as relações pessoais e de grupos em processo que envolva escolhas e liberdades individuais.

O capital social bem organizado contribui para que iniciativas internas das comunidades, ou seja, de baixo para cima, sejam cada vez mais importantes, considerando o empoderamento e a responsabilidade em busca do desenvolvimento. Como apresenta Sachs:

O empoderamento das comunidades e a abertura de espaços para a democracia direta constituem a chave para as políticas de desenvolvimento e pressagiam um novo paradigma de economias mistas que funcionam mediante o diálogo, nas negociações e os vínculos contratuais entre os atores do desenvolvimento (SACHS, 2008, p. 62).

A partir da afirmação de Sachs é possível creditar que a capacidade organizativa da sociedade é fundamental para alcançar objetivos comuns, que neste caso é expresso no próprio desenvolvimento sustentável. Tomar a responsabilidade para a coletividade é deixar a inércia de responsabilização a terceiros, que em geral é atribuída ao Poder Público. Em um sentido de empoderamento e a capacidade organizativa da sociedade iniciativas foram realizadas especialmente em relação ao capital social.

Para organizar e fortalecer o capital social no Vale do Rio Urucuia foram promovidas ações por meio do Movimento Sacode⁹, que conseguiu motivar as pessoas do território. O depoimento do representante R explora um pouco do histórico em relação ao capital social do território: “Inicialmente as pessoas não acreditavam no empreendimento, na cooperativa, haviam pouquíssimos associados, não acreditavam no empoderamento, na gestão. (...) o

⁹ Nome dado a uma ação motivacional para construir e restabelecer a organização social entre os moradores dos municípios que fazem parte do PDTIS Grande Sertão Vale do Urucuia. Para realização do Movimento Sacode foi contratada consultoria especializada.

trabalho do Movimento Sacode foi muito importante para empoderar, motivar as pessoas...“. Contudo agora apresentar maior coesão e participação da sociedade.

Ao se avaliar o grau de participação social em comunidades, sejam elas rurais ou urbanas, se faz necessário estabelecer parâmetros qualitativos e quantitativos, capazes de evidenciar da forma mais real possível a organização social. Caso seja constatado que a organização é fraca ou incipiente é possível usar meios para incluir novos membros e qualificar a participação comunitária, haja visto que a relação número *versus* qualidade pode ser negativa.

2.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A expressão **desenvolvimento sustentável** foi usada oficialmente pela primeira vez pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1987. A qual foi empregada no relatório “Nosso Futuro Comum”, também conhecido como Relatório Brundtland.

O relatório em questão apresenta a concepção de desenvolvimento, não apenas meramente econômico, mas que este considere o aspecto econômico e o respeito ao meio ambiente, levando-se em conta as necessidades das presentes e futuras gerações (VEIGA & ZATZ, 2008).

Essa nova proposta engloba dimensões para o desenvolvimento, pouco inseridas ou mesmo negligenciadas por outras escolas. Essas dimensões podem ser classificadas em três categorias básicas interdependentes, quais sejam: econômica, social, e ambiental. Tais premissas são expressas no Relatório Brundtland como as dimensões que envolvem o desenvolvimento Sustentável (VEIGA & ZATZ, 2008).

Para Sachs (2002), os critérios que envolvem a sustentabilidade são descritos em oito dimensões, são elas: 1) Social; 2) Cultural; 3) Ecológica; 4) Ambiental; 5) Territorial; 6) Econômico; 7) Política (nacional); e 8) Política (internacional). Para o autor, essas dimensões são fundamentais para que possa se chegar ao desenvolvimento sustentável, de modo que estas sejam inter-relacionadas.

De acordo como Veiga (2008), o modelo de desenvolvimento dominante tende a confundir progresso com crescimento econômico. Porém, o autor entende que o crescimento econômico é um sintoma da modernização restrito as elites e que por essa razão não deve ser encarado como desenvolvimento. Nessa mesma conjuntura Sachs

(2008) afirma que o crescimento econômico é uma variável fundamental no processo de desenvolvimento, contudo, não deve ser considerado como elemento único, pois o desenvolvimento é muito mais complexo e envolve outras variáveis. Embora nem sempre o crescimento econômico seja percebido de uma forma positiva ele é presente e real nos sistemas econômicos e políticos das nações e necessita ser analisado com cuidado.

Ao se tratar de desenvolvimento ou crescimento sustentável existem pensadores que contestam essa possibilidade como Herman Daly, já Altvater vê o desenvolvimento sustentável como algo impossível, o que denomina de “quadratura do círculo” (ENRÍQUEZ, 2007). Embora não sejam de senso comum, tais autores e tantos outros não concordam com o desenvolvimento sustentável, mas existem outros como Sachs e Veiga que sustentam as teorias quanto ao tema.

Outros autores como Goldsmith (1996, p. 271) compreendem que o “desenvolvimento/crescimento” é um fracasso: “desenvolvimento pouco mais é do que o caminho pelo qual o Ocidente tem guiado, durante séculos, o resto da humanidade (...) é apenas uma nova palavra que os marxistas chamavam de imperialismo e que nós podemos referir genericamente como colonialismo”. Essa visão evidencia ou procura evidenciar as grandes diferenças socioeconômicas entre ricos e pobres, que se dá entre os países e mesmo no contexto interno de cada nação.

Também é importante ressaltar o avanço da ONU em reconhecer por meio, do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), publicado no ano de 1990, que o desenvolvimento não é apenas o crescimento econômico, embora esse seja item incluso no cálculo, mas também considera a longevidade e educação. Estes três elementos incluem outras variáveis intrínsecas em cada um deles, como mortalidade infantil, saneamento básico dentre outros, que são extremamente importantes para a qualidade de vida e para o desenvolvimento sustentável das nações.

O desenvolvimento sustentável é uma alternativa real a modelos de desenvolvimento que se mostram insuficientes ou mesmo fracassados. O desenvolvimento sustentável, que ainda é um conceito em construção, mas que em sua essência engloba meio ambiente, economia e condições sociais, é sem dúvida uma ótima alternativa, mas torná-lo real é um grande desafio.

Aplicar o conceito ou mesmo a ideia de desenvolvimento sustentável em grandes Programas, tal como o PDTIS é uma forma de avaliar a aplicabilidade dos conceitos. Porém, na avaliação é preciso considerar possíveis insucessos de programas, projetos e ações,

pois não refuta ou invalida conceitos e teorias, podendo o fracasso ser responsabilidade da própria gestão das atividades.

2.4 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

A abordagem espacial – neste caso **territorial** – de desenvolvimento, é expressa atualmente no conceito de território para o desenvolvimento. Gehlen e Riella (2004), ao analisarem Schneider, sustenta que a mudança do uso do conceito de região e a adoção do conceito território resgatam sua ligação de cunho geográfico, a normatização e a operação para um “novo enfoque do desenvolvimento regional”. Nesse mesmo sentido Beduschi Filho (2003), justifica a importância da territorialidade nos estudos das ciências sociais e organizações internacionais de desenvolvimento, que expressam de modo contínuo a preocupação espacial do desenvolvimento na década de 1990, estes estudos refletem atualmente nas políticas e nos programas de desenvolvimento enfocados no território.

Para Abramovay (2002) o território é um resultado dos atores presentes em um determinado espaço e promovem relações organizadas, por exemplo, o comércio e outras não comerciais. A visão de território de Abramovay vai de encontro com a de Santos, ambos consideram pessoas e suas ações em um determinado espaço. Contudo o trabalho de Santos é muito mais profundo e rico quanto a temática conforme suas vastas discussões geográficas e sociais.

Para Milton Santos a “configuração territorial é o território mais o conjunto de objetos existentes sobre ele” (Santos, 2008, p. 83). Logo o território é composto por tudo aquilo que existe em seu espaço, que podem ser materiais ou imateriais, naturais ou artificiais. Santos (2008) entende a complexidade do território a partir de um sistema, a totalidade e não uma parte. Tal visão revela a ampla dimensão o qual o território está inserido, pois é um sistema complexo por natureza, envolve diversos elementos, sejam eles materiais ou não, com relações de poder, de história e conteúdo inserido no passado, presente e futuro.

Desse modo em que território é entendido em um sentido complexo, com características próprias (social e cultural) a abordagem espacial ganha cada vez mais espaço para buscar o alcance de metas, por exemplo próprio desenvolvimento. Para tanto as políticas públicas e os programas territoriais de desenvolvimento tem que estar alinhados com conceitos e eixos de atuação sinérgicos, de modo que exista convergência entre conceitos, programas, projetos e soluções para os problemas da sociedade em busca do desenvolvimento.

Os autores citados anteriormente (GEHLEN, 2004; SHNEIDER, 2004; BEDUSCHI FILHO, 2003) convergem quanto à importância espacial para pesquisas, estudos e aplicações, por exemplo, o uso dessa abordagem para elaborar políticas, programas, projetos e ações. Neste sentido convergem com o “Programa de Desenvolvimento Territorial Integrado Sustentável - PDTIS” que é inicialmente é norteado por uma política institucional da FBB e do Governo Federal.

Vale ressaltar que o enfoque espacial no território não elimina a questão regional e local, mas abrange o espaço geográfico em busca do desenvolvimento com uma nova postura com espaços que ficam entre o regional e local, e que busca interagir diretamente com as populações beneficiadas, que desta vez tem como a premissa do desenvolvimento territorial. Em uma visão integradora de desenvolvimento que considera a participação social e as identidades dos territórios em busca do desenvolvimento, com o objetivo de que as populações do território possam participar ativamente da construção dos projetos de desenvolvimento.

No âmbito ministerial as políticas de desenvolvimento territorial aparecem com destaque no Ministério do Desenvolvimento Agrário – (MDA), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Ministério da Integração Nacional (MI).

Os diferentes ministérios atuam com programas e projetos específicos de forma isolada, embora as intervenções dessas instituições tenham um objetivo comum, que é o desenvolvimento e diminuição das desigualdades. Por exemplo, o MDS possui o programa Bolsa Família que, por meio da transferência de renda, beneficia diversas famílias. O MI atua com o Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – PROMESO, cujo objetivo é contribuir para a redução das desigualdades regionais (BURSZTYN, 2008b). As políticas com enfoque territorial surgem como uma inovação para oferecer soluções a regiões pouco desenvolvidas. Tais instituições buscam resolver ou diminuir antigos e novos desafios - geração de trabalho e renda, educação, diminuição da mortalidade infantil, desenvolvimento de tecnologias e participação social - no campo socioeconômico brasileiro. Contudo não demonstram convergir em estruturas e ações integradas.

Essa tendência de apropriação do termo “território” pode ocorrer de maneira involuntária ou mesmo impensada, vazia do ponto de vista conceitual. Ao adotar o conceito de território, os programas e ações devem utilizar os pressupostos do conceito (espacialidade, cultura, economia, histórico, identidade dentre outros), para sustentar as atuações, alcançar os objetivos e manter coerência. Para tanto na pesquisa proposta serão

usadas abordagens territoriais de desenvolvimento presentes no pensamento de Sabourin, Sachs, Vilela, Santos e Vargas.

A escala espacial de desenvolvimento agrega diferentes atores (sociedade civil, ONGs, governo federal, estaduais e municipais, fundações, entre outros) que por meio, de políticas, programas e ações, de maneira conjunta, contribuem para alavancar processos de desenvolvimento em benefício de todos os envolvidos. Vale ressaltar que nem sempre o desenvolvimento beneficia “todos” e sim uma pequena parte da população já privilegiada economicamente. Neste caso, a partir de ações conjuntas dos diversos atores, o processo de desenvolvimento ganha caráter simultaneamente endógeno, pela participação das comunidades locais e, exógeno pela ação de entidades externas.

Para promover um maior grau de equidade social e econômica entre as e dentro das populações regionais, aliado a melhorias na qualidade de vida existem as políticas de desenvolvimento. Há por exemplo, a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, que objetiva oferecer o acesso universal aos alimentos. Neste contexto os programas existentes em diversos ministérios, como MDA, MI, MDS, atuam para garantir o cumprimento das políticas com programas, projetos e ações nessas áreas. Os principais programas de desenvolvimento territorial em nível federal estão estruturados e instalados nesses três Ministérios citados, os quais juntos formam a base de desenvolvimento social e territorial para as populações menos favorecidas socioeconomicamente, incluindo políticas de desenvolvimento, programas e ações.

O fato de as políticas serem públicas não exclui a participação de capitais privados ou mistos que fomentam o desenvolvimento, pois a participação de outros setores (ONGs e entidades privadas) colabora em conjunto para o processo de desenvolvimento como foi destacado anteriormente. Como apresentado por Abramovay (2002) o território é um produto dos atores que ali estão estabelecidos em promover relações organizadas, como o comércio e não comerciais. Cada ator seja público ou não tem a sua importância e papel no que tange ao desenvolvimento territorial. Nesse sentido o desenvolvimento ganha uma conjuntura em que é preciso muito mais do que a atuação das instituições públicas, mas também de ONG`s, fundações, iniciativa privada e da própria população para alavancar um verdadeiro desenvolvimento que não seja baseado apenas em ganhos econômicos.

O recorte espacial dos 11 municípios quem compõem do PDTIS do Vale do Urucui também pertencem ao recorte espacial que faz parte da mesorregião de Águas Emendadas, definida de acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (IBGE, 2010b; ADISVRU, 2009).

O PDTIS do Vale do rio Urucuia nasceu de uma demanda não governamental da ONG, denominada Agência de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Vale do Rio Urucuia (ADISVRU), no final do ano 2000, e em ações do Sebrae. A ADSVRU constatou a partir de dados do IDH que o território do Urucuia possuía baixos escores, fato que motivou a iniciativa em busca de soluções para a melhoria na qualidade de vida das populações locais. No final do ano de 1999 e início 2000, o Sebrae, com o Programa DLIS, organizou a sociedade local e apoiou alguns projetos com cursos de capacitação de gestão de negócios, cooperativismo e associativismo (IADH, 2007).

A concepção do programa DLIS foi iniciada em 1999 e ampliada metodologicamente até o ano de 2002 no âmbito do Sebrae. Entretanto foi entendido pelo Sebrae que o (DLIS) não deveria ser executado como uma metodologia, e sim como projetos isolados e diferenciados em cada localidade, com duração de dois anos para cada um dos projetos¹⁰.

Um dos principais motivos para a atuação da FBB no território do Vale do Urucuia foi a suposição de existir localmente capital social estruturado e bem desenvolvido (BURSZTYN, 2008; IADH-GESPAR, 2007). Isso foi indicado pela participação das comunidades em outros projetos, como o Programa de Desenvolvimento Local Integrado Sustentável – DLIS. Este programa visa promover o desenvolvimento com melhores condições de qualidade de vida e com o desenvolvimento humano social e sustentável (SEBRAE, 2000). Para isso o Sebrae organiza atividades de capacitação de recursos humanos para que a população se tornasse responsável pelo desenvolvimento, além disso o Sebrae realizou diagnósticos de potenciais produtivos para serem produzidos e comercializados, articulações entre comerciantes, e investiu recursos financeiros na região. Neste cenário o Sebrae articulou lideranças locais e identificou um potencial positivo do capital social. O capital social não foi bem avaliado e durante a execução do PDTIS foi preciso realizar ações para a organização social.

A estrutura metodológica do DLIS tem enfoque local, que pode ser executado com vários segmentos de produção, artesanato, comércio, produção de alimentos, dentre outros. Um dos elementos que o compõe é a participação do setor público local e da comunidade. Essa participação social é entendida pelo Sebrae, como um elemento fundamental para que bons resultados sejam alcançados (PAULA, 2008). Vale ressaltar que os recursos financeiros utilizados no DLIS foram próprios do Sebrae¹¹.

¹⁰ Informação oriunda da Unidade de Desenvolvimento Territorial do SEBRAE, representada por Valéria Vidal (Sebrae Nacional). Entrevista realizada em março de julho de 2010.

¹¹ Idem

Nesse contexto apresentado nos parágrafos anteriores entende-se que a organização social¹² é fundamental para o processo de desenvolvimento, pois o auto reconhecimento e o fortalecimento das sociedades locais de uma identidade os caracterizam é importante, além de assumirem responsabilidade pelo desenvolvimento. Esses elementos são necessários para desmistificar a dependência das pessoas quanto a programas sociais do governo como única forma para a melhoria de vida das pessoas. Neste sentido de organização é fundamental ter o capital social já estruturado e organizado facilitaria o processo de desenvolvimento.

Entretanto no caso do Vale do Urucuia o capital social foi superestimado pela FBB, ou seja, ele se revelou incipiente e insatisfatório para dar início aos processos de desenvolvimento almejados para um território com tão grande desequilíbrio socioeconômico (BURSZTYN, 2008; IADH, 2007). Somente após o início das atividades promovidas pela FBB foi constatado pelo funcionários da FBB que atuavam no projeto que a articulação entre os atores era fraca e que organização e mobilização sociais eram insuficientes para internalizar a responsabilidade dos atores no de desenvolvimento (IADH, 2007).

A atuação de entidades públicas, privadas e Ongs, tais como: Sebrae, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Integração Nacional, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Banco do Brasil (BB), associações e organizações, em prol do desenvolvimento local apontou para a pré-existência de capital social e foi considerado pela FBB como fator positivo e importante para a sua participação no território. Entretanto, conforme o parágrafo anterior, esse capital social foi supervalorizado. O capital social bem estruturado é decisivo para a participação das pessoas no processo de desenvolvimento endógeno¹³, pois sem a articulação e engajamento social os projetos a serem implantados tendem fracassar, haja vista que população será responsável pela produção e decisões a serem realizadas.

Para 100% dos produtores entrevistados fazer parte de um programa que desenvolve ações em busca do desenvolvimento do território, ou seja, de mais de um município é bom. Nenhum dos participantes mostrou insatisfação ou interesse em retirar um ou mais municípios do programa. Contudo houve alguns poucos que sugeriram a inserção de outros municípios, em especial Unai – MG, mas também foram citados Dom Bosco e Natalândia.

¹² Entende-se como organização social o capital social, que será discutido em capítulo posterior.

¹³ Vide Putman

A visão territorial não é clara para todos os entrevistados, que pode ser comprovado com o interesse de agregar o município de Unaí no PDTIS Grande Sertão – Vale do Urucuia. Para eles, ter um município com maior desenvolvimento socioeconômico e maior atividade econômica é importante para contribuir para o desenvolvimento dos demais. Contudo esse município não possui características singulares que o torne parte do Vale do Urucuia, as pessoas de Unaí se veem ligadas a outra localidade.

Quanto aos representantes institucionais (FBB, ADISVRU, COPABASE, GOVERNO), todos apoiam a ideia de desenvolvimento com base territorial, 100% acreditam que PDTIS ganha força ao agregar as populações de diferentes municípios próximos que possuem problemas em comum.

Apesar do interesse de incluir mais municípios ao PDTIS não há interesse de produtores em excluir nenhum dos já existentes, mesmo que exista algum que não apresente contribuições significativas. Fato que demonstra o pensamento coletivo das comunidades em prol do desenvolvimento de todos municípios, pois entendem que juntos podem conseguir melhores resultados quanto ao desenvolvimento.

2.5 O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO NO PDTIS

Com vistas à necessidade constante de se conceber e implantar políticas públicas voltadas para o desenvolvimento humano principalmente em locais com grandes problemas sociais e econômicos, como por exemplo, ao território do Vale do Urucuia em Minas Gerais, faz-se necessário avaliar também os objetivos alcançados com os programas e projetos desenvolvidos. No caso pretende-se analisar o conceito e a efetividade de desenvolvimento territorial integrado sustentável adotado pela FBB e pelas respectivas ações. Cabe ainda analisar e avaliar os pontos fortes e fracos do programa, com o objetivo de contribuir para melhorias nas políticas e programas de desenvolvimento e na qualidade de vida das populações beneficiadas.

Bursztyn et al (2008, p. 83) analisam os conceitos presentes no PDTIS, entendendo que as adjetivações presentes no conceito de desenvolvimento territorial integrado sustentável representam uma síntese do desenvolvimento. A partir de transformação produtiva, essa síntese alia aspectos sociais, econômicos, político-institucionais e leva em conta as condições ambientais locais como conjunto de recursos para melhorar a condição de vida das populações.

Ainda segundo Bursztyn et al. (2008, p. 83), no que tange ao PDTIS e a análises conceituais, os termos “sustentável” e “integrado” estão estreitamente ligados, visto que de

acordo com o próprio autor a sustentabilidade por si só possui conotação integrada e sistêmica dos mais variados fenômenos possíveis, por exemplo a questão ambiental, econômica e social, todas atuando de forma integrada e sistêmica. Ou seja, para que haja sustentabilidade é necessário haver interação e integração entre os elementos, sejam eles sociais, ambientais, econômicos e quais quer outros possíveis.

Tomando como base as adjetivações “sustentável” e “integrado” presentes no conceito inicial do PDTIS, o mesmo não se apresenta inovador do ponto de vista conceitual, pois se caracterizando apenas como adjetivações nominais redundantes que nomeiam o programa. Considerar Desenvolvimento Territorial Sustentável seria suficiente.

A proposta de desenvolvimento com as adjetivações territorial, integrado e sustentável usada pela FBB tenta exprimir alguns princípios. Eles são diretamente vinculados a melhorias econômicas, como a geração de trabalho e renda, e a ganhos sociais, que podem ser expressos por meio de avanços na qualidade de vida, por exemplo, educação e cidadania. O caráter territorial é representado por uma área espacialmente extensa e por valores culturais. Por fim, o viés ambiental é considerado a partir dos sistemas e recursos naturais e a produção de bens a partir do uso sustentável dos recursos naturais. Logo, a expressão: desenvolvimento territorial integrado e sustentável é uma forma de deixar mais explícita a integração dos conceitos de desenvolvimento territorial e de sustentabilidade. (BURSZTYN et al. 2008)

Para a Fundação Banco do Brasil, trabalhar com o conceito de território é inovador¹⁴, pois ele agrega vários municípios vizinhos distribuídos no espaço geográfico como uma forma de maximizar as intervenções. A FBB já fazia ações dispersas de apoio para o desenvolvimento, por exemplo, o apoio à cadeia produtiva de apicultura no Piauí, Ceará e Pernambuco, e ao artesanato em Mucuri na Bahia, dentre outros. Com a abordagem territorial de reunir municípios vizinhos com problemas similares (baixo IDH) a FBB reuniu em um território sob a égide do PDTIS as suas linhas de educação, geração de trabalho e renda e tecnologias sociais. (IADH, 2007; BURZSTYN et al, 2008)

A estratégia de reunir em um mesmo território pode ser entendida como uma maneira de se atingir melhores resultados de desenvolvimento e dar visibilidade às ações da FBB. Vale ressaltar que foi criado um marco conceitual que estruturasse o PDTIS como um programa.

¹⁴ Informação apreendida em entrevista realizada em 2009 na FBB com o coordenador do PDTIS – Vale do rio Uruçuia. Não existe documento formal sobre o assunto, embora haja consenso entre a equipe da FBB.

O desenvolvimento territorial sustentável emerge como uma possível alternativa ao desenvolvimento para regiões e territórios com déficits socioeconômicos, seja qual for a dimensão adotada, por exemplo, social, econômica, educacional, produção de bens. Nesse sentido o PDTIS busca contribuir para o progresso de diferentes territórios do país.

A implantação de políticas públicas para o desenvolvimento pode ter diversas conotações, social, territorial, cultural, sustentável dentre outros. Contudo, o viés econômico é o mais comum. No contexto em que envolve diversos conceitos e adjetivações relativos a desenvolvimento é preciso indicar um marco teórico norteador, além de investigar se as ações são correntes com os conceitos adotados.

O conceito de sustentabilidade e integração presentes na conceituação do PDTIS não é inovador, mas apresenta uma reunião de adjetivações procuram estruturar o programa. As propostas estruturais que fundamentam o PDTIS precisam ser agrupadas e pensadas sistematicamente para formar um programa sem dubialidade ou repetição de conceitos em uma mesma unidade.

A pesquisa em questão é apresentada em um campo complexo, multidisciplinar, por envolver diversas dimensões acerca de um tema norteador, que é o desenvolvimento. Contudo engloba elementos fundamentais tais como: território, políticas, meio ambiente, economia, cultura e sociedade

2.6 OUTRAS ESPACIALIDADES

2.6.1 Regional

O desenvolvimento em suas diversas espacialidades pode ganhar o adjetivo regional, ou seja, designando mais do que um recorte espacial com limites políticos administrativos. Para exemplificar no Brasil existem cinco grandes regiões político-administrativas: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Este recorte espacial de regiões contribui para o planejamento estratégico do país e dos estados. Em outro caso, um determinado estado pode dividir o seu território em regiões menores para fins de organização administrativa tal como os municípios. Há diferentes formas de divisão do espaço geográfico. Porém tais divisões podem ser realizadas para facilitar ou promover objetivos concretos em benefício da sociedade.

De acordo com Pontes (1987), o conceito de região está relacionado a espaço remetido a um produto da sociedade que o divide. Logo para a autora região é resultado da produção material vinculada ao capital produtivo, ou seja, ao capitalismo. Enquanto para

Andrade (1973), a regionalização é o processo no qual o indivíduo costuma fragmentar o espaço seguindo distinções, nesse caso principalmente oriundas das características naturais e os usos do espaço. Os autores citados não convergem quanto a divisão regional, apresentando elementos distintos para a divisão, porém ambos entendem a necessidade de realizar divisões espaciais regionais.

Esse dois autores abordam o conceito de região de região de um modo simples e prático que ajuda a entender o sentido de organização. Contudo Andrade prima pelas características naturais do espaço, enquanto Pontes destaca os usos da sociedade humana. Apesar das diferenças ambos entendem que os usos o espaço caracterizam a região.

Conhecido por estudos geográficos Chistofolletti destaca a organização espacial da seguinte forma:

A organização espacial indica a existência de uma unidade resultante, de um produto terminal, possível de ser delimitado na superfície terrestre. A organização do espaço refere-se à dinâmica e aos processos que promovem a organização do espaço, denunciando mecanismos geradores para atingir um produto. Obviamente, o estudo da organização espacial automaticamente inclui a análise dos processos e mecanismos responsáveis pela organização do espaço. (CHRISTOFOLETTI *apud* MORO, 1990, p.8)

Como observado, a organização do espaço geográfico em regiões é uma ação constante utilizada para gestão e caracterização, que remete a limites geográficos e físicos administrativos que tendem a ser sinalizados pelas relações humanas as quais usam e diferenciam os espaços geográficos.

Nesse contexto de organização espacial e desenvolvimento, ganha destaque a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) visa combater as desigualdades regionais e se aproxima do território para combater os problemas em âmbito regional (BRASIL, 2007). Apesar de não ser um tema novo somente em 22 de fevereiro de 2007 foi instituída a PNDR pelo Decreto Presidencial 6.047. A própria PNDR que opera em nível regional reconhece o marco espacial de território para atuar e desenvolver programas e ações, por exemplo, o Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais (PROMESO). Este visa a redução das desigualdades sociais a partir da região, com a potencialização de características endógenas de cada messorregião diferenciada (MI & Nacional, 2010).

O Ministério da Integração Nacional entende que para desenvolver as regiões brasileiras é necessário reconhecer as diversidades regionais e potencializá-las a partir de uma exploração endógena. Este fato revela a preocupação do Estado em reconhecer e

promover ações de desenvolvimento que reconheçam as diversidades culturais e ambientais, com isso a partir dessas gerar processos internos com vistas ao desenvolvimento.

Ao abordar o desenvolvimento regional do Brasil (Affonso e Silva, 1995 *apud* Diniz, 2001), evidencia-se que o país é marcado por grandes diferenças, ou seja, desigualdades intra e inter-regional, havendo pouca ou má articulação entre dois espaços, concentração de atividades industriais e medidas de desconcentração ainda incipientes. Haddad (2001) concorda com Diniz (2001), e destaca que os desequilíbrios presentes no desenvolvimento econômico e social são facilmente observados em diferentes escalas, por exemplo, a macrorregional, com acentuados diferenciais de desenvolvimento humano entre as macrorregiões¹⁵ brasileiras. Esse fato revela que em regiões mais desenvolvidas ainda existem grandes territórios micro-regionais com déficits de desenvolvimento, como a região do Vale do rio Urucuia. É possível observar que a partir do ano de 1958 no Brasil há uma série de políticas voltadas para o desenvolvimento regional conforme exposto no Quadro 1 “Histórico Cronológico do Desenvolvimento Regional no Brasil” apresentado. O quadro sintetiza e organiza os marcos norteadores de políticas de desenvolvimento no Brasil, com a criação de Leis, políticas públicas e criação de órgãos.

¹⁵ Entende-se por macrorregiões porções especial grandes, neste caso em especial as regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

Histórico Cronológico do Desenvolvimento Regional no Brasil

1958 – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN)
1959 – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), orientado pela GTDN e Celso Furtado
1961 – Implantação do sistema de incentivos fiscais e financeiros do Plano Diretor da SUDENE
1974 – Decreto-Lei nº 1.376, de 12 de Dezembro de 1974, dos Fundos de Investimento do Nordeste (FINOR) e da Amazônia (FINAM), conhecido por Sistema FINOR;
1988 – Fundos de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO)

1991 – Criação do Mercosul, baseado no Tratado de Assunção: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (atualmente conta com mais países)

2000 – Criação do Ministério da Integração Nacional

2003 – Programas de Mesorregiões Diferenciadas (Plano Plurianual 2000 – 2003)

2003 – Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR (entrou em vigor em 2007)

2004 – Criação do Fundo para Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM)

2006 – Uso dos espaços Sub-Regionais de acordo com PNDR para o financiamento a partir de fundos constitucionais de desenvolvimento

2007 – Institucionalização da PNDR – Decreto nº 6.047 de 22 de Fevereiro de 2007

2008 – Proposta de Criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional

2008 – Constituição da UNASUL – integração de doze países da América do Sul com objetivo da integração regional.

Quadro 1 - Cronologia do desenvolvimento no Brasil

Adaptado de: http://ec.europa.eu/regional_policy/international/pdf/pndr_brasil.pdf

Para o planejamento estrutural do país as políticas devem considerar diversas espacialidades que sejam capazes de alavancar o desenvolvimento do país de acordo com as necessidades e características espaciais, de modo a promover o melhor desenvolvimento levando-se em conta características espaciais, como o melhor recorte possível, seja ele territorial, regional ou local.

2.6.2 Local

Considerar o desenvolvimento em uma escala local necessariamente se remete a uma questão espacial, neste caso a uma escala micro espacial comparada a regional e territorial. O local pode ser representado por pequenas unidades específicas, por exemplo, uma cidade, um município e até mesmo um bairro.

Martins (2002) destaca que a ideia de local é entendida como uma forma eficaz de ações e acompanhamentos dos resultados obtidos, para o autor o desenvolvimento local é uma alternativa ao fracasso do desenvolvimento balizado pela industrialização a qualquer preço, no consumo excessivo ou de massa e elevados custos sociais e ambientais. Logo o desenvolvimento local é uma boa alternativa frente a outras proposições que falharam.

Nesse sentido de fracasso do desenvolvimento a unidade local pode ser um importante *locus* para o desenvolvimento das comunidades. Contudo o desenvolvimento não pode desconsiderar as áreas adjacentes ou de influência, que em suma formam territórios e regiões.

Nos anos da década de 1980 ganhou força na Europa a valorização ao desenvolvimento local, com a aproximação dos cidadãos às medidas de desenvolvimento, com solidariedade, e ações conjuntas da comunidade em um processo de desenvolvimento endógeno (MARTINS, 2002). É observada a importância do envolvimento dos cidadãos visto que as ações, projetos e programas devem surgir e serem gerenciados internamente, ou seja, o desenvolvimento deve ser de fora para dentro.

O desenvolvimento local está ligado à uma reflexão que deve ser observada a partir da realidade de cada comunidade, para então poder constatar fatores positivos e negativos que precisam ser geridos e solucionados da melhor forma possível, sem perder as escalas espaciais norteadoras. De acordo com Martins (2002) “o lugar é cenário interativo dos acontecimentos, onde os fenômenos naturais e humanos acontecem e produzem seus efeitos. Por isso não é apenas porção e sim síntese da totalidade socioespacial.” A partir da exposição de Martins é possível considerar que o local é o espaço de interação direta dos indivíduos, mas não pode ser reduzido a uma pequena porção espacial, pois seria a representação da totalidade das relações socioespaciais, fato que não por haver interações diretas e indiretas de outros espaços maiores sobre a escala local.

Para que haja o desenvolvimento local Dowbor (2011), destaca a importância das articulações institucionais, inclusive no poder público local, ou seja, o papel das prefeituras no processo de desenvolvimento. Neste contexto a articulação entre as prefeituras que compõem PDTIS, precisam atuar como parceiros e não como concorrentes, pois se trata do desenvolvimento do território, um desenvolvimento em conjunto. A figura administrativa que reúne e representa as prefeituras em questão Consórcio de Prefeitos. Tal consórcio tem apresentado avanços ao tomar decisões conjuntas (entrevistado P), mas já esteve em situação de difícil articulação entre os agentes públicos locais (entrevistado Q). Ao se comparar a teoria apresentada Dowbor (2011) relativo à convergência institucional dos

poderes públicos locais com o PDTIS é possível observar que existem avanços nas parcerias do PTIS a partir da afirmação do entrevistado citado (entrevistado P), o qual enfatizou os avanços nas relações institucionais entre os membros, apesar de também mostrar fragilidades como a difícil inserção de alguns poucos municípios.

Buarque (1999) ressalta que a unidade municipal é capaz de reunir esforços da sociedade, integração de investimentos a favor do desenvolvimento, devido o reduzido espaço geográfico ou mesmo a mobilização política e administrativa que envolve apenas um município. Neste sentido a escala municipal é oportuna para programas e ações de desenvolvimento que busque pequenas áreas exceto se considerar municípios altamente populosos.

Os diversos autores citados apontam importantes elementos quanto ao desenvolvimento local. Martins (2002) apresenta o insucesso de outras escalas de desenvolvimento, a facilidade de avaliar e acompanhar os processos e resultados, interação entre homem e sociedade em relação ao desenvolvimento local; Buarque (2009) destaca a unidade municipal, por tanto local, favorável para estabelecer parcerias e envolvimento da sociedade; já Dowbor (2011) aponta as articulações institucionais e participação de prefeituras no processo de desenvolvimento, de modo que a atuação das instituições públicas é fundamental. Além disso, é necessário estabelecer parcerias institucionais entre os atores públicos, privados e organizações da sociedade civil.

2.7. Perspectivas Governamentais para o Desenvolvimento Territorial

Para abordar o desenvolvimento a partir de uma perspectiva territorial em geral se faz a adoção de conceitos aplicáveis ao contexto das políticas e programas, utilizados em determinado país. Nesse contexto emerge a utilização da abordagem do conceito de território para o desenvolvimento nas diversas esferas da sociedade, neste caso, em especial no governo.

O presente capítulo apresenta importantes aplicações de desenvolvimento em relação a instituições públicas e outras organizações no Brasil em torno do desenvolvimento com base no território.

A abordagem territorial presente nas políticas públicas procura contribuir para outras concepções bastante exploradas, mas não menos importantes de delimitação do espaço, como limites físico-naturais e político-administrativos, representadas pelas regiões, e locais com notória implantação de iniciativas de desenvolvimento territorialistas.

No Brasil a abordagem territorial se expressa nos programas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959, desenvolvida pelo governo federal, sob a regência do estruturalismo e comandada por Celso Furtado (DINIZ, 2001). Outras instituições foram criadas com o objetivo de contribuir no processo de desenvolvimento regional, como a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) que atua desde a década de 1940, além da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – (SUDECO).

A partir de 1990 o Estado brasileiro se volta para uma lógica de desenvolvimento que prioriza o território e não a região para o desenvolvimento, baseado em programas multisetoriais, que envolvem a sociedade civil (DINIZ, 2001). Com isso foi adotado um novo recorte espacial do território nacional em mesorregiões¹⁶, recorte esse que não se limita às cinco regiões do país (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), são exemplos desse recorte o novo modelo do Eixo Nacional de Integração e Desenvolvimento, o Programa de

¹⁶ Mesorregião: "(...) uma área individualizada, em uma unidade da Federação, que apresente formas de organização do espaço definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante e, a rede de comunicação e de lugares, como elemento de articulação espacial. Estas três dimensões deverão possibilitar que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional. Esta identidade é uma realidade constituída ao longo do tempo pela sociedade que ai se formou"(IBGE, *apud* HESPANHOL, 1996, p.67).

Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Mesorregiões Diferenciadas (Promeso), que faz parte das estratégias do Ministério da Integração Nacional (MI), além do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) (BEDUSCHI FILHO, 2003).

Esse “novo” modo de compreender as políticas de desenvolvimento com enfoque territorial faz parte de modelos adotados em outros países. A Itália implantou planos de desenvolvimento para o sul do país nos anos de 1970 (BEDUSCHI FILHO, 2003; SCHNEIDER, 2004). Nesse sentido a Itália rompeu, ao menos parcialmente com a escola ortodoxa de desenvolvimento ou seja, com apenas o crescimento econômico, ao considerar a participação social e melhoria na qualidade de vida, pois esses elementos não eram tão considerados anteriormente.

Atualmente as políticas territoriais ganham força no Brasil e a abordagem territorial aparece no discurso e nas políticas de desenvolvimento na década de 1990 e principalmente a partir do ano de 2003, no âmbito ministerial (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; Ministério da Integração Nacional – MI e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA).

Vale ressaltar que o enfoque espacial no território não elimina a questão regional e local, mas abrange o espaço geográfico em busca do desenvolvimento com uma nova postura com espaços que ficam entre o regional e local, e que busca interagir diretamente com as populações beneficiadas, que desta vez tem como a premissa do desenvolvimento territorial. Em uma visão integradora de desenvolvimento que considera a participação social e as identidades dos territórios em busca do desenvolvimento, com o objetivo de que as populações do território possam participar ativamente da construção dos projetos de desenvolvimento.

Ultimamente as políticas territoriais têm ganhado força no Brasil e a abordagem territorial aparece no discurso e nas políticas de desenvolvimento na década de 1990 e principalmente a partir do ano de 2003, no âmbito ministerial e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

As políticas de desenvolvimento territorial aparecem com destaque no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Ministério da Integração Nacional (MI). Cada ministério atua com programas e projetos específicos de forma isolada, embora as intervenções dessas instituições tenham um objetivo comum, que é o desenvolvimento e diminuição das desigualdades. Por

exemplo, o MDS possui o programa Bolsa Família que, por meio da transferência de renda, beneficia diversas famílias. O MI atua com o Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (PROMESO), cujo objetivo é contribuir para a redução das desigualdades regionais (BURSZTYN, 2008b). Já o MDA possui em sua estrutura orgânica uma Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), a qual foi criada para tratar exclusivamente do desenvolvimento com aspectos espaciais.

As políticas com enfoque territorial surgem como uma inovação para oferecer soluções a regiões pouco desenvolvidas. Instituições como a Fundação Banco do Brasil (FBB) e Ministérios buscam resolver ou diminuir antigos e novos desafios - geração de trabalho e renda, educação, diminuição da mortalidade infantil, desenvolvimento de tecnologias e participação social – como no campo socioeconômico brasileiro. Contudo não demonstram convergir em estruturações e ações integradas as quais são muito importantes para convergir forças e gerar melhores resultados.

Não é somente o poder público da esfera executiva que tem utilizado o território como espaço de atuação para o desenvolvimento. Outras entidades fazem o mesmo, como, por exemplo, a Fundação Banco do Brasil (FBB) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Estas instituições desenvolvem programas, projetos e ações de fomento ao desenvolvimento, de fortalecimento estrutural das cadeias produtivas, e de melhoria nas condições sociais a partir de bases territoriais.

2.8. Diferentes Territórios

Como apresentado por Diniz (2001), a partir da década de 1990, o governo passa a adotar o território e OD programas multisetoriais como uma estratégia para o desenvolvimento do país. Nesse sentido, a partir do ano de 2000 acentua-se as políticas e programas de base territorial. Outros autores, como Beduschi Filho (2003) também destaca a ação governamental federal nos anos de 1990 em prol de políticas, programas e ações para o desenvolvimento como base na territorialidade, além daquela já conhecida, tida como regional que valoriza as cinco regiões do país: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

No sentido de oficializar e dar caráter instrutivo foi instituída pelo Decreto número 6.047, de 22 de fevereiro de 2007, a Política Nacional de Desenvolvimento Territorial (PNDR), quem tem o objetivo de:

PNDR tem como objetivo a redução das desigualdades de nível de vida entre as regiões brasileiras e a promoção da equidade no acesso a oportunidades

de desenvolvimento, e deve orientar os programas e ações federais no Território Nacional, atendendo ao disposto no inciso III do art. 3º da Constituição. (Brasil, 2007)

Ao se tratar de Estado Nação espera-se que seus programas sigam coerência em âmbito ministerial, ou seja, que os Ministérios utilizem o mesmo conceito, nesse caso o de território. Para tanto IBGE criou a divisão do espaço geográfico brasileiro de forma organizada (estados, municípios, regiões, mesorregiões, macrorregiões e microrregiões) as quais podem e devem ser utilizadas pela poder legislativo, executivo e judiciário. Entretanto os Ministérios, em seus programas setoriais utilizam escalas diferenciadas entre eles, apesar de haver o mesmo objetivo que é o desenvolvimento.

A questão central é da discussão do por que usar diferentes categorias de divisão geográfica para o mesmo fim? A pergunta encontra-se sem resposta exata, que pode apontar simplesmente para diferentes categorias de gestão do poder público, embora nem sempre a gestão seja eficiente, pois pode haver divergências entre as categorias de ação (regional, territorial, local, nacional).

O conceito de território no âmbito político e de programas deve ser convergente, ou seja, o governo deve adotar conceitos iguais ou no mínimo muito semelhantes para programas e projetos a cerca de temas comuns. Por exemplo, o desenvolvimento territorial abrange diversos segmentos, alguns deles são a geração de trabalho e renda, a educação, o ensino especializado, a produção, dentre outros. Mas o foco central deve ser o desenvolvimento como base territorial. Logo, deve-se adotar e internalizar nos programas do governo, projetos e ações o conceito de território.

Em uma divisão categórica do território para gestão inicialmente podem ser apresentadas das seguintes categorias: país, região, macro-região, micro-região, estados, municípios, territórios e bacias hidrográficas. Muitas categorias de divisão espacial podem ser criadas com base em critérios diferenciados. Entretanto o trabalho de pesquisa irá se concentrar na categoria dos territórios devido sua aplicação em políticas públicas e programas de desenvolvimento.

No âmbito do Governo Federal é comum o uso dos termos: país, região, estados, macro e microrregião, como pode ser observado nos programas de desenvolvimento. No contexto do Ministério da Integração Nacional (MI), a Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) é “Responsável pela gestão da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e pela condução dos programas de promoção do desenvolvimento regional nas escalas macro, micro e sub-regionais (MI, 2011).

Para o MI é preciso reduzir as desigualdades entre as regiões brasileiras, que pode ser alcançada por meio de atividades que valorizem a diversidade:

“O caminho de redução das desigualdades passa pela valorização da magnífica diversidade regional do país. Isso significa dizer que o problema regional brasileiro encontra uma via de superação na exploração consistente dos potenciais endógenos de desenvolvimento das diversas regiões do país. (Brasil, 2007)

A perspectiva do MI para o desenvolvimento do país é focada na espacialidade de região – Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte, que em essência remete a programas de desenvolvimento passados com as Superintendências. Entre as superintendências estão a: SUDAM, SUDENE, SPVEA e SUDECO que foram incumbidas de promover o desenvolvimento de diferentes regiões(DINIZ, 2001).

O Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), possui uma política de Desenvolvimento Territorial por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT que desenvolve programas e projetos em diferentes estados brasileiros. A Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) contribui para o desenvolvimento harmônico de regiões onde predominam agricultores familiares, beneficiários da reforma agrária e do reordenamento agrário (MDA, 2011).

A SDT/MDA conceitua território da seguinte forma:

No âmbito do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), a SDT conceitua território da seguinte forma:

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (MDA, 2010)

A partir de um ponto de vista teórico e analítico o MI e MDA atuam em escalas espaciais diferentes, o primeiro regional e o segundo territorial. Inicialmente são categorias díspares a serem analisadas. Porém pode-se destacar que o desenvolvimento territorial contribui para o regional, visto que a escala territorial tende a ser menor geograficamente que a regional. Tal fato não significa que uma categoria tem maior ou menor importância, mas que o resultado de uma instância espacial influencia na outra.

Na tabela 1 esta exposto um quadro no qual os municípios pertencentes ao PDTIS estão enquadrados em programas ministeriais de desenvolvimento no âmbito do MDA e MI. A tabela também aponta que os municípios pertencem a diferentes recortes espaciais entre os ministérios, ou seja, não há unidade entre estas instituições em questão quanto a que territorialidade adotar, fato que prejudica o desenvolvimento de políticas, programas e projetos.

Tabela 1 - Políticas públicas territoriais nos municípios do PDTIS.

Conflitos de Políticas Territoriais			
Municípios	MDA – TERRITÓRIO DA CIDADANIA		MI - PROMESO
Arinos (MG)	Noroeste de Minas	SIM	SIM
Buritis (MG)	Águas Emendadas	SIM	SIM
Formoso (MG)	Noroeste de Minas	SIM	SIM
Riachinho (MG)	Noroeste de Minas	SIM	SIM
Uruana de Minas (MG)	Noroeste de Minas	SIM	SIM
Bonfinópolis de Minas (MG)	Noroeste de Minas	SIM	SIM
Chapada Gaúcha (MG)	Noroeste de Minas	SIM	SIM
Uruçuia (MG)	Noroeste de Minas	SIM	SIM
Pintópolis (MG)	Noroeste de Minas	SIM	SIM
São Romão (MG)	Noroeste de Minas	SIM	SIM
Cabeceiras (GO)	Águas Emendadas	SIM	SIM

Fonte: Elaboração própria

Obs: Todos os municípios fazem parte do Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais (MI) e/ou do Território da Cidadania (MDA)

Na esfera do Governo Federal, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Paraíba (Codevasf), tem atuação espacial nas categorias regional e nacional, haja vista os projetos de integração de grandes bacias hidrográficas que desenvolve. Entre eles, atualmente destaca a revitalização da bacia do Rio São Francisco, Integração de Bacias, os Arrojos Produtivos Locais (APLs), Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba (Planap), o Projeto Amanhã e o Programa de Desenvolvimento Florestal (CODEVASF, 2011).

A Fundação Banco do Brasil (FBB), que recebe recursos financeiros o próprio Banco do Brasil e alinhamentos as políticas públicas tem sua atuação histórica diversificada, classifica por esta pesquisa em: local, regional e territorial. Contudo o destaque da pesquisa atenta-se para o desenvolvimento com base no território. A FBB possui atuação no “Desenvolvimento Regional Sustentável - DRS” (FBB, 2010). Contudo possui o “Programa de Desenvolvimento Territorial Integrado Sustentável - PDTIS” do Grande Sertão.

A Figura 2 mostra a organização de propostas e ações dos diferentes agentes do país para o Desenvolvimento em suas referidas escalas de atuação. As instâncias governamentais, tais como, os Ministérios e autarquias precisam ser convergentes quanto às políticas e programas de desenvolvimento espaciais. Embora se admita a importância de cada espacialidade, seja ela, local, regional, nacional, entre outras, todas em suas áreas pré-definidas, é necessário que haja sintonia e adequação das atividades realizadas em um mesmo espaço geográfico. Nesse contexto, os Ministérios e suas autarquias têm como desafio trabalharem em conjunto em prol do objetivo maior, que é o desenvolvimento do país, com diminuição e erradicação da pobreza, geração de trabalho e renda de modo a propiciar melhor qualidade de vida para a população.

É preciso que as políticas públicas sejam convergentes entre si. As instituições públicas precisa concentrar energias em torno de desafios comuns, com programas e projetos sinérgicos, em parceria. Caso não haja coesão entre as entidades serão desperdiçados recursos humanos e financeiros públicos. Não se pode admitir que cada instituição se isole com vaidades humanas ou mesmo atuem de maneira antagônica. A política e gestão devem caminhar paralelamente para alcançar os objetivos, sejam eles o desenvolvimento ou quaisquer outros.



Figura 2 Organização das políticas para o desenvolvimento espacial no Brasil. Elaboração do autor.

Conforme apresentado na Figura 2, existem diferentes aplicações das abordagens espaciais para o desenvolvimento do país, com destaque à preocupação do Estado nos anos de 1959, 1940 e 1990 (DINIZ, 2001) para o desenvolvimento nacional utilizando ações direcionadas nas regiões e nos territórios. As instituições representam um reflexo das políticas de desenvolvimento do país. Contudo nem sempre atuam em um mesmo sentido e foco espacial.

3. O PDTIS GRANDE SERTÃO NO VALE DO RIO URUCUIA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

Este capítulo aborda o estudo de caso do Programa de Desenvolvimento Territorial Integrado Sustentável – PDTIS, no Grande Sertão do Vale do Urucua, com a caracterização do território pesquisado.

A região faz parte de um contexto histórico de ocupação caracterizado por bandeirantes e desbravadores em busca de ouro e pedras preciosas, seguida por atividades agropastoris (IBGE, 2010b). Não apresenta um parque industrial ou de serviços industrial. As suas principais atividades produtivas são agropecuárias.

A produção agrícola predominante é de monoculturas e criação de gado (IADH-GESPAR, 2007). Existem também pequenas propriedades rurais, principalmente assentamentos da reforma agrária, os quais praticam agricultura de subsistência e exploração de carvão vegetal (IADH-GESPAR, 2007). Pequenos proprietários e suas famílias também trabalham para outras propriedades em troca de diárias e alguns auferem renda de programas sociais e aposentadorias. No que tange o PDTIS o público alvo não tem vocação agrícola, por tal motivo não existem números da produção.

Os programas sociais geram importante parcela da renda das famílias, como aposentadorias e Bolsa Família¹⁷. O Programa Bolsa família pagou no ano de 2010 o total de R\$ 10.093.426,00 para famílias dos 11 municípios, com pagamento anual por benefício de R\$ 807,66 e por mês de R\$ 67,30, de modo que o recebido por família varia entre R\$ 32,00 a R\$ 242,00. Em março de 2010, 12.497 famílias foram beneficiadas pelo Programa nos 11 municípios (CEF, 2010). Os recursos financeiros provenientes de programas de transferência de renda são importantes para as famílias mais pobres, as quais se encontram em situação de risco social e/ou vulnerabilidade. Contudo é preciso criar mecanismos capazes de gerar renda a partir do desenvolvimento sustentável das comunidades.

Além de recursos de programas sociais, impostos e da própria arrecadação municipal, os municípios receberam juntos no ano de 2010 o total de R\$111.149.691,38 do Governo Federal (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2011) (Tabela 2). Esses recursos são

¹⁷ Programa Bolsa Família: programa de transferência de renda do Governo Federal, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome, que por meio da transferência de renda combate a miséria e fome no país.

investidos em diferentes áreas, como educação, geração de renda, obras públicas entre outras de acordo com cada localidade.

Tabela 2 - Total de Transferência de Recursos do Governo Federal

TOTAL DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL PARA OS MUNICÍPIOS, 2010	
Municipal	Valor em Reais (R\$)
Arinos (MG)	17.839.410,30
Bonfinópolis de Minas (MG)	6.597.248,03
Buritit (MG)	19.279.619,33
Cabeceiras (GO)	6.525.022,17
Chapada Gaúcha (MG)	9.207.979,77
Formoso (MG)	6.765.226,20
Pintópolis (MG)	8.559.547,63
Riachinho (MG)	6.660.777,90
São Romão (MG)	13.629.652,42
Uruana de Minas (MG)	6.881.752,78
Urucuia (MG)	9.203.454,85
Total	111.149.691,38

Fonte: Portal da Transparência

A maior variação do Produto Interno Bruto (PIB) per capita entre dos municípios (2010a) foi de 3.075 a 11.476 reais conforme apresentado na Tabela 3 (IBGE, 2010b). Enquanto outros municípios do estado de Minas Gerais próximos geograficamente, por exemplo, Unaí apresentou PIB de 13.088 e Brasília que faz parte de outro contexto socioeconômico com 40.696. Os dados apresentados na tabela 3 evidenciam uma grande variação do PIB entre os 11 municípios que abrangem o PDTIS, além de apresentar grandes disparidades com outros municípios do mesmo estado. Vale ressaltar que não necessariamente um dado município precisa possuir o PIB relativamente igual a outros municípios, mas em um contexto econômico, político e geográfico semelhantes ou mesmo iguais, é desejável que os municípios apresentem maior equidade.

Tabela 3 - Produto Interno Bruto per Capita

PIB -Produto Interno Bruto	
Município	PIB per capita (Reais R\$)
Arinos (MG)	6.005
Buritis (MG)	10.062
Formoso (MG)	10.575
Riachinho (MG)	4.998
Uruana de Minas (MG)	8.707
Bonfinópolis de Minas (MG)	11.476
Chapada Gaúcha (MG)	4.345
Urucuia (MG)	4.774
Pintópolis (MG)	3.075
São Romão (MG)	4.783
Cabeceiras (GO)	11.395
Média	7.290

Fonte: IBGE CIDADES

Como demonstrado na Tabela 3 o maior PIB é do município de Bonfinópolis de Minas (11.476), enquanto o menor é de Pintópolis (3.075), o que representa uma disparidade entre o maior e menor de aproximadamente 300%. O conjunto dos 11 municípios apresentam contexto produtivo muito parecidos, com destaque para as atividades rurais. Portanto em um contexto territorial a grande diferença entre o maior e menor PIB indica que há problemas a serem identificados e combatidos para a elevação do PIB dos municípios com menor índice. As principais atividades econômicas são voltadas para agropecuária, dividida em familiar e grande produção (IADH, 2007).

3.1.2 Índices socioeconômicos

No estado de Minas Gerais a taxa média de alfabetização era de 81,81 e 88,04 nos anos de 1991 e 2000, no estado de Goiás a taxa era de 81,61 e 88,07 e no Distrito Federal 90,76 e 94,32 para os mesmos anos (PNUD, 2009).

A região Urucuia Grande Sertão é marcada por baixos índices sociais. As taxas médias de alfabetização nos anos de 1991 e 2000 eram de 65% e 78% respectivamente. Para as pessoas a partir de 25 anos de idade, a média de anos de estudo em 2000 foi de 3,49, enquanto em 1991 era de 2,35 (PNUD, 2009). A Tabela 4 apresenta os escores de alfabetização dos municípios pesquisados e outros que evidenciam as disparidades entre os mesmos.

Tabela 4 - Escores da taxa de alfabetização dos municípios estudados e regiões nos anos de 1991 e 2000.

Escores da taxa de alfabetização dos municípios estudados e regiões, 1991 e 2000		
Município	1991	2000
Arinos (MG)	69,21	78,29
Buritis (MG)	70,68	79,44
Formoso (MG)	57,91	72,16
Riachinho (MG)	69,25	78,75
Uruana de Minas (MG)	65,7	80,76
Bonfinópolis de Minas (MG)	76,2	83,4
Chapada Gaúcha (MG)	55,86	74,65
Urucuia (MG)	62,54	77,58
Pintópolis (MG)	60,39	74,84
São Romão (MG)	64,38	77,51
Cabeceiras (GO)	73,7	82,13
Média	65,98	78,13
Minas Gerais	81,81	88,04
Goiás	81,61	88,07
Distrito Federal	90,76	94,32

Fonte: PNUD

A comparação entre os estados de Minas Gerais, Goiás e o Distrito Federal com os escores encontrados nos municípios abrangido pelo PDTIS revela a grande distância entre os dados, pois o território em estudo apresenta dados muito inferiores em relação aos estados de que fazem parte e da região de seu entorno. O Distrito Federal - DF faz parte de um contexto socioeconômico muito diferente dos municípios que agregam o PDTIS, porém esta localizado relativamente próximo, o que faz do DF um mercado consumidor de mercadorias produzidas nesses municípios.

Tabela 5 - Taxa de alfabetização na Microrregião de Unaí (MG)

Taxa de alfabetização na Microrregião de Unaí (MG)		
Município	1991	2000
Arinos	69,21	78,29
Bonfinópolis de Minas (MG)	76,2	83,4
Buritit (MG)	70,68	79,44
Cabeceira Grandes (MG)	72,31	79,13
Dom Bosco (MG)	75,58	85,22
Formoso (MG)	57,91	72,16
Natalândia (MG)	72,19	81,46
Unaí	79,17	87,23
Uruana de Minas (MG)	65,7	80,76
Média	70,99	80,78

Fonte: PNUD

A Microrregião de Unaí abrange 5 dos 11 municípios do PDTIS e apresenta média de 70,99 e 80,78 na taxa de alfabetização para os anos de 1991 e 2000 conforme apresentado na Tabela 5. Os dados evidenciam que dentro desse pequeno recorte espacial de microrregião as médias de alfabetização (65,98 e 78,13) apresentadas pelos municípios do PDTIS são inferiores à microrregião.

A taxa média de mortalidade infantil para crianças com até 5 anos foi de 36,54% por mil em 2000. Essa taxa é alta quando comparada ao município de Alfenas em Minas Gerais, com menor índice de mortalidade do estado, com 12,54% por mil no ano de 2000. Os dados de mortalidade e outras variáveis são refletidos na esperança de vida ao nascer, que possui média de 68,05 anos nos 11 municípios (PNUD, 2009)

Os municípios estudados apresentam baixos escores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Em 1991 os seus escores tinham uma média de 0,595, passando em 2000 para 0,693 (PNUD, 2009). A faixa de variação entre os 11 municípios em análise fica entre 0,552 e 0,649 em 1991 e de 0,635 e 0,754 em 2000. Já o estado de Minas Gerais apresentou IDH (Tabela 6) de 0,697 e 0,773 nos anos de 1991 e 2000 (PNUD, 2009).

Tabela 6 - Escores do Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios Estudados, 1991 e 2000

Escores do IDH - Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios estudados, 1991 e 2000		
Municípios	1991	2000
Arinos (MG)	0,594	0,711
Burititis (MG)	0,624	0,733
Formoso (MG)	0,591	0,695
Riachinho (MG)	0,603	0,7
Uruana de Minas (MG)	0,601	0,698
Bonfinópolis de Minas (MG)	0,663	0,754
Chapada Gaúcha (MG)	0,56	0,683
Urucuia (MG)	0,568	0,675
Pintópolis (MG)	0,552	0,637
São Romão (MG)	0,556	0,649
Cabeceiras (GO)	0,635	0,695
MÉDIA	0,595	0,693

Fonte: PNUD

Enquanto o estado de Minas Gerais apresentou IDH de 0,697 e 0,773 nos anos de 1991 e 2000 (PNUD, 2009). Vale ressaltar que a Região Noroeste de Minas Gerais, onde está inserido o Vale do rio Urucuia, apresenta os mais baixos escores do IDH da Região Sudeste do país. (PNUD, 2009). Nesse sentido os dados evidenciam a necessidade de realizar intervenções para melhorar os escores apresentados. Essas deficiências, aliadas a outras, como a mortalidade infantil colaboram para os baixos índices do IDH de cada município, assim como a necessidade de aplicar políticas e programas capazes de melhorar as condições de vida e conseqüentemente os índices.

Tabela 7 - Escores do Índice de Desenvolvimento Humano por regiões, Minas Gerais, Brasília e Brasil

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano por regiões, Minas Gerais, Brasília e Brasil, 1991 e 2000		
Municípios	1991	2000
Sul	0,691	0,771
Região Sudeste	0,67	0,745
Centro Oeste	0,651	0,737
Nordeste	0,503	0,61
Norte	0,577	0,664
Minas Gerais	0,697	0,773
Brasília	0,779	0,844
Brasil	0,661	0,738

Fonte: PNUD

A Figura 3 apresenta a configuração geográfica dos municípios em relação aos escores do IDH no ano de 2000. Quando observado é possível notar concentração entre os municípios com escores mais próximos por exemplo, Urucuaia, Pintópolis e São Romão que apresentam os menos escores.

Escores do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH
ano de 2000

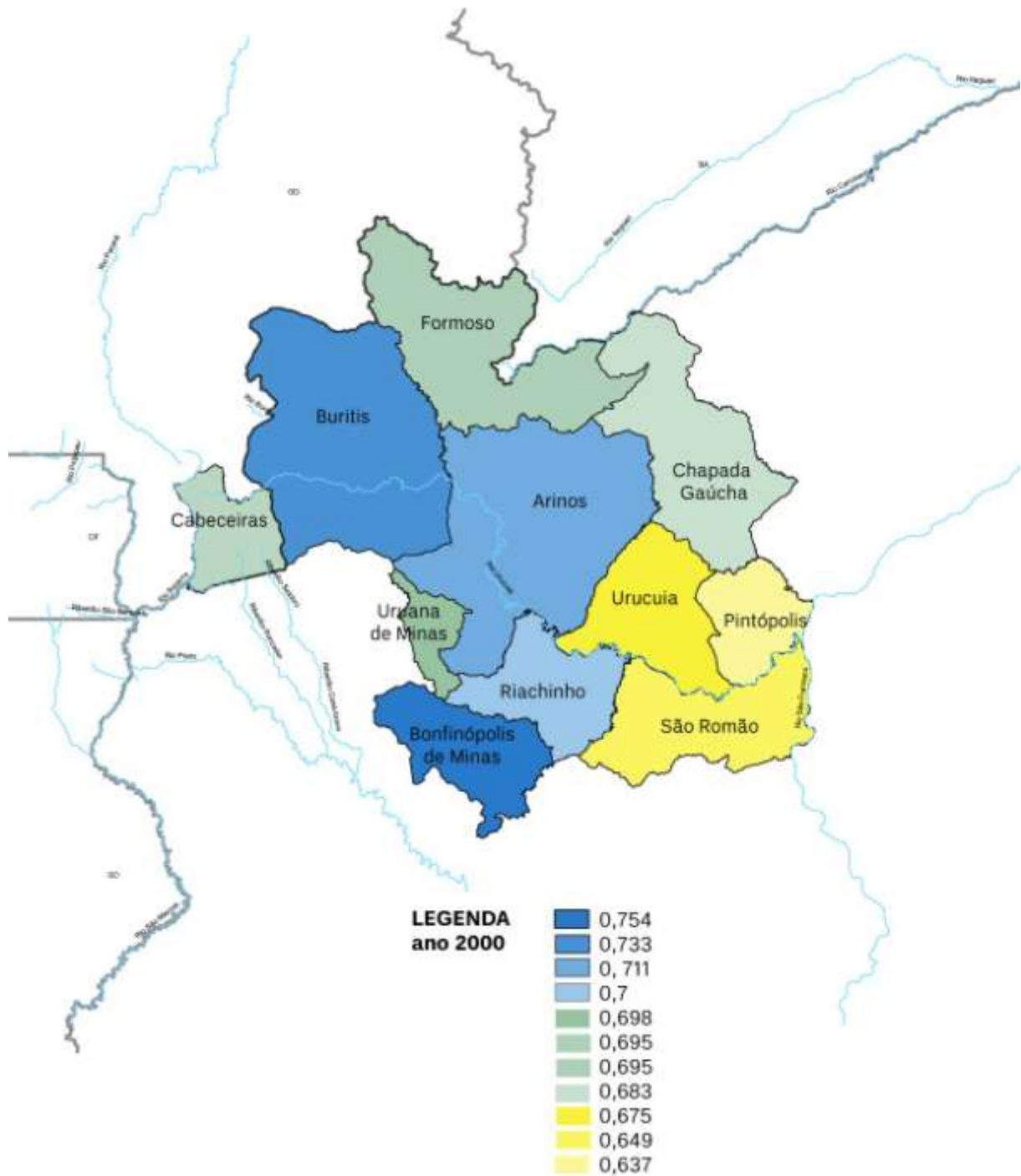


Figura 3 - Representação geográfica do índice de desenvolvimento humano nos municípios pertencentes ao PDTIS. Mapa de autoria do autor.

Ao se comparar os dados do IDH das duas tabelas anteriores é possível constatar a grande proximidade do IDH da área de estudo com os escores do Nordeste e Norte do país. Essas duas regiões apresentam os piores números quanto o IDH. O fato de o território em estudo apresentar baixos escores justifica as ações em busca do desenvolvimento humano para as populações que ali residem. Pode-se observar que geograficamente os municípios com os mais baixos escores, Urucuaia, São Romão e Pintópolis estão no sentido leste e fazem fronteira entre si. Os municípios com os melhores escores foram um corredor de ligação, já os municípios intermediários estão divididos. Apesar haver uma concentração entre os municípios não foi encontrado motivo especial que faça correlação entre divisão espacial no território e o baixo IDH entre eles. Ainda sim é possível levantar a hipótese de que regiões com alto grau de desenvolvimento afetam outras circunvizinhas diretamente, contribuindo para o desenvolvimento.

O IDH é um ótimo instrumento para avaliar o desenvolvimento, não leva em conta apenas o crescimento econômico (PIB), mas por considerar diferentes variáveis, por exemplo, nível de escolaridade, mortalidade infantil, expectativa de vida, renda per capita dentre outros se torna uma ferramenta importante para pesquisas assim como para a gestão e promoção de políticas públicas.

O Programa Bolsa Família é uma ferramenta do Governo criada para dar apoio e garantir a segurança alimentar, saúde e educação para famílias em situação de risco: “o programa visa inclusão social dessa faixa da população brasileira, por meio da transferência de renda e da garantia de acesso a serviços essenciais.” (CEF, 2010). O desenvolvimento de programas e ações que gerem renda e garantam a segurança alimentar é um instrumento capaz de retirar famílias de situações de risco, tornando-as independentes e auto suficientes, até chegar ao momento em que não exista necessidade de transferir recursos financeiros assistenciais diretamente para as famílias.

Tabela 8 - Transferência de renda do Programa Bolsa Família no ano de 2010

TRANSFERÊNCIA DE RENDA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, 2010	
Município	Valor em Reais (R\$)
Arinos (MG)	1.688.349,00
Buritizópolis (MG)	1.816.165,00
Formoso (MG)	737.523,00
Riachinho (MG)	771.562,00
Uruana de Minas (MG)	296.437,00
Bonfinópolis de Minas (MG)	454.018,00
Chapada Gaúcha (MG)	1.049.728,00
Uruçuia (MG)	998.380,00
Pintópolis (MG)	871.655,00
São Romão (MG)	869.590,00
Cabeceiras (GO)	540.019,00
Total	10.093.426,00

Fonte: Portal da Transparência

A Tabela 8 apresenta os valores monetários repassados pelo Governo Federal, por meio do Programa Bolsa Família no ano de 2010. Esse recurso é necessário garantir a integridade das famílias em situação de risco.

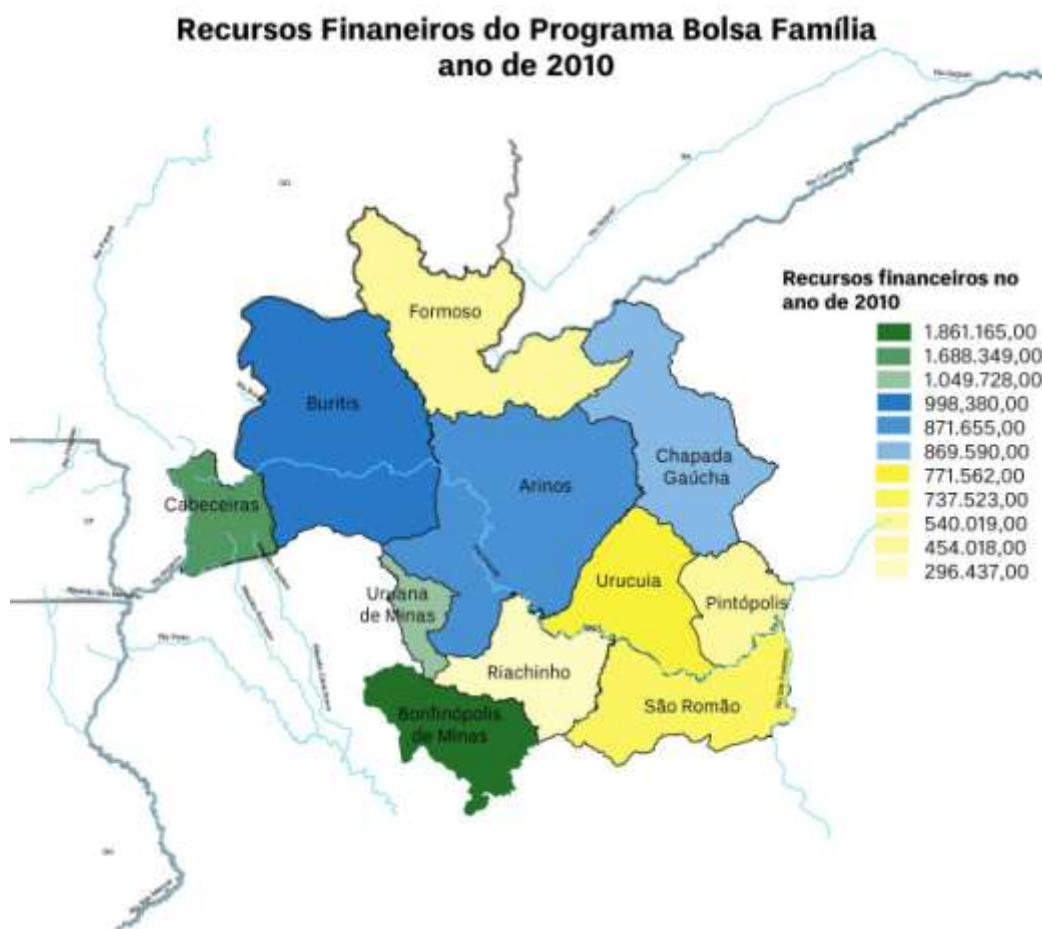


Figura 4 - Recursos financeiros do Programa Bolsa Família destinados para as famílias dos municípios do PDTIS no ano de 2010. Figura elaborada pelo autor.

No que tange a recursos para manutenção das atividades dos municípios, eles são provenientes de arrecadação interna, investimentos/transfêrencia do estado da federação e do próprio Governo Federal. Na tabela 9 é possível observar quanto cada município recebeu do Governo Federal no ano de 2010.

Tabela 9 - Total de transferência de recursos do Governo Federal para os municípios no ano de 2010.

TOTAL DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL PARA OS MUNICÍPIOS, 2010	
Município	Valor em Reais \$\$
Arinos (MG)	17.839.410,30
Buritis (MG)	19.279.619,33
Formoso (MG)	6.765.226,20
Riachinho (MG)	6.660.777,90
Uruana de Minas (MG)	6.881.752,78
Bonfinópolis de Minas (MG)	6.597.248,03
Chapada Gaúcha (MG)	9.207.979,77
Urucua (MG)	9.203.454,85
Pintópolis (MG)	8.559.547,63
São Romão (MG)	13.629.652,42
Cabeceiras (GO)	6.525.022,17
Total	111.149.691,38

Fonte: Portal da Transparência

Os índices econômicos e sociais dos 11 municípios que fazem parte do PDTIS deixam claro a deficiência existente nesses municípios quanto aos fatores socioeconômicos, como pode ser mostrado pelo baixo IDH com uma média 0,693 no ano de 2000. Ao comparar dados desses dois municípios verifica-se que Bonfinópolis possui o maior PIB, maior taxa de alfabetização entre os municípios, enquanto Pintópolis possui os piores escores na mortalidade infantil, menor PIB e baixa taxa de alfabetização

3.2 PDTIS – GRANDE SERTÃO DO VALE DO URUCUIA

O Programa de Desenvolvimento Territorial Integrado Sustentável – PDTIS da Fundação Banco do Brasil (FBB) é desenvolvido em diversos territórios do Brasil. O PDTIS Grande Sertão do Vale do Urucua realizado é realizado em 11 municípios pertencentes aos estados de Minas Gerais e Goiás.

O PDTIS do Vale do Urucua nasce de uma demanda não governamental de iniciativa da Agência de Desenvolvimento do Vale do Rio Urucua – ADISVRU, no final do ano 2000, e em ações do Sebrae (entrevista cedida pelo presidente) que em busca de soluções para problemas da região reivindicou o apoio da Fundação Banco do Brasil (FBB),

que na ocasião analisou e aprovou o projeto. A ADSVRU constatou a partir de dados do IDH que o território do Urucuia possuía baixos escores, fato que motivou a iniciativa em busca de soluções para a melhoria na qualidade de vida das populações locais. No final do ano de 1999 e início 2000, o SEBRAE, com o Programa DLIS, organizou a sociedade local e apoiou alguns projetos com cursos de capacitação de gestão de negócios, cooperativismo e associativismo (IADH, 2007).

A concepção do programa DLIS foi iniciada em 1999 e ampliada metodologicamente até o ano de 2002 no âmbito do Sebrae. Entretanto foi entendido pelo Sebrae que o DLIS não deveria ser executado como uma metodologia, e sim como projetos isolados e diferenciados em cada localidade, com duração de dois anos para cada um dos projetos¹⁸.

Em busca de soluções para promover o desenvolvimento a FBB elaborou em 2002 o Programa de Desenvolvimento Territorial Integrado Sustentável (PDTIS), que tem como objetivo “maximizar o potencial e minimizar as fragilidades do Território Vale do Urucuia visando contribuir com o Desenvolvimento econômico e social, reduzir a pobreza, as desigualdades e aumentar a produtividade do trabalho e do valor agregado à produção solidária” (FBB, sem data). A necessidade de realizar intervenções externas em territórios pouco desenvolvidos do ponto de vista econômico e social é evidente visto a dificuldade dos próprios territórios realizarem sozinhos determinadas ações capazes de resolver os problemas internos, tal como os baixos índices sociais apresentados, por exemplo, o município de Pintópolis (MG), que apresentou 0,556 pontos, no ano de 1991 no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Para reverter esse quadro há instituições de fomento ao desenvolvimento que investem em alternativas para melhorar a condição de vida de populações carentes.

O programa PDTIS atua tanto com base na territorialidade quanto na sustentabilidade. A FBB já investiu no PDTIS – Vale do Urucuia aproximadamente 4 milhões de reais (FBB, 2008). Esses recursos foram aplicados em cadeias produtivas, fortalecimento institucional, consultorias, treinamentos de inclusão digital e alfabetização (FBB, 2008). De acordo com as entrevistas realizadas e análise de documentos não existe por parte da FBB a intenção de retorno financeiro à instituição dos investimentos realizados, mas o desenvolvimento do território materializado, por meio, das ações e projetos executados, assim como resultados positivos, de organização social, produção e comercialização, educação, ou seja, melhoria na qualidade de vida das populações do território.

¹⁸ Informação oriunda da Unidade de Desenvolvimento Territorial do SEBRAE, representada por Valéria Vidal (Sebrae Nacional). Entrevista realizada em março de julho de 2010.

Vale ressaltar que o aumento das atividades produtivas e econômicas movimentará o comércio dos municípios atendidos, fato esse que no futuro resultará no incremento da economia e que certamente passará em parte pelo Banco do Brasil que a principal instituição financeira/bancária nos municípios em questão. Os investimentos realizados pela FBB certamente serão revertidos em lucros para o Banco do Brasil, pois com o incremento da economia os moradores irão movimentar mais capital nas próprias agências do banco. Deve-se levar em conta que expandir as atividades econômicas e número e valores monetários é importante, o dinheiro propriamente é importante para as famílias no sentido de poderem adquirir produtos, alimentos e serviços mediante pagamento com dinheiro.

Conforme entrevistas realizadas com representantes da FBB o PDTIS foi concebido para ser executado em um período não definido. Porém para se consolidar bases materiais e imateriais do desenvolvimento sustentável no território será necessário um período de médio a longo prazo não definido.

O nome do projeto Urucuia Grande Sertão do qual faz parte o PDTIS – Vale do Urucuia está diretamente associado a atributos naturais do território, em especial o Parque Nacional Grande Sertão Veredas e ao Vale do rio Urucuia. O principal rio existente nessa na bacia hidrográfica é o rio Urucuia, devido sua importância o corpo hídrico dá nome à região Urucuia Grande Sertão. Já o Parque Nacional é uma importante unidade de conservação da natureza que conserva e preserva importantes espécimes do Cerrado brasileiro.

O recorte espacial dos 11 municípios quem compõem do PDTIS do Vale do Urucui também pertencem ao recorte espacial que faz parte da mesorregião de Águas Emendadas, definida de acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (IBGE, 2010b; ADISVRU, 2009).

Um dos principais motivos para a atuação da FBB no território do Vale do Urucuia foi a suposição de existir localmente capital social estruturado e bem desenvolvido (BURSZTYN, 2008; IADH-GESPAR, 2007). Isso foi indicado pela participação das comunidades em outros projetos, como o Programa de Desenvolvimento Local Integrado Sustentável – DLIS. Este programa visa promover o desenvolvimento com melhores condições de qualidade de vida e com o desenvolvimento humano social e sustentável (SEBRAE, 2000). Para isso o Sebrae organiza atividades de capacitação de recursos humanos para que a população se tornasse responsável pelo desenvolvimento, além disso o Sebrae realizou diagnósticos de potenciais produtivos para serem produzidos e comercializados, articulações entre comerciantes, e investiu recursos financeiros na região. Neste cenário o Sebrae articulou lideranças locais e

identificou um potencial positivo do capital social. O capital social não foi bem avaliado e durante a execução do PDTIS foi preciso realizar ações para a organização social.

3.3 LINHAS DE ATUAÇÃO E ARTICULAÇÃO

A Fundação Banco do Brasil (FBB) desenvolve suas atividades a partir linhas de atuação e articulação. Tais linhas (Educação; Geração de Trabalho e Renda; e Tecnologias Sociais) são áreas chaves da atuação da instituição, que por meio, de diversos projetos busca promover o desenvolvimento do país e melhoria na qualidade de vida do cidadão brasileiro.

3.3.1 Educação

Uma das linhas de atuação da FBB é direcionada para a educação de jovens e adultos, em especial a alfabetização destes. Como a educação é uma área estratégica de atuação, o PDTIS utiliza este meio como um dos eixos de atuação para promover o desenvolvimento do Vale do Urucuia com o BB Educar.

O BB-Educar nasceu da experiência de escolarização dos prestadores de serviços gerais do próprio Banco do Brasil. No ano de 1992 o Banco do Brasil ofereceu o serviço do Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos. Com o sucesso do Programa no ano de 2000, a responsabilidade pelo BB Educar foi destinada à Fundação Banco do Brasil (FBB), que desde então realiza o programa em diversos estados do país.

O BB Educar consiste em um programa de alfabetização voltado para jovens e adultos. Neste programa há a formação de educadores, para que esses criem núcleos de alfabetização nas comunidades e alfabetizem a população (FBB, 2010). O programa é desenvolvido por educadores contratados por cooperativas e associações, com o pagamento dos honorários pelas horas trabalhadas pela FBB. De acordo com a FBB (2010) o objetivo maior do programa é “contribuir para a superação do analfabetismo no país”. Desse modo os educadores assumem um papel importante de liderança e convencimento das pessoas para participarem das aulas e serem alfabetizados, contribuindo para a erradicação do analfabetismo no Brasil.

Por se tratar de um programa voltado para a alfabetização de jovens e adultos, são admitidos alunos a partir de 15 anos de idade, sem limite máximo de idade. Por aceitar pessoas idosas o programa já conseguiu dar maior autonomia e autoestima a estas pessoas

com idade mais avançada, que a partir da alfabetização podem obter informações sem a ajuda de outras pessoas, aumentam a autoestima e incentivam outras pessoas.

Nos 11 municípios do PDTIS Grande Sertão do Vale do Urucuia, o desenvolvimento de programas educacionais, como por exemplo, o BB Educar, é de extrema importância ao passo que no mínimo é capaz de letrar as pessoas, o que contribui para inseri-las melhor no processo produtivo e social com maior qualidade. Entende-se por qualidade os ganhos educacionais voltados para saúde, higiene e possibilidade de aumentar a renda. Nesse sentido Sen (2000, p. 34) evidencia a relação constante entre ganhos sociais e renda. Assim, a relação da privação de renda e educação estão relacionadas. Para o autor essa relação possui dois sentidos, ou seja, de mão dupla relacionando renda e educação. O primeiro (Figura 5) mostra que o baixo nível de renda pode ser um importante motivo para baixo grau de instrução escolar, como o analfabetismo e condições de saúde ruins, fome ou má nutrição. Já o segundo (Figura 6) evidencia a relação inversa, em que melhores condições educacionais, melhor nível de educação e saúde, induzem a ganhos financeiros melhores.

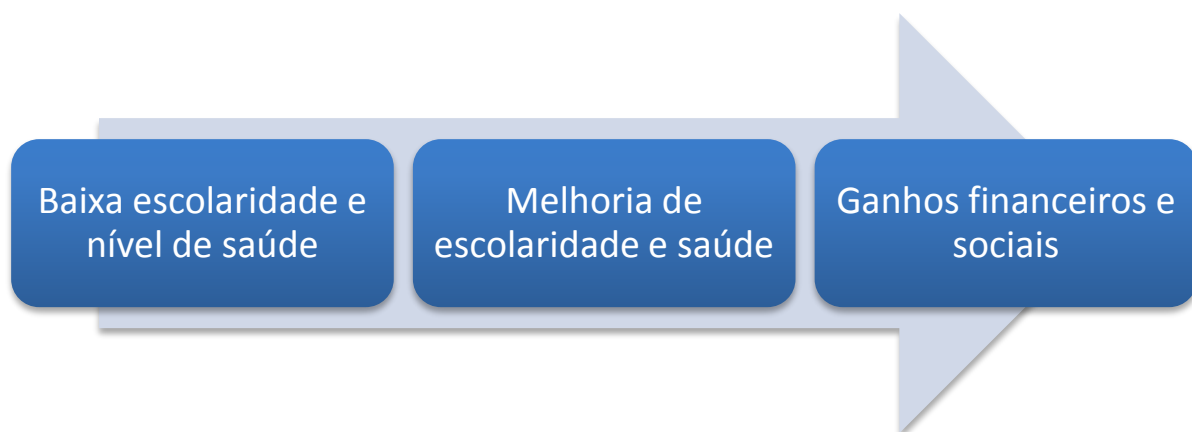


Figura 5: Relação baixa escolaridade, saúde e ganhos financeiros. Baseado em Sen (2000).
Fonte: O autor.

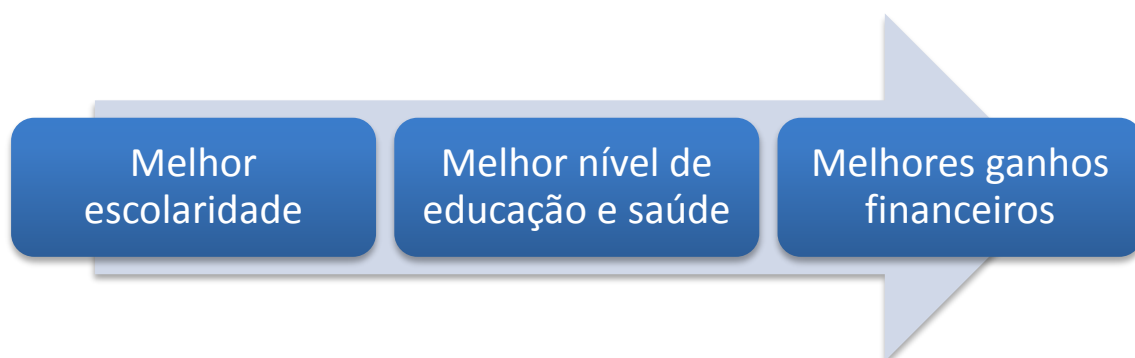


Figura 6: Relação melhor escolaridade, saúde e ganhos financeiros. Baseado em Sen (2000).
Fonte: O autor.

Com essa perspectiva, as melhorias educacionais, com diminuição ou erradicação do analfabetismo e capacitação profissional, levam as pessoas a buscarem melhores rendimentos financeiros a partir de suas atividades e/ou implantação de novas, em um processo de desenvolvimento contínuo, haja vista que a educação deve ser encarada como um processo permanente. Nesse sentido a educação deve ser elemento crucial para o desenvolvimento. Contudo, o PDTIS, apesar de atuar com o componente de educação, não a trata como elemento primordial a educação, ao menos não inicialmente, mas sim como fundamental a geração de trabalho e renda. Esse fato pode ser evidenciado a partir do momento que o BB-Educar realiza alfabetização de jovens e adultos, principalmente de idosos, o que pôde ser verificado empiricamente durante a formatura, na qual mais de 70% dos formandos possuíam faixa etária superior a 50 anos. É importante que o BB-Educar possa atingir percentual maior de jovens, alfabetizados, educando-os e capacitando os jovens.

Outro ponto importante quanto ao processo educacional é a necessidade de continuidade. O programa BB-Educar não apresenta propostas de ações continuadas para educação. Em entrevista, o representante "A"¹⁹ afirmou a necessidade de se estabelecer atividades continuadas, de modo que a formatura da alfabetização não seja um fim, mas uma etapa, que deve ser continuada na formação educacional. A entrevista ressalta a importância do processo de formação continuada.

Na interpretação com o auxílio do ciclo de retroalimentação (Figura 7) é possível verificar a influência direta entre os elementos, que ao final do ciclo pode ser positivo ou negativo. Tal fato depende da influência de cada elemento, por exemplo, a diminuição renda causará perdas educacionais que por sua vez afetará negativamente a saúde.

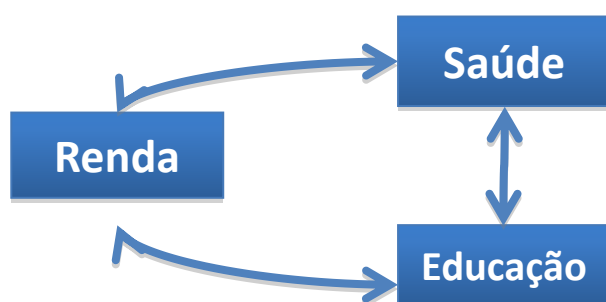


Figura 7 - Ciclo de retroalimentação Renda/Saúde/Educação. Elaborado pelo autor, baseado em Sen (2000)

¹⁹ Representante institucional e liderança comunitária.

De acordo com a FBB (2010b), foram capacitados 26 agentes alfabetizadores com o objetivo de atender 27 núcleos de alfabetização do BB-Educar. Criar vários núcleos de alfabetização é uma estratégia promissora devido à dificuldade de locomoção das pessoas em territórios rurais, em que as grandes distâncias e estradas com má conservação dificultam os deslocamentos, fato que desestimula os possíveis estudantes. Portanto, a descentralização dos pólos educacionais é uma ótima forma de possibilitar o maior acesso à educação.

Há constatação de falta de integração entre as áreas de atuação – tecnologias sociais, geração de trabalho e renda, e educação – realizada pelo IADH-GESPAR (2007), que prejudicava até então a intersecção entre os beneficiados em ações integradas. Para tanto, a integração das linhas de atuação foi revista pela FBB e corrigida. Com os ajustes, uma das atividades realizadas compôs o BB-Educar, que realizou a integração de multiplicadores do Movimento Sacode, Agentes de Desenvolvimento Rural Sustentável (ADRS) e alfabetizadores, todos contratados pela FBB para desenvolver ações no âmbito do PDTIS em 2009.²⁰

A integração permitiu realizar atividades mistas em que os ADRS, alunos e alfabetizadores desenvolveram ações como a criação de unidades demonstrativas de compostagem, identificação e cercamento de nascentes (FBB, 2010b). Foi realizada ação voltada à saúde dos estudantes do BB-Educar, em especial consultas oftalmológicas, os atendimentos foram quantificados em: 184 em Buritis, 21 em Urucuaia, 29 em Arinos, 50 em Riachinho que totalizou 284 pessoas (FBB, 2010b). Pode-se relativizar a proposição de Sen (2000), em que quanto maior instrução educacional, melhor a saúde e rendimentos financeiros. Logo, mesmo sejam atividades pontuais, realizadas em eventos, contribui para a motivação, e, saúde e, conseqüentemente, para a geração de renda, que por sua vez contribui para melhorias educacionais.

²⁰Entrevistas realizadas com representantes da Fundação Banco do Brasil e Cooperativa apoiada pelo PDTIS.

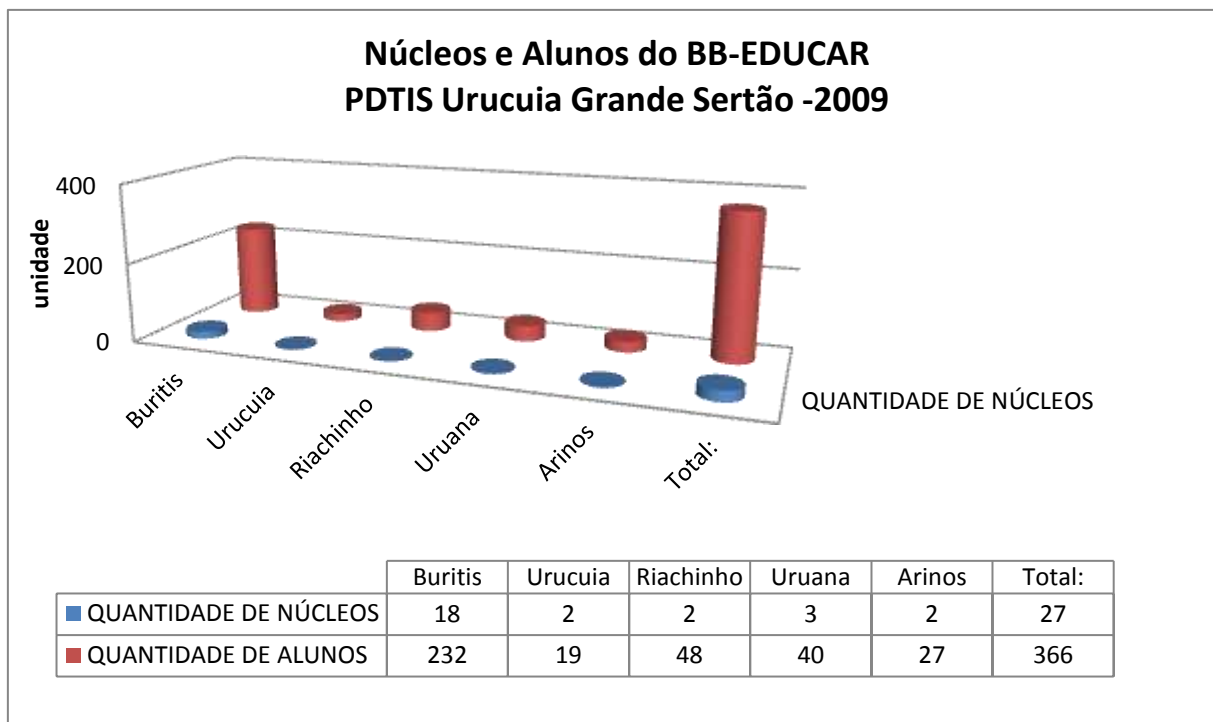


Gráfico 2 - Núcleo e alunos do BB-Educar no ano de 2009.
Fonte: Fundação Banco do Brasil (FBB, 2010b)

O Gráfico 2 evidencia que quanto maior o número de núcleos, maior foi a quantidade de alunos, por exemplo, o município de Buritis contou com 18 núcleos e 232 estudantes, enquanto Urucuia com apenas 2 núcleos obteve apenas 19 estudantes. Deve-se considerar que a média de alunos por município variou entre 9,5 a 24. Contudo apenas o município de Riachinho apresentou média de 24 alunos por núcleo, enquanto os demais variam entre 9,5 e 13,5. Tendo em vista que o PDTIS atua em 11 municípios é possível estabelecer diversos núcleos de ensino para facilitar a participação popular, pois facilitar o acesso é um dos principais elementos que favorecem o sucesso do BB-Educar. O capital social e a mobilização de líderes e professores possuem importante papel no BB Educar.

A FBB juntamente com a Cobapase tem atuado para disseminar núcleos do BB-Educar nos municípios atendidos pelo PDTIS²¹. A estratégia de expansão de núcleos favoreceu a disseminação dos destes, o aumento no número de alunos e a capacitação dos docentes.

²¹De acordo com informações orais apresentadas por Andréia (coordenadora do BB Educar) e Rosângela Brandão (que representa a FBB), as instituições Copabase e BB têm atuado para criar novos núcleos do BB Educar (Encontro do Parceiros do Vale do Urucuia, realizado em Sagarana – MG, 2010).



Figura 8 - Formatura do BB Educar em Sagarana, 2010. Foto do autor.

4.3.2 Trabalho e renda

A FBB elaborou para seu planejamento estratégico atuar nas áreas de geração de trabalho e renda, e educação no período entre 2003 e 2006. De acordo com o planejamento estratégico para o ano de 2004/2006, foi decidido dar prioridade para essas duas áreas aliadas à reaplicação de tecnologias sociais (FBB, 2010). A avaliação do programa foi realizada como o apoio e a viabilização das iniciativas, cujo os investimentos superaram R\$ 100 milhões por ano (FBB, 2010).

Na linha de atuação de trabalho e renda, atualmente a FBB desenvolve seu trabalho em: cadeias produtivas; desenvolvimento local; e tecnologia social (reaplicação). Essas linhas atuam ou deveriam atuar de modo integrado para a geração melhorias sociais e econômicas a partir da geração de trabalho e renda à comunidades com dificuldades em se desenvolverem do ponto de vista econômico e social.

A geração de trabalho e renda está atrelada à uma política de maior dimensão, que é a política de trabalho, sendo que um dos objetivos é propiciar condições para que os indivíduos se mantenham empregados e obtendo renda. A política voltada para o trabalho pode melhorar as oportunidades e permitir que trabalhadores consigam desenvolver conhecimentos e habilidades nos processos de produção (FBB, 2008b). Neste quesito é importante ressaltar que também é essencialmente importante que tais oportunidades sejam oferecidas nos 11 municípios que juntos compõem o PDTIS, para que se permita a ocupação e o desenvolvimento do território.

De acordo com o guia de geração de trabalho e renda da FBB:

As pessoas beneficiárias de projetos de geração de trabalho e renda, baseados ou não em trabalho cooperado, devem ser consideradas auto-empregadas (ou auto-ocupadas). Nessa situação estão os pequenos empregadores e os trabalhadores por conta-própria, além dos membros de cooperativas e outros pequenos produtores que trabalham de forma associada. (FBB, 2008b, p. 30).

Ao considerar que os beneficiários de projetos de geração de trabalho e renda podem fazer parte ou não de cooperativas, podendo atuar de forma autônoma, pode-se entender que programas de desenvolvimento como o PDTIS, que possui bases territoriais, por meio de ações e produção comercial vinculadas às cooperativas de produtores, também beneficia produtores não cooperados, visto que aumenta a renda e consumo das pessoas. Desse modo, se aplicado corretamente, o desenvolvimento territorial pode atender mais pessoas e torná-las independentes melhorando a capacidade de produção.

Os produtores ou indivíduos com baixa escolaridade tendem a assumir ou desenvolver atividades de trabalho com baixa rentabilidade, visto que o mercado formal de empregos necessita cada vez mais de mão-de-obra qualificada; já os trabalhadores autônomos, em especial aqueles trabalhadores rurais vinculados ao PDTIS, também muitas vezes possuem baixo índice de escolaridade (vide tabela de escolaridade), o que é comprovado pela grande alfabetização de jovens e adultos do BB-Educar no território. O fato de possuir baixa escolaridade colabora para a pouca qualificação profissional e conseqüentemente a geração de poucos rendimentos financeiros a partir da produção familiar. Para tanto a FBB por meio do PDTIS, permite que bases sejam criadas para melhorias econômicas e sociais da população, com atividades voltadas para educação de base, e com alfabetização de jovens e adultos, atrelados a reaplicação de tecnologias sociais.

A FBB define o alvo do programa de geração de trabalho como: "...promover a inserção de pequenos produtores em cadeias produtivas, por meio de articulação e incentivo a empreendimentos solidários e sustentáveis" (FBB, 2010). A partir dessa definição, a FBB atua para promover a inclusão ou mesmo inserir com melhor qualidade os produtores em um sistema de produção e de mercado, no qual os produtos sejam trabalhados a partir de cadeias produtivas, adquirindo padrão de qualidade e sustentabilidade.

A sustentabilidade em um processo de geração de trabalho e renda em comunidades rurais possui grande potencial, pois a agricultura e produção animal estão no princípio da cadeia produtiva, na qual deve ser iniciado o uso dos conceitos de sustentabilidade e de favorecimento da economia solidária.

3.2.3 Tecnologia Social

Entende-se por tecnologia social os “produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social” (FBB, 2010). Mais do que uma nova tecnologia, esta está ligada a um processo que remete à organização social, em que a coletividade pode atuar de modo conjunto e articulado para desenvolver e implementar as novas tecnologias, sempre de forma a buscar soluções simples e eficientes.

As tecnologias sociais são tecnologias de baixo a médio custo financeiro, desenvolvidas com a finalidade de resolver problemas ou incrementar soluções muitas vezes simples, mas eficientes para atender as necessidades dos indivíduos. Alguns exemplos de tecnologias sociais são as cisternas de cimento construídas em regiões áridas ou semiáridas do país, que servem para armazenar água da chuva para ser utilizadas nos períodos de estiagem. Outro exemplo prático é o soro caseiro, que é um composto de água, açúcar e sal, que combate a desidratação e mortalidade infantil. As tecnologias sociais ganham destaque ao conciliar o saber tradicional ou popular, organização da sociedade²², com conhecimentos de caráter técnico e científico. Tal fato resulta em tecnologias viáveis de reaplicação, implementação e solução de problemas.

A FBB possui um Banco de Tecnologias Sociais desde o ano de 2001, que aglutina uma série de tecnologias em vários segmentos (saúde, educação, produção agrícola, entre outros (FBB, 2010). Tais tecnologias são passíveis de reaplicação, além de servirem como objetos a serem pesquisados e aprimorados. Esse banco pode ser melhor aproveitado no PDTIS a partir da utilização de várias tecnologias disponíveis, como tem sido observado com a aplicação do PAIS, “barraginhas” (pequenas barragens para conter águas de enxurradas) e caixas de abelhas. Cabe a FBB e as cooperativas realizar identificação das principais dificuldades encontradas pelos produtores, posteriormente realizar busca no banco de tecnologias da FBB, sempre orientada por profissionais que conhecem o banco de dados, mas sem esquecer da interação com os beneficiados, os quais conhecem muito bem a realidade do território.

O fato de a FBB também atuar no PDTIS com as tecnologias sociais evidencia a necessidade de se desenvolver produtos simples capazes de resolver problemas no Vale do Urucua. Por exemplo, a horta PAIS - Produção Agroecológica Integrada Sustentável (Figura 9), aplicada no território, é voltada para a agricultura familiar, que a partir de uma produção diversificada, orgânica e eficiente consegue agregar valor aos produtos, além de possuir

²²Por organização social entende-se capital social.

diversidade produtiva, que deve ser comercializada e outra parte pode ser consumida pela própria família.



Figura 9 – Modelo demonstrativo da horta PAIS, no Centro de Difusão de Tecnologia Social - Cresetão, em Sagarana– MG. Foto do autor.

A interação e articulação das três áreas de atuação (geração de trabalho e renda, educação e tecnologias sociais) são fundamentais para o processo de desenvolvimento almejado com base na territorialidade, integração e sustentabilidade. Contudo o PDTIS não foi concebido com essas três linhas articuladas²³, mas como um programa que buscou inserir atividades já desenvolvidas em outras localidades em um mesmo território.

Para se obter sucesso faz-se necessário a concepção de atividades de modo articulado, com interação efetiva, eficaz e eficiente, na qual problemas identificados possam ser solucionados a partir de outras atividades. Por exemplo, a dificuldade em atingir mercados ou mesmo informatizar atividades deve ser prescindida de ação anterior voltada à alfabetização e aprendizado de informática direcionado para negócios. Na própria produção

²³De acordo com entrevistas realizadas com representantes de Fundação Banco do Brasil – FBB, foi constatado que o Programa não foi concebido de forma articulada, mas que durante a implementação viu-se a necessidade de se realizar a interação das linhas de atuação.

agrícola é necessário reconhecer os mercados consumidores, distâncias, transporte, tempo, custo, apoio técnico, insumos, dentre outras fatores.

Os sistemas produtivos que utilizam tecnologias sociais podem ser comparados ao que Santos (2008) apresenta a respeito da especialização das tarefas realizadas no território, pois a produção é técnica e socioeconômica. A produção necessita de técnicas, como as utilizadas pelas tecnologias sociais, mas estas serão de pouco valor se não houver melhorias socioeconômicas, ou seja, é de extrema importância que a técnica contribua para o desenvolvimento sustentável, que seja capaz de contribuir para a melhoria nas condições socioeconômicas e na qualidade de vida. A técnica deve estar a serviço das pessoas, sem que haja a expropriação do trabalho, ou ao menos que ela seja a menor possível, garantindo boas condições de vida aos trabalhadores.



Gráfico 3 - uso de tecnologias sociais nas propriedades rurais. Elaborado pelo autor.

O uso de tecnologias sociais nas propriedades ainda apresenta número insatisfatório (apenas 41% dos entrevistados usam as tecnologias), se considerarmos que a FBB investe diretamente nas tecnologias sociais. Apesar disso não é um número absoluto, visto que o dado não representa 100% dos produtores; para avaliar melhor o uso de tais tecnologias de modo quantitativo e qualitativo é necessário atingir todos os cooperados. As principais tecnologias sociais utilizadas constatadas são: compostagem, sistema agroflorestral, cisternas (água da chuva) e biofertilizantes. Vale ressaltar que foram implementadas hortas PAIS (Produção Agroecológica Integrada Sustentável) nos municípios, em diversas propriedades.

Ações técnicas da Copabase em 2010	
o	Melhoria do manejo nas cadeias da bovinocultura de leite, fruticultura, mandiocultura e apicultura.
o	59 novos cooperados.
o	Recomendação de uso de produtos orgânicos.
o	Cadastro de 75 apicultores no sistema da Confederação Brasileira de Apicultura - CBA.
o	Acompanhamento e recuperação do PAIS no Centro de difusão de tecnologia social de Sagarana.
o	Apoio a implantação de viveiros de mudas, criações de frangos e cercamento de nascentes.
o	Acompanhamento da safra de frutas e negociação junto ao produtor e Copabase.

Quadro 2 – Ações técnicas da Copabase no ano de 2010

O Quadro 2 apresenta dados das ações desenvolvidas no âmbito da Copabase em 2010. Tais ações possuem vínculo com a produção agrícola que é diretamente ligada à formas e tecnologias produtivas, seguida do beneficiamento na cooperativa para comercialização. No que tange à sustentabilidade o manejo da bovinocultura do leite, fruticultura e apicultura, o uso de produtos orgânicos, manutenção da horta PAIS no Cresertão, implantação de viveiro de mudas, frangos e proteção de nascentes, e acompanhamento da produção frutífera, estão de acordo ao quesito ambiental, podendo usar ou estabelecer normas padrões. Contudo é preciso atenção quanto à real utilização ou não de agrotóxicos, pois o uso inviabiliza a produção orgânica, além da necessidade do acompanhamento técnico a ser realizado pela EMATER e ADRS. Durante a atividade de campo, em conversas com produtores da região, alguns admitiram fazer uso de pesticidas, venenos e substâncias químicas que descaracterizam a produção orgânica. Em um contexto de sustentabilidade o aspecto de saúde e agregação de valor ao produto orgânico, faz-se necessário realizar atividades de sensibilização e prestar o apoio técnico para que os produtores não mais utilizem agrotóxicos na produção.

As três áreas de atuação da FBB (Educação; Geração de Trabalho e Renda; e Tecnologia Social) foram concebidas isoladamente. Desse modo, no PDTIS elas também foram implantadas inicialmente como um conjunto de projetos isolados, sem que houvesse ligações ou redes estruturadas entre as linhas de atuação. Tal fato se deu pela falta de uma concepção teórica do PDTIS. Contudo, atualmente os executores do PDTIS do Vale do Urucuia as veem de modo integrado para o desenvolvimento do território. Esse fato é de

extrema importância, haja vista a integração sugerida no nome do Programa. Além de que a própria sustentabilidade já denota integração (BURSZTYN, 2008a).

3.4 CADEIAS PRODUTIVAS

Conceitua-se cadeia produtiva como o conjunto das atividades, nas diversas etapas de processamento ou montagem, que transforma matérias-primas básicas em produtos finais (HAGUENAUER *et. al.*, 2001). As cadeias produtivas nada mais são do que os estágios de fabricação de um ou mais produtos, incluindo tudo o que pode ser utilizado na produção, e por quais indústrias, até a comercialização e uso final.

A FBB possui histórico de apoiar estruturalmente algumas cadeias produtivas no país, quais sejam: apicultura, artesanato, cajucultura, mandiocultura e ovinocaprinocultura. Contudo a FBB escolheu apoiar 4 cadeias produtivas no território do Vale do Urucuia, entre elas a **apicultura, artesanato, fruticultura e mandiocultura** (FBB, sem data). Essas cadeias produtivas são desenvolvidas no território do PDTIS Grande Sertão do Vale do Urucuia, distribuídas em 5 dos 11 municípios, especificamente Arinos, Bonfinópolis, Riachiano, Uruana e Urucuia (FBB, [s.d.]).

Para direcionar os beneficiados de acordo com as cadeias produtivas foi estabelecido público-alvo pertencente às cadeias de mandioca, fruticultura e frutas do cerrado, artesanato e apicultura. O público é composto por agricultores familiares, assentados de programas da reforma agrária, que praticam agricultura de subsistência. Além daqueles que praticam extração de madeira para a produção de carvão vegetal, os que realizam contratação de mão-de-obra, os que fazem parte de programas sociais do Governo Federal e famílias que possuem base de renda familiar nas aposentadorias (FBB, 2009). Conforme apresentado, o apoio às cadeias produtivas está direcionado para as famílias mais pobres do ponto de vista socioeconômico. A iniciativa da FBB contribui diretamente para que essas famílias saiam de situações de risco quanto à fome, miséria e marginalização. Desenvolver atividades produtivas com grupos familiares em situação de risco de miséria, pobreza extrema, com alto índice de destruição de bens naturais (carvão vegetal) entre outros se caracteriza como uma boa estratégia para ajudar tais famílias a saírem do grupo de risco, até mesmo melhorar os escores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios, favorecendo o desenvolvimento territorial.

1	Dar prioridade aos mais excluídos, mesmo a custo de uma enorme dispersão geográfica, uma vez que o primeiro critério foi “atender demandas”. Citam-se entre os mais excluídos os pequenos produtores, os assentados, os quilombolas.
2	Atender demandas daqueles que já tinham algum começo de organização como grupos de interesse, comitês gestores e/ou associações.
3	Atender sempre grupos e não apenas pessoas, apoiando as iniciativas organizativas de grupos de interesse, comitês ou associações.
4	Oferecer diferentes opções para melhorar a renda, conforme a aptidão de cada grupo: mandiocultura, ou fruticultura, ou apicultura ou artesanato (criação e/ou revitalização de empreendimentos econômicos).
5	Investir na capacitação tanto dos processos produtivos como organizacionais (fomentar a atuação em rede).
6	Fornecer aos grupos as condições básicas para produzir, como: manivas selecionadas, fábricas de ração, apiários, matéria prima para artesanato...
7	Fazer com que a intervenção da FBB fosse mais “demonstrativa” da viabilidade da cadeia produtiva, fazendo com que os participantes ampliassem os empreendimentos para se tornarem auto-sustentáveis.

Quadro 3 - Critérios para apoiar cadeias produtivas
Fonte: FBB, 2009.

Tabela 10 - Público alvo - 502 famílias

Cadeia produtiva	Arinos	Bonfinópolis	Riachinho	Uruana	Urucuia	Total
Apicultura	28	21	37	16	16	118
Artesanato	21	49	40	9	44	163
Fruticultura	18	3	13	10	9	53
Mandiocultura	76	11	55	0	26	168
TOTAL	143	84	145	35	95	502

Fonte: FBB, slides apresentação para os prefeitos.

A Tabela 10 demonstra os municípios e cadeias produtivas que foram priorizadas de acordo com a FBB. Não é claro a priorização pelas localidades de Arinos, Bonfinópolis, Riachinho, Uruana e Urucuia. Tratando-se de um programa que visa o desenvolvimento de 11 municípios é preciso que as ações sejam disseminadas entre todos eles.

Durante a pesquisa não foram encontrados registros que especifiquem os critérios de escolha destes 5 municípios para receber os primeiros investimentos nas cadeias produtivas citadas acima (tabela 11). Vale ressaltar que o PDTIS possui teoricamente caráter de desenvolvimento territorial e não foram encontrados elementos teóricos, técnicos ou políticos que apontem a necessidade de concentração dessas atividades nos 5 municípios

(tabela 11). Dentre outros fatores, caso se mantenha essa “preferência” por tais municípios, o PDTIS perde sua identidade territorial, haja vista que é composto por 11 municípios.

A análise das 4 cadeias em questão aponta que muito mais do que a vocação territorial para as cadeias escolhidas, foi levado em consideração a experiência da FBB com essas cadeias em outros locais do país. Por exemplo, não havia o desenvolvimento da apicultura no território do Vale do Urucuia. Porém, a cadeia do mel foi implementada e atualmente faz parte da produção de algumas famílias. A introdução de novas cadeias produtivas necessita de incentivos para inserir na cultura do território o cultivo/produção de novos itens, além de assessoria técnica.

As cadeias produtivas contam com fomento direto do Programa, os conhecimentos gerados a partir da experiência com esses produtos, indiretamente permite que os produtores rurais ganhem expertise para aplicarem os conhecimentos em outros tipos de produção. De acordo com o depoimento de um produtor rural do município de Uruana: “o que nós aprendemos com os ADRS e técnicos, nós aplicamos na lavoura, na plantação do milho, da mandioca, do feijão e no que nós mais consegui fazer”. O depoimento demonstra que o conhecimento técnico adquirido é utilizado e reaplicado em outras culturas. Caso esse conhecimento técnico seja incrementado juntamente com o processo de formação educacional com o BB Educar ou mesmo outro tipo de instrução, colaborará mais para o desenvolvimento sustentável e sucesso do programa.

Em depoimentos de beneficiados foram registrados indícios da necessidade de realizar maior apoio técnico para a produção rural. De acordo com as entrevistas e com a análise de dados o trabalho promovido pelos ADRS é muito importante e bem recebido pela comunidade. Contudo o trabalho desses agentes, com a orientação técnica necessita de maior apoio, que pode ser promovido pela EMATER local em parceria com os ADRS. O trabalho deve ser construído em conjunto para não haver sobreposições de ações e poder atender as propriedades regularmente de modo racional. De acordo com o depoimento de outro produtor rural de Uruana: “o que nós precisa aqui agora é técnico para nos orientar, falta técnico da EMATER aqui.”

Talvez uma das mais importantes cadeias produtivas do território seja a de gado leiteiro. Conforme constatado em pesquisa de campo e observações diretas, 80% dos entrevistados possuem produção deste tipo de produção. A comercialização do leite é garantida pelas associações locais, que reúnem a produção de várias propriedades para comercializar ou processar para posteriormente realizar a comercialização.

De acordo com a pesquisa, após a produção agrícola, os itens são divididos em duas classes primárias, consumo doméstico e venda. Parte do que é produzido e comercializado é destinado para as cooperativas e associações, com destaque para o leite que é o principal produto destinado para as associações. Contudo parte do que é produzido é comercializado nos próprios municípios (gráfico 5) e outra parte menor é destinada para outros estados (gráfico 6), em especial Brasília.



Gráfico 4 - comercialização de produtos para outros municípios.
Fonte: O autor.



Gráfico 5- Comercialização de produtos para outros estados.
Fonte: O autor.

Conforme exposto nos Gráficos 4 e 5 a produção tem o seu maior mercado consumidor local, o que não é ruim, mas também é possível aumentar a participação em mercados de outros estados. Para isto é necessário aumentar a produção e garantir a distribuição dos produtos. Ao mesmo tempo manter o mercado do território abastecido com

os estes produtos contribui para que os cooperados e a população valorizem cada vez mais o trabalho realizado em conjunto tal como das cooperativas.

Ao abordar arranjos produtivos locais em territórios com baixa dinâmica social é preciso considerar as condições de desenvolvimento dos arranjos, conforme destaca Rocha:

Nos territórios de baixa densidade de empreendimentos são ainda mais escassas as condições básicas de dinamização dos negócios e da economia. Isto se torna mais evidente quando se trata de municípios de baixo dinamismo socioeconômico. Em geral, as economias dos aglomerados de empreendimentos localizados nos municípios ou microrregiões de baixo dinamismo econômico são caracterizadas por: um ciclo vicioso da destruição da riqueza; um processo de deterioração nas suas relações de troca; valores baixos de seus indicadores sociais; e não sustentação do processo de crescimento no longo prazo. (ROCHA, 2007, p. 12).

Ao retratar a dificuldade em dinamizar o sistema produtivo local de municípios com poucos empreendimentos, é possível tomar como referencia os municípios que compõem o PDTIS Grande Sertão, pois nem todos municípios possuem grande diversidade ou densidade de empreendimentos e os baixos escores sociais são comuns a todos. Contudo, a estruturação das cadeias produtivas apoiadas pelo PDTIS contribuem para dinamizar a economia dos municípios, porém não é suficiente, haja a vista a necessidade de atuação do poder executivo local, estadual e federal de atuar no território, assim como a iniciativa privada.

A atuação das cooperativas Copabase e Grande Sertão no território, entre outras funções proporciona o beneficiamento e comercialização de alguns produtos da agricultura familiar, em especial - **apicultura, artesanato, fruticultura e mandiocultura**– os pertencentes às cadeias produtivas apoiadas pela FBB. Apesar do importante papel das cooperativas é preciso atuação de empresas privadas, comércio e governo para valorizar e garantir o crescimento das atividades econômicas para os diferentes segmentos.

3.5 INVESTIMENTOS DO PDTIS

Os principais investimentos realizados no PDTIS Grande Sertão – Vale do Urucuia são realizados pela FBB²⁴. Contudo outros parceiros interinstitucionais investem recursos indiretamente quando promovem ações que estão ligadas às atividades do PDTIS. Por

²⁴Informação proveniente de entrevista realizada na FBB no ano de 2010 com representante R.

exemplo, a EMATER oferece orientação técnica agrícola. Dentre os parceiros investidores destaca-se o SEBRAE que atua principalmente no apoio a cadeia produtiva do artesanato.

Entre os anos de 2001 e 2007 foram investidos pela FBB e terceiros o total de R\$ 5.754.116,86 (FBB, 2009). Vale ressaltar que os recursos são provenientes principalmente da FBB, que durante o período citado foi de R\$ 5.445.149,27 (FBB, 2009). Tendo em vista o montante de recursos aplicados pela FBB é possível afirmar que seria impossível desenvolver o Programa apenas com os recursos disponibilizados pelos parceiros. Contudo admite-se a importância da realização de parcerias, mas também denota-se que em um projeto territorial, que congrega diferentes linhas de atuação, muitos atores, se faz necessário maior participação das demais organizações/instituições.

De acordo com a FBB (2010b) foi aplicado até o ano de **2009** a soma de R\$ 8.099.375,74, dividido entre as áreas de atuação do PDTIS conforme a tabela abaixo:

Tabela 1 - Investimentos no PDTIS até dezembro de 2009

INVESTIMENTOS DO PDTIS ATÉ DEZEMBRO DE 2009	
TIPO DE INVESTIMENTO	VALOR R\$
Apicultura	795.881,51
Fruticultura	971.697,83
Mandiocultura	724.865,28
Artesanato/ Turismo	644.731,77
RTS/Barraginhas	489.852,00
Encontro dos Povos	189.999,00
Consultores	445.336,84
RTS Café com floresta	146.086,00
Fortalecimento Institucional	2.133.448,59
Educação	559.699,82
Quilombolas	97.799,34
IFET NM	899.977,76
Total Geral	8.099.375,74

Fonte: FBB, 2010.

O entendimento comum sobre o que é desenvolvimento perpassa por vários conceitos e autores consagrados conforme explicado no capítulo 3. Os beneficiados foram perguntados sobre o que eles entendiam sobre desenvolvimento. O que é desenvolvimento?

Na análise das respostas foi possível classificar 5 categorias, organizadas em ordem de importância para os entrevistados, são elas:

1. Capital financeiro;
2. Tecnologias (eletricidade, telefonia, máquinas, dentre outros);
3. Maior produção agrícola;
4. Educação e saúde;
5. Melhorias socioeconômicas.

Conforme constatado, existem diversas concepções sobre desenvolvimento entre os beneficiados; há de se destacar que a maior parte entende desenvolvimento como ganho de capital financeiro e de novas tecnologias. Em geral a maioria ainda percebe o desenvolvimento em um pensamento ortodoxo de crescimento econômico. Conforme destaca Enríques (2007, p. 35), o crescimento da economia convencional, ortodoxa é simplesmente o crescimento econômico, ou seja, ganho de capital financeiro.

Os produtores em geral não possuem entendimento do que é desenvolvimento na visão do PDTIS, que congrega a questão territorial, integração e sustentabilidade; além disso demonstraram diferentes concepções sobre o tema.

Quanto à qualidade de vida²⁵, os entrevistados elegeram em ordem de importância 5 categorias. Para eles a qualidade de vida está relacionada em:

1. Saúde;
2. Alimentação saudável;
3. Serviços públicos;
4. Trabalho;
5. Harmonia com a comunidade.

O item saúde foi apontado como um elemento comum para o desenvolvimento e para qualidade de vida. Na relação com desenvolvimento o indivíduo com saúde plena possui condições necessárias para realizar trabalho e utilizar os serviços públicos.

Se para os entrevistados a qualidade de vida está diretamente conexa à saúde, para Sen (2000) a saúde possui relação direta com a educação e geração de renda. Para os entrevistados e para Sen a saúde é um importante elo para o desenvolvimento.

²⁵ Não pretende-se aqui discutir ou mesmo apresentar o conceito de qualidade de vida, mas sim evidenciar elementos importantes para melhor a vida das pessoas.

Para os entrevistados, a melhoria na qualidade de vida, remete à saúde, alimentação adequada, usufruto de serviços públicos, trabalho e convivência harmônica com a comunidade que estão inseridos. Tratando-se de programas e projetos de desenvolvimento, as melhorias sociais e econômicas devem ser induzidas por instituições fortes, capazes de organizar a sociedade em torno dos objetivos almejados.

De acordo com o depoimento do ator A (líder comunitário) houveram benefícios significativos conquistados após a atuação do Sebrae e principalmente da FBB no território. Dentre os pontos positivos destaca-se a valorização individual do trabalhador, aumento da autoestima, troca de conhecimentos entre os agricultores para solucionar problemas comuns, e melhoria da qualidade de vida, conforme descrito abaixo.

“Há valorização profissional, mesmo que a pessoa não tenha uma formação acadêmica, mas ele é produtor que está ali, que sabe lidar, tirar o leite na hora certa, que sabe fazer a “piandra”. A valorização, essa valorização que se dá a essas pessoas eu vejo como isso um ponto muito positivo, acho super importante, elas são enxergadas assim, não só pelos institutos, mas elas mesmo que participam de ações que envolvem essas instituições, elas se sentem importantes, com valor profissional. Isso é bom para elas, elas podem melhorar! Eu acredito que melhorou também muito a qualidade de vida, nesse acreditar, sabe! Receber uma capacitação uma troca de experiências de um produtor por exemplo”. (Depoimento de ator A, líder comunitário).

De acordo com dados da FBB (FBB, 2010b), no ano de 2009 os principais municípios que receberam investimentos financeiros foram: Urucua, Riachinho, Pintópolis, Bonfinópolis, Chapada Gaúcha e Arinos. Este último foi o que recebeu o maior número de benefícios, que é justificado pela implantação do Instituto Federal Norte de Minas Gerais (IFET), localizado no município de Arinos e da sede da Copabase. O PDTIS possui como uma de suas bases o território; neste caso engloba 11 municípios: Arinos, Buritis, Formoso, Riachinho, Uruana de Minas, Bonfinópolis de Minas, Chapada Gaúcha, Urucua, Pintópolis, São Romão e Cabeceiras, que devem ser beneficiados diretamente com investimentos. Contudo, no ano de 2009, somente sete dos onze municípios receberam investimentos diretos. Fato este que dificulta a articulação territorial.

É preciso considerar que existem investimentos financeiros diretos em alguns municípios, por exemplo, em Arinos, particularmente na cooperativa Copabase, que beneficia diretamente outros municípios próximos. Visto que o beneficiamento dos produtos de origem agrícola ocorre na sede da cooperativa, que por sua vez organiza e realiza a comercialização às instituições e aos comerciantes até a chegada ao consumidor final.

O território é complexo por natureza, com propriedades fixas e fluxos, que o faz interagir com outros espaços (SANTOS, 2008). Logo os municípios devem utilizar racionalmente a infraestrutura existente em outros municípios do território, sejam as cooperativas, infraestrutura de transporte, armazenamento, serviços e comércio. Contudo, não deve deixar de promover benefícios nos locais de origem. O território que contempla os 11 municípios já recebeu R\$ 8.099.375,74 (FBB, 2010) de recursos financeiros, dentre os quais R\$ 899.977,76 foram destinados ao IFET, que como um centro de profissionalização, deve atender à população do território e de outros municípios vizinhos.

3.6 ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAL NO PDTIS

A articulação interinstitucional é um processo necessário para viabilizar grandes programas como o PDTIS; tal passo se torna importante para envolver diversos segmentos e lideranças, ao passo de concretizar as ações necessárias para atingir os objetivos de quaisquer programas.

Entre os atores envolvidos diretamente no PDTIS, estão o poder público, sociedade civil organizada e a iniciativa privada. Dentre esses destacam-se a Fundação Banco do Brasil-FBB, Codevasf, Banco do Brasil, Copabase, ADISVRU, Emater, Prefeituras, Sebrae, Consórcio Intermunicipal de Prefeitos e outros atores.

Em busca de uma entidade articuladora de atores públicos do poder executivo dos municípios, que é representado pelas prefeituras, foi criado o **Consórcio Intermunicipal de Prefeitos** para integrar e articular os projetos e ações em busca do desenvolvimento para o território. Em síntese, o consórcio visa articular os prefeitos dos 11 municípios, para atuarem como parceiros no processo de desenvolvimento do território do Vale do Urucuia. A estratégia de criar um Consórcio ou mesmo outro mecanismo de agregação é fundamental para que as ações do poder executivo sejam pensadas em conjunto.

Nas últimas décadas, buscando superar as limitações analíticas, surgiram concepções mais flexíveis e críticas, voltas às complexidades territoriais. Por esse viés, prevalece o entendimento de que, sob a noção do território, deve-se privilegiar a reflexão sobre o poder referenciado ao controle e à gestão do espaço. Nesse caso, tornou-se necessário conceber o poder como sendo multidimensional derivado de múltiplas fontes, inerente a todos os atores e presente em todos os níveis espaciais. (CABRAL, 2007).

Conforme Cabral (2007), o território é um espaço de poder, no qual existe controle sob a gestão de determinado espaço geográfico. Poder este que pode ser de diferentes origens. Nesse sentido, os atores participantes do PDTIS e até mesmo os que não estão

inseridos formalmente no Programa buscam exercer poder e obter resultados. Para mediar conflitos e a gestão do poder o Consórcio de Prefeitos se caracteriza como uma boa estratégia, visto que todos têm poder de voto e participação na tomada de decisão.

Embora os conceitos de território extrapolem limites físicos naturais e político-administrativos, para a gestão dos projetos é preciso contar com o apoio e inserção dos governos municipais. Nesse sentido, Abramovay (2002, p.120) destaca que os municípios tem importância política, porém não é suficiente para gerar dinâmicas que valorizem os potenciais do território. Aplicado ao dado contexto, se toma como exemplo o PDTIS do Vale do Urucuia, que é composto por 11 municípios, representados diretamente pelos respectivos prefeitos que precisam interagir entre si e com outros atores para criar dinâmicas que potencializem o desenvolvimento no território. Pois a ação isolada de um ou poucos prefeitos tende a enfraquecer o conjunto dos municípios, tendo em vista a proposta de desenvolvimento com base territorial, logo o desenvolvimento do território fica prejudicado.

Em programas de desenvolvimento, atrelado a investimentos financeiros e valorização produtiva, é importante que exista cooperação entre atores, que pode ser expresso pela realização de projetos que criem marcas, realizem a organização da produção, de mercados em que os produtores atuem como protagonistas. Para tanto é necessário que haja “atmosfera de troca de informações, de uma disposição ao trabalho conjunto e uma ação pública capaz de valorizar em cada indivíduo, as atitudes cooperativas” (ABRAMOVAY, 2002, p. 120). A parceria entre o PDTIS e Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (CDT), da Universidade de Brasília (UnB), criou logomarcas que foram apresentadas, discutidas e ajustadas de acordo com membros das cooperativas participantes do PDTIS em questão. A criação da marca (Figura 10) ajuda a identificar a origem dos produtos, a padronização e até mesmo agrega valor para o território do Vale do Urucuia, haja vista que a marca apresenta elementos naturais existentes na região além do próprio nome “Urucuia Grande Sertão”.

URUCUIA ARTESANATO



URUCUIA AGRICULTURA FAMILIAR



Figura 10: Logo marcas elaboradas pelo Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico – CDT/UnB
Fonte: FBB, 2010B.

A agregação de valor dos produtos juntamente com a inclusão de atividades não-agrícolas na cadeia produtiva, seja na própria unidade de produção rural, em cooperativas, associações ou até mesmo em indústrias localizadas na zona rural contribui para dinamizar a economia (VILELA, 2002). Ao se analisar a proposição de Vilela contextualizando à dinâmica territorial do PDTIS do Vale do Urucua, é possível afirmar que as duas cooperativas²⁶ instaladas realizam o papel de agregar valor e dinamizar as atividades produtivas e comercialização. Eles reúnem a matéria-prima, industrializam-na e a comercializam. Contudo a produção das cooperativas ainda é baixa: “Nossa produção ainda é insuficiente para manter a cooperativa no momento, por isso ainda precisamos da ajuda da FBB” (Entrevistado D – representante de cooperativa).

O fato de haver produção insuficiente ou seja, irregularidade da produção ocasiona a geração de poucos postos de trabalhos nas unidades fabris, como na Copabase, que pode gerar mais empregos caso a produção seja maior, pois existe mercado consumidor e demanda para a produção. As cooperativas Copabase e Coopsertão, possuem capacidade para funcionar com mais empregados e ter autonomia financeira, sem a necessidade de insumos externos. Para tanto, elas dependem do aumento da produção e destinação de produtos primários pelos cooperados, o que aumenta diretamente a produção das

²⁶Copabase no município de Arinos e Sertão Veredas em Chapada Gaúcha.

cooperativas no território. As cooperativas não devem atuar somente na produção e comercialização, mas também como importantes meios para mobilizar as comunidades.

Santos (2008) destaca a importância da capacidade mobilizadora de massas no espaço, de modo que a referida capacidade é expressa no poder econômico, político ou social, que varia de acordo com as instituições e pessoas. Conforme apresentado por Santos, às instituições e as pessoas que as representam, e as parcerias firmadas no contexto do PDTIS precisam usar os instrumentos e forças de suas naturezas para mobilizar a sociedade em busca do desenvolvimento territorial integrado e sustentável proposto. Caso isso não ocorra, dificulta e até pode inviabilizar tal desenvolvimento, pois é preciso envolver ativamente todos os atores e a sociedade em busca de objetivos.

Ao realizar articulações interinstitucionais é preciso levar em conta as intenções de cada uma dessas quanto à promoção do trabalho. A divisão territorial do trabalho é uma função do tempo histórico, mas dentro de um mesmo território existem divergências, pois os espaços são fixos e fluxos que podem atingir o mundo não são fixos (SANTOS, 2008). Ao se aplicar ao contexto das organizações que atuam no Vale do rio Urucuia é preciso estabelecer diálogos entre os atores, além de criar formas objetivas para promover a integração das atividades em busca do desenvolvimento. Nesse sentido, o Consórcio Intermunicipal de Prefeitos proposto pela FBB exerce importante papel, além disso, o “Encontro de parceiros do Vale do Urucuia” permite o contato direto entre todos os atores. Contudo é preciso criar maior participação e diálogo entre os atores institucionais durante todo o ano.

Ainda para Santos (2008) é muito importante a questão da escala que as decisões desses atores possuem influência de ordem “econômica, cultural, política e moral, assim como na ordem territorial”. Logo as ações devem ser realizadas em todo o território para serem dinamizadas e terem bons resultados. Visto que elas influenciam diversos segmentos da sociedade no território.

A avaliação realizada pelo presidente do Consórcio de Prefeitos quanto às atividades desenvolvidas por essa representação se mostra positiva: “nós tivemos uma reunião de avaliação anual e de projetos para o ano que vem. Fizemos uma avaliação positiva desse ano que está se concretizando quanto as ações do consórcio”. A explanação apresenta a avaliação interna do consórcio, que pode ser comprovada pelo consenso das decisões, da participação dos membros nas reuniões, da distribuição de atividades de operacionalização das decisões. Como por exemplo, executar obras públicas ou apoio das prefeituras para as comunidades e projetos desenvolvidos no contexto PDTIS, convênios junto ao Ministério da

Cultura (Pontos de leitura, Agentes de leitura, Cine Mais Cultura), hortas PAIS²⁷, captação recursos financeiros do Governo Federal para aumentar o número de hortas, além de iniciativas das próprias prefeituras.

Tratando-se de território e desenvolvimento de acordo com Abramovay (2002, nem sempre a unidade municipal é ideal, chega até a ser um grande obstáculo para a criação de uma rede territorial de desenvolvimento, isto ocorre devido a atitudes clientelistas de prefeitos, com o intuito de conservar votos e não beneficiar outros indivíduos fora do município os quais não poderão contribuir com futuros votos. No que consiste ao PDTIS Grande Sertão do Vale do Urucuia, esse cenário aparentemente não ocorre, salvo alguns municípios que fazem parte do “Consórcio de Prefeitos”, que não se fizeram efetivos e eficazes no Consórcio, são eles: Pintópolis e Formoso. “Pintópolis não tem feito presente, mas já foi notificado. E Formoso que também não tem sido presente. Mas quanto aos nove municípios que estão presentes, nós tivemos uma facilidade muito grande de entendimento” (Presidente do Consórcio de Prefeitos).

Em uma perspectiva de colaboração de rede criada partir do Consórcio de Prefeitos, na qual se reconhece que essa organização é importante para a articulação com outros parceiros, assim como para aquisição de recursos, foi constatada fragilidade no quesito de organização e prestação das contas públicas, que de acordo com depoimento:

As dificuldades que nós temos tido é que as vezes na hora de assinar um convênio, um município está inadimplente. Por que através do Consórcio um município amarra o outro. Digamos, se você está com seu algum documento irregular no Cadastro do Governo Federal, no INSS, alguma certidão negativa tribunal. Então muitas vezes, por ser coletivo, um município acaba atrapalhando os outros. Nós temos achado uma maneira de suspender esse município no consórcio até que ele ser regularize, para que não inviabilize. (Presidente do Consórcio de Prefeitos).

O Consórcio de Prefeitos é muito importante para o desenvolvimento dos municípios, pois consegue agregar os atores em torno de um objetivo comum, que é o próprio desenvolvimento, mas como abordado por Abramovay (2002) a escala territorial por guardar desafios na gestão, exatamente por envolver diferentes municípios. Embora o autor não concorde muito com o uso dessa escala espacial devido aos problemas políticos, há de se reconhecer neste estudo que o Consórcio de Prefeitos é uma alternativa importante para unir as representações do poder executivo dos municípios.

²⁷As hortas da Produção Agroecológica Integrada Sustentável (PAIS), fazem parte de investimentos da Fundação Banco do Brasil no contexto do PDTIS no território do Vale do Urucuia (Urucuia Grande Sertão).

Embora o desenvolvimento em questão aborde uma escala territorial, no que tange à articulação, devem ser consideradas as ações locais, mas com atenção aos efeitos no território. O governo local ou de cada município atua como realizador, articulador e facilitador de todos os programas, projetos e ações em prol do desenvolvimento, assim como não deve ocorrer concentração das ações por parte do poder público, para desse modo tornar-se um dos vários agentes no processo de desenvolvimento (DOWBOR, 2006). Não pode haver concentração do poder público, tampouco este pode se eximir da responsabilidade de atuar em conjunto com outras instituições, prefeituras e governos de outros municípios, estados e coligações políticas. O mais importante é criar dinamismo entre os atores em um processo compartilhado de decisões e ações em prol do desenvolvimento.

Aplicando-se ao contexto do PDTIS, verifica-se dificuldades ou inicialmente posicionamentos contrários por parte de prefeituras em atuar em conjunto com outros municípios ou mesmo com outras instituições: “inicialmente houve dificuldade em reunir os prefeitos em um Consórcio” (depoimento de representante da FBB, - R). O depoimento anterior é contrário ao posicionamento atual do consórcio de prefeitos, que conforme apresentado em parágrafo anterior, diz que o consórcio funciona bem. O grande aprendizado desse processo é entender que as relações institucionais entre os municípios não possuem bases sólidas, a qualquer momento pode haver divergências políticas capazes de desagregar o Consórcio. A fragilidade política institucional em se trabalhar com território é destacada por Abramovay (2002), para qual o desenvolvimento territorial nem sempre é o melhor caminho a ser adotado.

No contexto do desenvolvimento local Dowbor (2006) destaca que a posição dos governos em um processo de desenvolvimento e de articulação é muito importante, ao passo que a geração de emprego e renda de forma permanente e digna é essencial, ao mesmo passo que deve ser coerente em suas ações. A mesma proposição apresentada pelo autor pode ser aplicada ao contexto de desenvolvimento territorial e ao Consórcio Intermunicipal de Prefeitos, no qual esse grupo deve estar atento às demandas da sociedade de modo articulado, não apenas na escala local, mas territorial, de modo a ajudarem a promover cidadania para a população do território.

Essa visão pressupõe uma tomada de posição por parte do governo. Gerar emprego e renda permanentes e dignos, em coerência com um projeto de desenvolvimento local baseado na expansão e consolidação da cidadania, exige compromisso com a redistribuição social do trabalho e da renda (DOWBOR, 2006). Essa mesma concepção atribuída ao contexto do desenvolvimento local é totalmente aplicável ao território. Embora as escalas espaciais sejam diferentes, existem elementos aplicáveis a ambas.

De acordo com o atual presidente do Consórcio de Prefeitos, existe expressiva participação dos prefeitos que compõem o consórcio em estabelecerem acordos positivos nos processos de negociação e decisão. “Isso, nós temos tido uma facilidade muito grande em chegar aos consensos, por quê? A nossa realidade territorial é semelhante entre os municípios que fazem parte de nosso consórcio” (Presidente do Consórcio Intermunicipal de Prefeitos). O depoimento sintetiza o então entendimento entre os membros do consórcio, principalmente pela proximidade entre os elementos, que juntos expressam problemas comuns aos municípios, tais como: educação, renda, mortalidade, geração de empregos, combate à pobreza. Possivelmente, combater problemas semelhantes e até iguais seja mais fácil a partir de trabalhos conjuntos, que podem ser estabelecidos entre os governos municipais, ONG`s, instituições públicas, dentre outras.

Existem diversas ações empreendidas no território por diferentes atores que embora sejam parceiros, necessitam de estabelecer vínculos maiores quanto ao PDTIS. Pois, conforme observado durante o Encontro de Parceiros do Vale do Urucua realizado nos anos de 2009 e 2010 na reunião com os parceiros, houve representantes institucionais que não souberam avaliar ou mesmo apresentar as atividades desenvolvidas por suas entidades no âmbito do PDTIS. Mas sim alguns trabalhos realizados no território sem haver a construção do processo como um todo, sem que na ocasião alguns representantes institucionais tivessem noção da envergadura do PDTIS e de sua proposta territorial, integrada e sustentável. Isso revela a necessidade de os atores institucionais realizarem acordos formais e executá-los no âmbito do PDTIS, além de capacitar e informar seus funcionários. Deve-se levar em consideração que alguns atores, tais como: FBB, Sebrae, ADISVRU, Copabase e Coopsertão apresentam maior articulação frente ao PDTIS.

É importante que as parcerias estabelecidas tenham um alvo direto, ou seja, clareza do problema central que se pretende minimizar ou eliminar, mas que se estendam pelo espectro mais amplo possível do processo em que este problema se insere. A identificação dos atores sociais envolvidos em todos os momentos desse processo é fundamental. Esses atores podem ser, além do próprio governo local, o governo do Estado e o federal, Ongs, comunidades organizadas, instituições de pesquisa e formação, empresas, entidades corporativas, pessoas interessadas. Vai-se identificando os atores e suas capacidades de ação, seus interesses. Em um trabalho de articulação política, constrói-se um aparato institucional mais ou menos formal que dinamize essa relação que se pretende implantar: conselhos de desenvolvimento local, consórcios intermunicipais, associações de mães, cooperativas, associações comunitárias, fundações comunitárias municipais, movimentos de revitalização de áreas degradadas e muitas outras formas (DOWBOR, 2006).

Não basta estabelecer parceria se não houver efetiva e eficaz articulação entre os atores, que os objetivos sejam claros para as partes, que se crie instâncias de diálogo e fortalecimento de instituições. O desenvolvimento é um grande desafio e a articulação entre

os atores é fundamental. Para Dowbor (2006) é importante criar espaços de diálogo entre os atores. Quanto à interação, há necessidade de se realizar encontros políticos para articulações. Contudo é importante ressaltar a necessidade de encontros técnicos para analisar, discutir, avaliar, redefinir e avançar rumo ao desenvolvimento almejado.

ARRANJO INSTITUCIONAL - PARCEIROS E ATRIBUIÇÕES

FBB	concessão de recursos não reembolsáveis para investimentos e custeio nas cadeias da mandiocultura, apicultura, fruticultura, artesanato e em tecnologias sócias, e fortalecimento institucional.
SEBRAE	capacitação técnica junto aos artesãos visando a melhoria na qualidade da produção de artesanato.
Ministério do Trabalho e Emprego/SENAES	apoio a projeto de avicultura.
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	apoio a projeto junto a comunidades quilombolas (mandiocultura).
Ministério do Desenvolvimento Agrário	assistência técnica à agricultura familiar
SEPIR	apoio a projeto junto a comunidades quilombolas (mandiocultura).
Ministério da Integração Nacional	apoio a projeto de piscicultura.
EMBRAPA	transferência e aprimoramento de tecnologia na cadeia da mandiocultura, com unidades experimentais de manivas adaptadas ao cerrado.
Prefeituras municipais	

Quadro 4 - Arranjo institucional (parceiro e atribuições).
Fonte: FBB, 2009.

A articulação entre os atores é fundamental em um processo de desenvolvimento territorial, tendo a necessidade de se agregar várias entidades com vocações distintas que precisam trabalhar em conjunto com a finalidade em especial ao Vale do Rio Urucuia, para o Desenvolvimento Territorial Integrado Sustentável.

O Quadro 4 (FBB, 2009) apresenta os parceiros institucionais e suas atribuições. Contudo o quadro deixa de fora outros importantes atores que podem ser incluídos como parceiros institucionais, tais como a CODEVASF e EMATER, que desenvolvem atividades no território junto a FBB. É preciso criar um quadro não apenas de parceiros institucionais, mas de atores parceiros que desenvolvem atividades em prol do desenvolvimento no Vale do Urucuia e criar uma rede articulada de proposições e ações em busca do desenvolvimento territorial sustentável.

As atividades de produção e consumo ganharam o mundo globalizado, sendo constituído por “redes locais de empresas, baseadas no dinamismo territorial e institucional e na interação entre território, inovação e qualidade dos produtos” (CERDAN & SAUTIER, 2002). Ao analisar essa afirmação de Cerdan e Sautier com o contexto do PDTIS Grande

Sertão do Vale do Urucuia, é possível compreender que o dinamismo que Cerdan (2002) aborda é representado pelas cooperativas Copabase e Coopsertão, ambas vinculadas à FBB. Essa última se constituiu como principal financiadora das atividades. O território do Urucuia possui sua dinâmica econômica voltada para a produção agrícola, e com destaque para a produção de leiteira, mas ainda carece de inovações e padronizações dos produtos. Vale ressaltar que as cooperativas já realizam a padronização dos produtos processados. Contudo é preciso maior padronização na origem, além de inovações, tais como identidade visual, origem agrícola, economia solidária, respeito ao meio ambiente entre outros que agreguem valor e identidade aos produtos, sempre com ótima qualidade.

A qualidade dos produtos e padronizações é realizada pelas cooperativas em conjunto com outras instituições, como o Centro de Desenvolvimento Tecnológico (CDT/UnB), que criou a identidade visual²⁸ dos produtos. As cooperativas já produzem mercadorias padronizadas em termos de qualidade, por exemplo, castanha de Barú (*Dipteryx alata*), mel, açúcar mascavo, “rapadurinhas”, farinha de mandioca, polpa de frutas, dentre outros. Para atingir os mercados e manter-se neles é preciso que os produtos tenham oferta constante, padronização, padrão de qualidade, identidade e bom preço de mercado. Para tanto nota-se que os produtos das cooperativas em destaque possuem tais características, salvo a constância da oferta dos produtos, de acordo com o entrevistado D, embora tenha diminuído, ainda existe dificuldade de conseguir constância e quantidade de produtos dos cooperados. Vale ressaltar que inovar e oferecer novos produtos ou mesmo produtos tradicionais com inovações atrai o consumidor e beneficia os cooperados.

Nesse processo de desenvolvimento o território não pode ser concebido, tampouco gerido como uma instância apenas administrativa, e sim com a configuração específica de empresas, pessoas, cooperativas, instituições e outros que fazem parte desse processo. O desenvolvimento territorial necessita ações diretas instituições privadas, ong`s e a sociedade civil.

Dados da FBB (2009) apontam abertura da Fundação Banco do Brasil para os parceiros existentes e a outros interessados, apesar disso as ações do parceiros ocorrem de forma pouco articulada, ou seja, isoladas. O destaque fica por conta das ações da própria FBB que realiza investimentos para a infraestrutura física, assessoria e apoio a gestão; o Sebrae capacita, e permite o acesso a feiras de empreendedorismo, ao mercado e gestão financeira e física; a Embrapa orienta quanto a novas tecnologias da mandiocultura; as prefeituras adquirem parte da produção; e os Ministérios investem recursos na avicultura, piscicultura e

²⁸Vide figura 10 pg. 97.

mandiocultura. As ações entre os atores necessitam de maior articulação estratégica para apresentar melhores resultados, haja vista a necessidade de maior articulação para a promoções das ações.

Quanto a atuação das cooperativas, depoimentos de diferentes representantes demonstram haver inicialmente maior articulação política da Coopsertão com demais atores, do que a Cobapase e Central de Artesanato. Isso justifica maior atuação de acompanhamento e orientação da FBB junto a Copabase, que inicialmente necessitou de maior supervisão. Tal articulação não é sinônimo de que existe maior eficiência da Coopsertão, mas sim maior articulação.

3.7 AVALIAÇÃO E EFETIVIDADE DO PROGRAMA

O PDTIS, em síntese, possui uma gama variada de ações que são divididas em 3 partes norteadoras para o desenvolvimento de projetos e ações, que juntos podem contribuir de forma decisiva para o desenvolvimento territorial, integrado e sustentável.

Ao considerar uma das linhas de atuação da FBB no PDTIS, neste caso geração de trabalho e renda, verificou-se que houveram melhorias financeiras para os beneficiados após a entrada da FBB no território. Foi perguntado aos entrevistados em que medida melhorou a renda familiar após o início das atividades desenvolvidas pela FBB no âmbito do PDTIS.

Como pode ser visto no Gráfico 6, a maior parte, 60%, respondeu que houve pouco aumento da renda e nenhum declarou que houve diminuição da renda familiar. Embora tenham declarado que houve pouca melhora na renda é preciso considerar que existe o anseio de grandes melhoras principalmente no quesito econômico, mas sem deixar de lado o caráter social e ambiental. Contudo existem outros ganhos substanciais que nem sempre são levados em conta pelos entrevistados, por exemplo, alfabetização, conhecimento técnico, escoamento da produção via cooperativas, inserção de novas tecnologias sociais e melhoria na qualidade de vida.

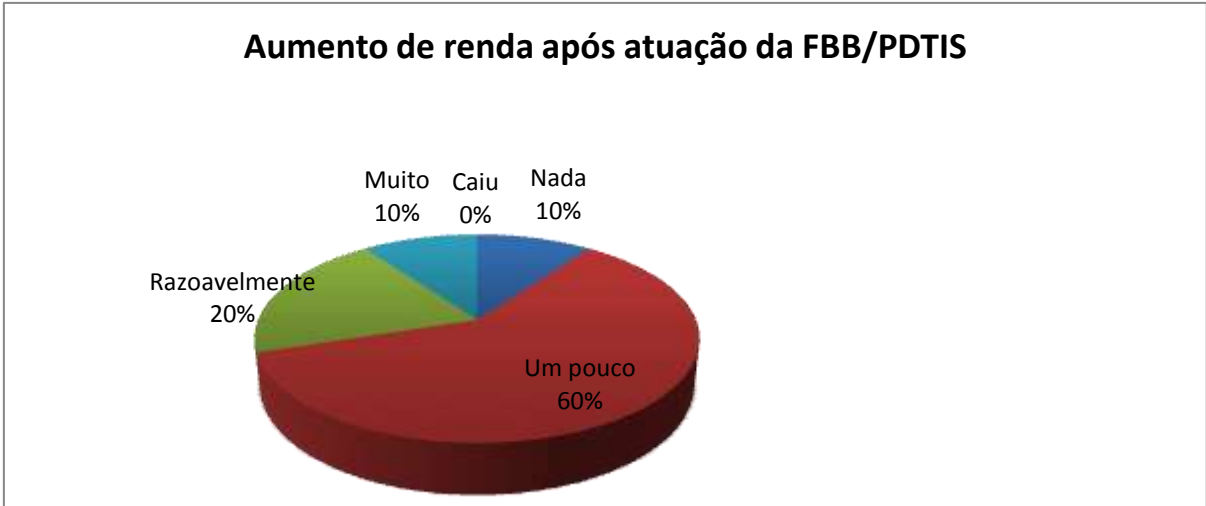


Gráfico 6 - Renda familiar após atuação da FBB/PDTIS. Elaborado pelo autor. Fonte: O autor, dados provenientes da atividade de campo, ano de 2011.

Embora o acréscimo na renda apresentado pelos entrevistados não tenha sido tão significativo até então, houve melhorias na capacidade produtiva por meio de novas tecnologias, aumentando e até mesmo facilitando o uso de novas ferramentas. O uso de tais ferramentas permite que os produtores tenham variedade produtiva e boa qualidade nos produtos, fato esse que melhora o suprimento de alimentos em suas residências, contribuindo para melhores condições de vida (Gráfico 7).

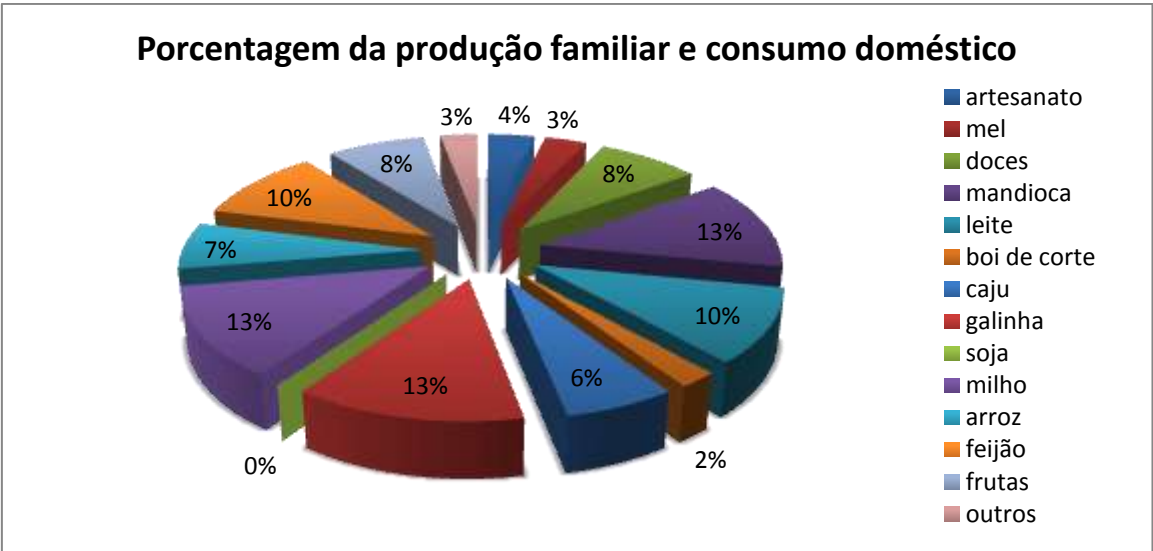


Gráfico 7 - Porcentagem da produção familiar de alimentos e o consumo doméstico. Fonte: O autor, dados provenientes da atividade de campo, ano de 2011.

Devido aos baixos índices socioeconômicos, diversas famílias são beneficiadas com programas sociais, dentre os entrevistados 60% declaram receber algum tipo de ajuda do governo, entre elas está o Programa Bolsa Família e o Bolsa Escola (Gráfico 8). O fato de 60% das famílias receberem esse tipo de recurso comprova as dificuldades socioeconômicas enfrentadas pelas populações, caso contrário não seria preciso alocar tais recursos financeiros para tais famílias.

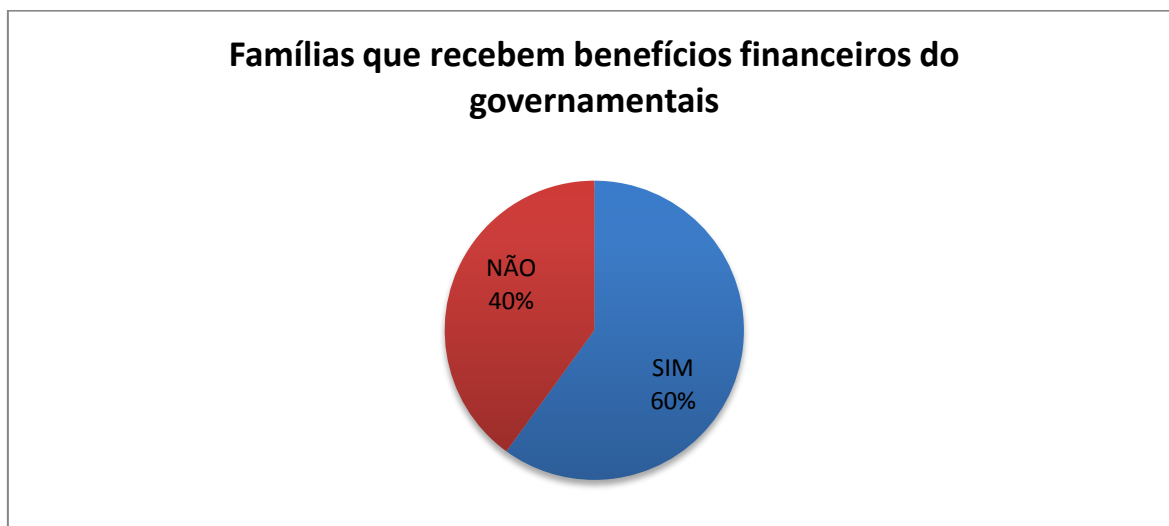


Gráfico 8 - Porcentagem de famílias que recebem benefícios sociais. Fonte: O autor, dados provenientes da atividade de campo, ano de 2011.

Contudo deve-se ressaltar a importância de tais programas sociais para a segurança alimentar imediata de famílias em risco. Os programas sociais com transferência de renda devem ser entendidos como uma medida emergencial e não como permanente. Mas para que as famílias não se acomodem é importante induzi-las a atividades educativas, profissionalizantes, produção e trabalho para geração de renda.

O desenvolvimento territorial pode ser resumido ou mesmo compactado sem perder suas essências do seguinte modo: “O **desenvolvimento territorial**, portanto, é um processo integrado de transformação produtiva, social e político-institucional, que utiliza a oferta ambiental existente de forma **sustentável**, e cuja finalidade é melhorar as condições de vida da população” (BURSZTYN, 2008a, grifo do autor). Nesse sentido basta que o desenvolvimento seja territorial sustentável, sem que haja nenhuma outra adjetivação ou supervalorização.

A partir da perspectiva do autor citado acima o desenvolvimento territorial utiliza de meios e recursos de forma sustentável para promover a melhoria de vida das pessoas.

Portanto o uso de tais elementos em unidades territoriais precisa ser especializado, realizados em um dado território. No caso do PDTIS do Grande Sertão – Vale do Urucuaia, embora não tão “firme” quanto desejada existe articulação político-institucional; por exemplo, o consórcio de prefeitos e parcerias entre atores institucionais. Contudo as parcerias precisam ser melhor discutidas e executadas com uma perspectiva conjunta. A transformação produtiva e social está em curso, por meio de ações que promovem as cadeias produtivas – artesanato, mel, frutos do cerrado, alimentos etc. – que contribuem para o sistema produtivo, além das ações de cunho social como a alfabetização de jovens e adultos, reuniões com produtores e valorização profissional. Quanto ao quesito ambiental, a intenção é tornar a produção sustentável no aspecto ambiental. Ainda no quesito ambiental, sugere-se maior acompanhamento da produção nas propriedades rurais, para que de fato e não apenas como marketing os produtores e cooperativas assumam a responsabilidade de conduzir os processos produtivos ambientalmente sustentáveis

A partir do momento que os objetivos do Programa começam a ser alcançados, assim como a capacidade de gestão e promoção do desenvolvimento territorial, por meio do empoderamento dos agentes locais e da própria população, é possível que as ações exógenas diminuam ou até mesmo deixem de existir, ou seja, as instituições e pessoas do território já serão capazes de seguir sozinhas.

De acordo com depoimento aos poucos a FBB começa sair do território, deixando que as cooperativas caminhem sozinhas (entrevistado D, representante da FBB). Ações e intervenções da FBB foram importantes para estruturar e organizar o sistema produtivo, comercial e dialógico com os moradores, ao passo que as cooperativas melhoram a gestão, a FBB pode agir menos no território sem que o desenvolvimento proposto seja prejudicado. É natural e até mesmo desejável que as cooperativas e outros grupos formados para promover o desenvolvimento sejam autossuficientes financeiramente e na própria gestão estratégica, ao passo que cada vez menos seja preciso a ação da FBB, que por sua vez poderá aplicar os conhecimentos ali adquiridos em outros Programas e espaços do país.

De acordo com o representante R da FBB a Cooperativa Copabase começa a desenvolver melhor suas atividades, produtivas, articuladora, motivadora e comercial. Tal fato colabora para que as cooperativas comecem a se tornar autônomas. De acordo com a representante D a cooperativa necessita ter renda mensal superior à existente, para então tornar-se independente de recursos financeiros externos advindos da FBB. O que se dará por meio do aumento da produção.

A atuação da Fundação Banco do Brasil – FBB é fundamental para a estruturação das atividades, organização das cooperativas, avaliação e readequação de ações desenvolvidas e para a organização e motivação da sociedade do território do Vale do Rio Urucuia – MG/GO. Neste momento cabe a FBB avaliar sua atuação como principal agente fomentador de recursos financeiros e articulador. Também se faz necessário que a FBB reavalie suas ações no âmbito espacial, para que, de fato o desenvolvimento territorial integrado e sustentável seja alcançado, para que os municípios possam desenvolver em conjunto.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolver políticas, programas, projetos, ações e estratégias para o desenvolvimento não é tarefa fácil, tampouco curta, principalmente quando o desenvolvimento objetivado é carregado de outros conceitos como território, integração e sustentabilidade. Apesar dos desafios o desenvolvimento como todas as adjetivações citadas acima é possível de ser alcançado.

Promover o desenvolvimento perpassa por estabelecer parcerias institucionais, em que os atores envolvidos assumam responsabilidades e cumpram seus deveres. Nesse sentido é imprescindível que as instituições assumam a responsabilidade e executem as tarefas de suas competências. Além disso, é preciso haver consenso dos objetivos, do modo como devem ser feitos e dos conceitos inerentes às instituições parceiras.

Um dos principais pontos que devem ser elaborados é a estruturação do projeto, no qual deve possuir a concepção estrutural do programa, com marco teórico, linhas de atuação, objetivos diretos e indiretos. Também se deve construir a concepção estratégica do programa, a fim de possibilitar atingir os objetivos propostos assim como criar os meios necessários para o desenvolvimento de ações previstas e não previstas. Vale ressaltar que para iniciar um programa deve-se primeiramente realizar a concepção teórica e estratégica, por fim ser aplicado em um contexto real, neste caso no território.

Todo território possui atividades produtivas e econômicas tidas como vocações, que podem e devem ser exploradas, assim como desenvolver outras atividades potenciais. Contudo é recomendado reavaliar as vocações econômicas do território, para retirar ou mesmo introduzir novas na cartela de oportunidades viáveis. Por exemplo, induzir a cadeia do turismo de natureza e rural que tem grande potencial para a conservação e preservação do Cerrado local. Com o turismo rural é possível utilizar as propriedades rurais para a prática do turismo rural, que valoriza o camponês, mantém atividades agrícolas e pastoris, além de incrementar a economia com essa modalidade de turismo.

Embora a Fundação Banco do Brasil tenha notável experiência no desenvolvimento das cadeias produtivas que são institucionalizadas, e desenvolve muito bem em diversos locais do Brasil, deve-se considerar que nem sempre essas cadeias são as mais adequadas ao território, visto que cada local, mesmo que possua aspectos em comum, será uma nova localidade com características próprias que a diferenciam das demais. Desse modo, as cadeias produtivas devem ser analisadas com critérios que se leve em consideração as peculiaridades dos territórios de modo a potencializar cada um deles. É possível trabalhar

com cadeias produtivas diferentes em territórios diferentes. Até mesmo aproveitar as experiência com cadeias produtivas e aplicar os conhecimentos em novas iniciativas em prol do desenvolvimento com base território, local e regional.

É sabido que a participação de cada um dos 11 municípios é importante para o desenvolvimento com sucesso do PDTIS. Principalmente por se tratar do desenvolvimento do território, todos devem atuar em conjunto. Porém é preciso ressaltar que alguns municípios como Arinos e Chapada Gaúcha se destacam, mas embora sejam importantes no contexto territorial podem apresentar tímida participação de acordo com o interesse político. Para tanto, a participação de cada município deve ser avaliada a cada ano. A partir de avaliações constantes será possível cobrar ações daqueles municípios menos participativos, assim como traçar meios e estratégias capazes de promover melhor atuação destes. O trabalho em parceria que é muito bem representado pelo Consórcio de Prefeitos é um avanço na gestão política e administrativa do PDTIS. O Consórcio se apresenta como um instrumento de governança no qual os diferentes representantes políticos/administrativos representados pela figura dos prefeitos municipais, assumem responsabilidades e discutem e deliberam em conjunto em torno de questões para o desenvolvimento do território.

Ainda quanto à participação dos municípios é importante estudar a possibilidade de desmembramento do município de Cabeceiras – GO do PDTIS Grande Sertão do Vale do Urucuia, pois este se mostra mais ligado à RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal e Entorno (DF) do que ao PDTIS. Fazer parte da RIDE é economicamente mais favorável para o município, além de estar mais próximo do mercado consumidor de Brasília, o que favorece a negociação e comercialização de mercadorias.

É preciso criar mecanismos que favoreçam o envolvimento de grupos, indivíduos isolados, instancias públicas, privadas, cooperativas e ONG`s, para fortalecer os sistemas de produção e comercialização. Deve compreender estratégias diversificadas por exemplo, discussões, sistema de informação e formação, realização de feiras e salões. Esses mecanismos irão contribuir para que as cooperativas sejam reconhecidas no mercado interno (municípios do PDTIS) e externo (área de influência, Brasília, Goiânia, etc), deste modo deve colaborar para que os produtos ganhem notoriedade dentro e fora do território, além de criar uma rede integrada de colaboradores que pode ser estabelecida com outras organizações.

No que tange à produção agrícola, faz-se necessário realizar diagnóstico que possa detectar produtos territorialmente produzidos e consumidos pela população do território, que possam ter identidade cultural presente no saber fazer, no saber tradicional. O saber fazer

refere-se ao conhecimento tradicional vinculado a algum possível produto, que seja caracterizado com uma identidade regional, local ou territorial, a fim de ser reconhecido e comercializado.

A FBB, por meio das cooperativas, nas quais investe e os parceiros institucionais devem estimular ações empreendedoras, que busque inovações ou mesmo reaplicação de experiências bem sucedidas. Ao passo que incorporar o empreendedorismo induz a práticas criativas e inovadoras importantes para o desenvolvimento do território. Além disso promove a difusão de conhecimentos e permite que os indivíduos se responsabilizem em parte pelo desenvolvimento do território. O empreendedorismo orientado pode gerar empregos, crescimento e diversificação da economia, possibilitar a melhoria nas condições de vida das pessoas.

Durante a pesquisa e com base em dados secundários (IBGE) foi constatado que a principal atividade econômica dos municípios gira em torno das atividades agrícolas e pecuárias. Sem dúvida tais atividades devem ser mantidas como as principais, com grande potencial de geração de empregos diretos e indiretos. Contudo diversificar a economia promove ganhos importantes, por exemplo geração de empregos em outras áreas, os municípios se tornam mais independentes, não é preciso realizar grandes deslocamentos em busca de mercadorias e serviços, e não fica totalmente sujeito a intemperes, problemas ambientais, de saúde ou mesmo mercadológicos, podendo sair de crises com facilidade por ter a economia diversificada.

No contexto de política pública é imprescindível que haja alinhamento de tais políticas, programas territoriais de desenvolvimento, conceitos e eixos de atuação de modo sinérgico em busca de soluções para os problemas da sociedade que almeja o “desenvolvimento”. Nesse sentido é aconselhável que os Ministérios, órgãos da administração pública, autarquias, empresas públicas entre outros, trabalhem em torno de uma política comum, por exemplo, uma política de desenvolvimento territorial. No mesmo contexto se faz necessário maior aproximação entre os programas ministeriais, em especial do Ministério de Desenvolvimento Agrário, Ministério da Integração Nacional e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

No mesmo sentido que os Ministérios e entidades governamentais devem atuar juntas em torno de uma política comum de desenvolvimento é sugerido que a Fundação Banco do Brasil – FBB também atue da mesma forma. Embora a Fundação tenha sua independência, esta recebe recursos financeiros do Banco do Brasil, que apesar de um banco de economia mista está ligado diretamente ao Governo Federal. O que não impede da FBB atuar de

maneira inovadora e aplicar estratégias e soluções em busca do desenvolvimento e melhoria na qualidade de vida das populações. Mas é preciso considerar que para o desenvolvimento territorial integrado sustentável realmente ocorra é preciso unir-se com outras instituições.

No que tange a estruturação do PDTIS é preciso descentralizar as ações nos 5 municípios (Arinos, Bonfinópolis, Riachinho, Urucuia e Uruana) e expandi-las aos demais (Chapada Gaúcha, Pintópolis, Buritis, Formoso, São Romão e Cabeceiras). Pois trata-se do desenvolvimento do território, de modo que não foi encontrado ou mesmo identificado justificativa pertinente para priorizá-los. Os municípios precisam estar cada vez mais articulados para o desenvolvimento de ações conjuntas e em forma de cadeia, esta última é caracterizada pela produção de algo que gere consequências em relação a outros municípios.

No que tange a avaliação é importante que o PDTIS crie ou utilize um indicador para avaliar a efetividade, eficácia e eficiência do programa em contexto global do programa. Também há de se considerar principalmente quanto suas diferentes abordagens (desenvolvimento territorial, sustentável e integrado). Os indicadores têm a função de comunicar, informar e até mesmo apresentar tendências. Nesse sentido criar uma ferramenta padrão para avaliar o PDTIS em diversos locais em que é implementado é importante, se deve levar em consideração um sistema de ponderação. De acordo com Bellen (2006, p. 42) “o objetivo dos indicadores é agregar e quantificar informações de modo que sua significância fique mais aparente“. Tais indicadores podem ser qualitativos ou quantitativos. A partir da posse de informações avaliativas é possível orientar tomadores de decisões de maneira racional, de maneira que reflita nas políticas, ações e programas como o PDTIS. Ainda de acordo com Bellen: “Sistemas de indicadores de sustentabilidade são relevantes para o processo de gestão na medida em que estão aptos a retratar a realidade de uma maneira científica destinada a orientar na formulação de políticas”. (BELLEN, 2006, p. 87).

Quanto a organização social e o poder de transformação das sociedades se faz necessário manter o diálogo direto com as comunidades com tal já foi estabelecido por meio de reuniões abertas à comunidade, palestras e eventos. Há de se considerar a importância de manter vínculo com as lideranças comunitárias, as quais são capazes de mobilizar, articular e promover ações em torno de objetivos comuns. Contratar líderes comunitários para prestarem serviços a FBB pode ser uma importante estratégia de se manter vínculo com tais pessoas, mas o pagamento não pode tornar-se a principal fonte de renda.

[...] não é possível constituir uma estratégia de desenvolvimento simplesmente agregando iniciativas locais de desenvolvimento, no mínimo porque estas iniciativas devem ser harmonizadas, na busca de arranjos colaborativos e sinergias, para evitar duplicações antieconômicas . O planejamento é um processo interativo que inclui procedimentos de baixo para cima e de cima para baixo dentro do marco de um projeto nacional de longo prazo, uma visão compartilhada pela maioria dos cidadãos da nação sobre valores, a sua conversão em objetivos sociais e a inserção do seu Estado-Nação num mundo globalizado. (SACHS, 2008, p.62)

Em um programa que envolve diretamente a produção e comercialização de produtos é preciso adotar técnicas e instrumentos capazes de divulgar os produtos, agregar valor e relevante retorno financeiro de modo a viabilizar a produção. Nesse mesmo sentido Cerdan e Sautier (2002) destacam:

(...) cabe favorecer o envolvimento das coletividades locais e públicas no fortalecimento dos sistemas produtivos localizados: proposição de mecanismo de discussão, sistemas de formação e de informação, promoção de feiras e salões para desenvolver a notoriedade e a imagem coletiva dos produtos, e a elaboração de um quadro legislativo adaptado. (CERDAN e SAUTIER (2002, p. 141)

Embora tenha constatado que há melhorias socioeconômicas nos municípios, o desenvolvimento territorial continua a ser um desafio a ser atingido. Por meio das experiências da FBB e outras instituições será possível alcançar melhorias significativas para a melhoria da qualidade vida no território, mas é preciso ação conjugada e compartilhada entre os diversos atores. O desafio de prover o um desenvolvimento que seja territorial e sustentável não é uma tarefa impossível. Pelo contrário, mas deve ser articulada entre os atores e a população.

5. LIMITAÇÕES

A referente pesquisa ora apresentada fez parte do parceria firmada entre o Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da Universidade de Brasília com a Fundação Banco do Brasil (FBB). Dentre outras atividades convênio previa a realização de pesquisas, geração de relatórios e dissertações em nível de mestrado.

Como contrapartida a FBB foi incumbida de realizar apoio financeiro para o desenvolvimento das pesquisas e dissertações a cerca do tema Desenvolvimento Territorial e do próprio Programa de Desenvolvimento Territorial. Minha participação no respectivo projeto se deu por meio de convite até a formalização realizada a partir de contrato para pagamento de bolsas e custeio de despesas inerentes à pesquisa.

Embora o acordo tenha sido firmado não houve cumprimento total por parte da FBB e a Fundação Universitária de Brasília (FUBRA), representante formal da UnB, cancelando sem aviso prévio o pagamento da bolsa de estudos, assim como o custeio para a realização das atividades de campo. Sendo que eram imprescindíveis os recursos financeiros para o desenvolvimento da pesquisa e no início me dispus a arcar com as despesas de acordo com minhas escassas possibilidades financeiras.

Destaco ainda, que devido a participação no projeto tive que lançar mão de bolsa de estudos da Capes, para continuar no projeto de pesquisa, que repentinamente foi encerrado sem o término de suas atividades e mesmo tendo o capital em caixa para o custeio.

Para tanto toda a pesquisa de campo realizada com recursos próprios (sem bolsa e sem ajuda de custos para campo), que foi realizada no interior do estado de Minas Gerais. Diante da necessidade de realizar pesquisa de campo nos 11 municípios que compõe o território com recursos ínfimos, dificuldades de locomoção, estradas com má qualidade de conservação e outros empecilhos, a pesquisa de campo foi realizada em 4 municípios.

Vale ressaltar que o recurso financeiro provenientes da UnB via Decanato de Pesquisa e Pós Graduação (DPP), publicados via edital e requerido pelo respectivo estudante foi indeferido. A justificativa do Decanato é de que somente alunos bolsistas podem ter acesso a este recurso financeiro. O auxílio ao desenvolvimento de pesquisas é no mínimo questionável, pois o edital não contempla estudantes que não possuem bolsas ou fonte de renda advinda de projetos ou instituições predeterminadas, excluindo do direito ao auxílio os que dependem do recurso para dar andamento as suas pesquisas.

No território que compõem o PDTIS Grande Sertão no Vale do rio Urucua foi encontrado dificuldade para visitar todos os municípios devido a grande distância entre as propriedades rurais que participam do PDTIS, além da péssima conservação das estradas, que em geral não são pavimentadas. Apesar de tal dificuldade foi contratado pelo pesquisador uma pessoa para conduzi-lo as localidades mais longínquas.

Durante a atividade de campo, o pesquisador foi recomendado por contato estabelecido em um dos municípios para não realizar deslocamento até a localidade. Devido as péssimas condições de conservação da estrada que foi agravado pelas chuvas que ocorreram no período. Para tanto foi prudente cancelar a visita até a localidade o que prejudicou a coleta de dados primários.

É necessário disseminar entre todo o território, mas em um primeiro momento para os produtores cooperados, os conceitos presentes PDTIS, como desenvolvimento, território, integração e sustentabilidade. O fato se justifica porque muitos produtores não possuem e/ou terem concepções inadequadas relativas aos conceitos e o tipo de desenvolvimento proposto no Programa que eles participam. Por exemplo, foi constatado que a maioria dos entrevistados apontou que o desenvolvimento é apenas crescimento econômico. Ideia essa, que não é errada. Contudo não é a mais adequada ao Programa, pois, o desenvolvimento deve ser entendido de forma holística, envolvendo diversos pontos em torno do tema.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Desenvolvimento rural territorial e capital social**. IN: SABOURIN, Eric & TEIXEIRA, Olívio. Planejamento e Desenvolvimento dos Territórios Rurais: conceitos, controvérsias e experiências. p.113 -128. Brasília: Embrapa / UFPB / CIRAD. 2002.

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, São Paulo, vol. 4, n. 2, p. 379-397, 2000.

ABRAMOVAY, Ricardo. O Capital Social dos Territórios-Repensando o Desenvolvimento Rural In: **O Futuro das regiões rurais**. Editora UFRGS. Porto Alegre. 2003.

ADISVRU. **Vale do Rio Urucuia: um território em processo de subjetivação para sua localização**. Disponível em: <<http://www.valedoriourucuia.org.br>>. Acesso em 17 de outubro de 2009.

ALLAIRE, G; BOYER, R. **La grande transformation de l'agriculture**. Paris, INRA-Econômica, 1995.

AMENDOLA, M. e BARATTA, P. **Investimenti industriali e sviluppo dualístico**. Roma, Svimez, 1978.

ARAÚJO, Tânia Barcelar de. Por uma política nacional de desenvolvimento regional. In: ARAÚJO. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: RTeVan: Fase, 2000. p. 115-140.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Edições 70, 2009.

BEDUSCHI FILHO, L. C; ABRAMOVAY, Ricardo. Desafios para a gestão territorial do desenvolvimento sustentável no Brasil. **XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (SOBER)**, Juiz de Fora – MG, 2003.

BELLEN, Hans Michael van. **Indicadores de Sustentabilidade**. Rio de Janeiro, FGV, 2006.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Org. **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Tradução Vera Ribeiro. Volume I e II. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BRASIL, Decreto 6.047, de 22 de fevereiro de 2007.

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/IICA PCT – INCRA/IICA, Brasília, 1999.

BURSZTYN, Marcel. Armadilhas do Progresso. **Sociedade & Estado**, Brasília, vol. 10, n. 1, 1995.

BURSZTYN, Marcel et al. **Bases Conceituais e Teóricas do Desenvolvimento Território Integrado Sustentável – Estudo 1**. Pesquisa técnica elaborada para a Fundação Banco do Brasil. Brasília, 2008a.

BURSZTYN, Marcel et al. **Estudo de experiências de desenvolvimento territorial – Estudo 2**. Pesquisa técnica elaborada para a Fundação Banco do Brasil. Brasília, 2008b.

CABRAL, Luiz Otávio. Revisitando as noções de espaço, lugar, paisagem e território, sob uma perspectiva geográfica. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, EDUFSC, v. 41, n. 1 e 2, p. 141-155, Abril e Outubro de 2007.

Caixa Econômica Federal - CEF. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br>>. Acesso em 20 de abril de 2010.

CERDAN, Clarie; SAUTIER, Denis. **Construção e Desenvolvimento dos Território Rurais: Sistemas de Produção de Queijo em Sergipe**. IN: SABOURIN, Eric & TEIXEIRA, Olívio. Planejamento e Desenvolvimento dos Territórios Rurais: conceitos, controvérsias e experiências. p.113 -128. Brasília: Embrapa / UFPB / CIRAD. 2002.

CODEVASF, Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. Disponível em: < <http://www.codevasf.gov.br>>. Acesso em novembro de abril de 2011.

COLEMAN, J. S. Foundations of Social Theory – The Belknap Press of Harvard University Press – Cambridge, Londres, 1990.

COPABASE – . **PDTIS Urucuia**. Arinos, 2010. 42 slides, color.

DINIZ, Clélio Campolina. **A questão regional e as políticas governamentais no Brasil**. Texto para discussão nº 159; Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2001.

DOWBOR, Ladislau. Requisitos para um Projeto de Desenvolvimento Local. Disponível em < >. Acesso em 05/01/2011.

DOWBOR, Ladislau. Governo e sociedade: requisitos para um projeto de desenvolvimento local. **Boletim DICAS – Idéias para a ação municipal**, n. 53, São Paulo, Instituto Pólis, 2006.

ENRÍQUEZ, Maria A. R. da S. **Maldição ou dádiva? Os dilemas do desenvolvimento sustentável a partir de uma base mineira**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável – Universidade de Brasília, 2007.

FBB – Fundação Banco do Brasil. Brasília. **Apresentação do Vale do Urucuia para prefeitos**. Brasília, [s.d]. 19 slides, color.

FBB – Fundação Banco do Brasil. Brasília. **Apresentação reunião dos investidores**. Brasília, 2008. 20 slides, color.

FBB. **Guias de Geração de Trabalho e Renda: nova perspectiva na elaboração de políticas, programas e projetos de geração de trabalho e renda**. São Paulo, Instituto Florestan Fernandes, 2008b.

FBB. Fundação Banco do Brasil. Disponível em: < <http://www.fbb.org.br>>. Acesso em 20 de dezembro de 2010.

FBB. Fundação Banco do Brasil. **Assessoramento de projetos estratégicos: relatório de visita (GEPRO – Seqüencial 025/2009)**. Brasília. FBB, 2010b.

FBB. Fundação Banco do Brasil. **Assessoramento de projetos estratégicos – relatório de visita (GEPRO – Sequencial 009/2009)**. Brasília. FBB, 2009.

FRANCO, Augusto de. **Capital Social**. Brasília. Instituto de Política Millennium, 2001.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 5 ed, 1981.

FURTADO. **Perspectivas da economia brasileira**. Rio de Janeiro: Iseb, 1957.

GEHLEN, Ivaldo; RIELLA, Alberto. Dinâmicas territoriais e desenvolvimento sustentável. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, nº 11, p. 20-26, 2004.

GOLDSMITH, Edward. O desenvolvimento como colonialismo. In: _____. **Economia global e economia local: a controvérsia**. Lisboa: Instituto Piaget, p. 271 - 283, 1996.

HADDAD, Paulo R. *Clusters e desenvolvimento regional no Brasil*. **Cluster: revista brasileira de competitividade**. Ano 1, nº 2, agosto/novembro 2001.

HAGUENAUER, Lígia; et all. Evolução das cadeias produtivas brasileiras na década de 90. Texto para discussão nº 786. Brasília, 2001 – IPEA. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2001/td_786.pdf >. Acesso em 20 de maio de 2010.

HESPAHOL, N.A., **Dinâmica agroindustrial, intervenção estatal e a questão do desenvolvimento na região de Andradina** – Tese de doutorado em Organização do Espaço: Rio Claro IGCE – CP. de Rio Claro – UNESP, 1996.

IADH-GESPAR. **Mobilização organização social e mapeamento sócio-econômico ambiental do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Urucuia Grande Sertão: entrevistas em profundidade**. 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contagem da população 2007**. Disponível em:< <http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 1 de abril de 2010a.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 20 de maio de 2010b.

MACHADO, V. **A produção do discurso do desenvolvimento sustentável: de Estocolmo a Rio-92**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável- Universidade de Brasília. 2005.

MARINHO, A.; FAÇANHA, L. O. de F. **Programas sociais: efetividade, eficiência e eficácia como dimensões operacionais da avaliação**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. In: **Revista Internacional de Desenvolvimento Local – INTERAÇÕES**. Vol. 3, N. 5, p. 51-59, Set. 2002.

MENDES, Constantino Cronemberger; TEIXEIRA, Joanílio Rodolpho Teixeira. **Desenvolvimento econômico brasileiro: uma releitura das contribuições de Celso Furtado**. Texto para discussão nº 1051; IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. Brasília, 2004.

MDA – **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Disponível em <<http://www.mda.gov.br/>>. Acesso em 30 julh de 2010.

MI, & Nacional. **PROMESO Ministério da Integração Nacional**. Disponível em <<http://www.integracao.gov.br>>. Acesso em 08 de abril de 2011

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES. **Banco de informações e mapas de transporte**. Disponível em: <<http://www.transportes.gov.br>>. Acesso em 29 de maio de 2010.

MORO, D.A., **A organização do espaço como objeto da geografia**. Geografia, Rio Claro, 15(1):1-19, Abril 1990.

MORAES. Maria Dione Carvalho de. **Novas Dinâmicas territoriais no nordeste: o novo nordeste dos cerrados – o caso do Piauí**. In: SABORIN, E; TEIXEIRA, O. A. Brasília, Embrapa informação tecnológica, 2002.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro, Saga, 1978.

PAULA, Juarez de. **Desenvolvimento local: como fazer**. Brasília. SEBRAE, 2008.

PERROUX, F. **Economia do Século XX**. Lisboa, Herder, 1967.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano** no Brasil. Disponível em <<http://www.pnud.org.br/atlas/instalacao/index.php>> Acesso em 22 de novembro de 2009.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Portal da Transparência do Governo Federal** Disponível em: < <http://www.portaltransparencia.gov.br/>>. Acesso em 25 de setembro de 2011.

PONTES, B.M.S., **A contribuição do pensamento geográfico brasileiro à região e à regionalização vistas como processo**. Boletim de Geografia Teorética, 16-1 (31-34):324-327,1986-1987.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna**. Ed. Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1996.

ROCA, Zoran; OLIVEIRA-ROCA, Maria de Nazare´. Affirmation of territorial identity: a development policy issue. In: **Land Use Policy** 24 (2007) 434–442.

ROCHA, J. D; et al. Política Públicas territoriais e sustentabilidade no semi-árido brasileiro: a busca do desenvolvimento via arranjos produtivos locais. **VII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica**. Fortaleza, 28 a 30 de novembro de 2007.

SABOURIN, Eric. Desenvolvimento Territorial e abordagem territorial conceitos, estratégias e atores. In SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O (Eds). **Planejamento e Desenvolvimento dos Territórios Rurais. Conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília, Cirad, UFPB, Embrapa SCT, 2002. 402p. Pp. 21-37.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro. Garamond, 2009.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro, Garamond, 4 ed, 2002.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro, Garamond, 4 ed. 2008.

SANTOS, Milton. **A natureza do lugar**. São Paulo, Hucitec. 1996.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo. 6 ed. Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/>>. Acesso em 10/05/2010.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo, Companhia da Letras, 2000.

SCHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6º, n. 11, p. 88-125, 2004.

STEINBERGER, Marília. et al. **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília, Paralelo 15 e LGE, 2006.

VARGAS, Glória. Território e natureza. In: II ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE – ANPPAS, 5., 2004, Indaiatuba – São Paulo. **Anais**. São Paulo ANPPAS, 2004. Disponível em <<http://www.anppas.org.br/>>. Acesso em: 17/02/2010.)

VARGAS, Glória. **Elaboração de Roteiro Metodológico para Avaliação Territorial**. Centre de Cooperation Internationale em Recherche Agronomique pour le Development–CIRAD. Brasília. 2007.

VEIGA, José Eli da; ZATZ, Lia. **Desenvolvimento Sustentável: que bicho é esse?** Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro Garamond, 3 ed. 2008b.

VILELA, S.L.O. (2002). **Apoio aos Atributos Territoriais da Agricultura Familiar: O mel no Piauí**. In: SABOURIN, Eric e Teixeira, Olívio (orgs). *Planejamento do Desenvolvimento dos Territórios Rurais. Conceitos, controvérsias e experiências*. Brasília: UFPB/CIRAD/EMBRAPA. pp. 143-196.

VILLAR, Afonso Alvarez. Território. In SILVA, Benedito. **Dicionário de Ciências Sociais**. 2. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

ANEXOS

ANEXO A

QUESTIONÁRIO BENEFICIADOS DIRETOS DO PDTIS

Nº do questionário:

Pesquisador:

Data:

Endereço:

Município:

1. Área: Urbana () Rural ()
2. Tipo do domicílio: Madeira () Barraco () Alvenaria ()
3. Origem da propriedade domiciliar:
Próprio quitado () Próprio em aquisição () Próprio em terreno não legalizado ()
Próprio em assentamento – INCRA () Cedido () Funcional ()
4. Quantas pessoas moram na residência? _____
5. Qual a idade de cada um: _____
6. Quantos aposentados? _____
7. Qual é a renda aproximada da família? _____
8. Todos na sua casa com mais de 15 anos sabem ler e escrever?
SIM () NÃO () Quantos não sabem? _____
9. Abastecimento de água:
Rede geral () Poço/Cisterna () Poço artesiano () Caminhão pipa () Não possui () Outros ()

()

10. Consumo de água potável:
Não tem filtro () Filtro de barro () Filtro de parede () Filtro de carvão ativado () Água mineral ()

Fervida ()

11. Qual é o sistema de esgoto?
Rede pública () Fossa comum () Fossa ecológica () Não existe nenhum sistema ()
12. Você faz algum aproveitamento do lixo? Quais?
Compostagem () Reciclagem () Nenhum ()
13. Antes da atuação da FBB e do SEBRAE você já tinha participado de alguma cooperativa ou associação? SIM () NÃO ()
14. Atualmente você participa de alguma cooperativa ou associação?
SIM () NÃO ()
15. Costuma participar das reuniões e encontros da associação ou cooperativa?
SIM () NÃO ()
16. Nas reuniões/assembleias da cooperativa todos decidem juntos ou apenas um grupo ou uma pessoa? TODOS () UM GRUPO ()
17. Sua família recebe algum benefício do governo? (Exemplo: Bolsa família/aposentadoria)
SIM () NÃO () Quais: _____ Quantos: _____

18. O que melhorou na sua vida depois da atuação da FBB com o PDTIS?

19. Depois da entrada da FBB no território sua renda aumentou?
Nada () Um pouco () Razoavelmente () Muito () Caiu ()

20. Já participou de alguma atividade da Fundação Banco do Brasil – FBB:

Alfabetização – BB Educar () Cursos () Palestras ()

21. Acha que outros municípios deveriam fazer parte do projeto da FBB? Quais? _____

22. Acha que algum município que faz parte do projeto da FBB deveria sair do projeto?
Qual? _____

23. Comercializa seus produtos com produtores ou comerciantes de outros municípios?
SIM () NÃO ()
24. Comercializa seus produtos com comerciantes ou produtores de outros estados?
SIM () NÃO ()
25. Acha melhor que as atividades do Programa de Desenvolvimento Territorial Integrado Sustentável – PDTIS, sejam realizadas nos 11 municípios ou prefere que seja apenas no seu município?
() Apenas no meu
26. Utiliza em sua propriedade alguma tecnologia social (PAIS)?
Quais? _____

27. O que você é produzido na sua propriedade para ser comercializado (vender):
Artesanato () Mel () Doces () Mandioca () Leite () Boi de corte ()
Caju () Galinha () Soja () Milho () Arroz () Feijão () Frutas Outros (): _____
28. O que é produzido na sua propriedade para consumo próprio da família?
Artesanato () Mel () Doces () Mandioca () Leite () Boi de corte ()
Caju () Galinha () Soja () Milho () Arroz () Feijão () Frutas Outros (): _____
29. Usa na sua produção algum tipo de veneno, defensivo, agrotóxico?
SIM () NÃO ()
30. Como faz para comercializar a sua produção?
A associação ou cooperativa se encarrega de tudo (); Tem liberdade para vender sozinho ()
31. O que é desenvolvimento para você?

32. O que é qualidade de vida para você?

ANEXO B

Perguntas para norteadoras para atores interinstitucionais

1. Para a Fundação Banco do Brasil – FBB o que é desenvolvimento?
2. Quais foram as principais melhorias para as populações atendidas pelo PDTIS Grande Sertão do Vale do rio Urucuia?
3. A Fundação Banco do Brasil atua com 3 linhas (Educação, Geração de Trabalho e Renda, e Tecnologias Sociais), quais são as vantagens e limitações. Como essas linhas se interagem em busca do desenvolvimento no PDTIS.
4. Como é aplicada a visão territorial no Programa de Desenvolvimento Territorial Integrado Sustentável – PDTIS? Quais as vantagens e desvantagens?
5. Quais as vantagens e o que mudou para a sociedade a partir da ação do PDTIS/FBB?

ANEXO C

MAPEAMENTO DE ATORES CHAVES - PDTIS

Nº	NOME	ORGANIZAÇÃO	OBSERVAÇÕES
1	Rosângela Brandão	FBB	Organiza e articula atividades no território, participou da estruturação da Copabase, visita o território com regularidade e produz alguns relatórios sobre o PDTIS.
2	Jaques Pena	FBB	Presidente da FBB (haverá mudança de presidente)
3	Cláudia Chaves	FBB	Coordenadora geral do PDTIS
4	Dionete Figueiredo Barbosa	Copabase	Presidente da cooperativa. A Copabase é a principal cooperativa que atua no desenvolvimento território.
5	Almir Paraca	Deputado estadual	Atua bastante no território, já foi funcionário da FBB, é reconhecido no território pelas populações por seu apoio a ações
6	Carlos Alberto Recch	Prefeito de Arinos e do consórcio de prefeitos	Presidente do consórcio de prefeitos
7	José Hildebrando Ferreira	Vice-presidente da Câmara de Arinos	Um dos idealizadores do PDTIS - liderança no território
8	Luciana Navarro	Copabase	Liderança da cadeia produtiva de artesanato. Atua diretamente com produtores, eventos e comercialização
9	Catarina da Cruz Alves	Associação de mandiocultures-Bonfinópolis	Presidenta
10	Paulo Eustácio Figueiredo	Presidente de cooperativa e apicultor	Presidente de cooperativa e beneficiado
11	Virgílio	Assessor parlamentar local - Coordenador do centro de difusão de tecnologias sociais da FBB em Sagarana	Ele atua diretamente com produtores e jovens na oficina de marcenaria e no centro de difusão das tecnologias sociais.
12	Adriana	Copabase	Coordenadora dos Agentes de Desenvolvimento Rural Sustentável - ADRS da Copabase. Os ADRS prestam ajuda técnica aos beneficiados
13	Rafael Pizon	IAHD e Copabase	Coordenou o movimento SACODE (mobilização social no território). Já foi funcionário da FBB, atualmente trabalha como consultor da Copabase e do IDAH. Foi coordenador do movimento SACODE, no qual mobilizou a população dos municípios e morou durante um período no território para realizar a mobilização social.
14	Fadanelli	FBB	Gerente e coordenador geral do BB Educar
15	Andrea Frota	Copabase	Coordenadora local do BB educar
16	Deuslan	Copabase	Movimento sacode, trabalha com os produtores e cooperados
17	Valéria	Cooperativa Sertão Veredas	Localiza-se no município de Chapada Gaúcha
18		SEBRAE	Coordenador da atividades do SEBRE na região
18	Beneficiados		Eleger beneficiados cooperados pela Copabase

FBB - Fundação Banco do Brasil

Copabase - Cooperativa Agrossilviextrativista em Base de Agricultura Familiar e Econômica Solidária